UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Matheus da Silva Conceição

A GUERRA DO CADÓ:
SUBLEVAÇÃO MILITAR, CONFLITOS FAMILIARES E PODER EM VILA NOVA DA RAINHA (1831-1833)

Orientadora: Profª. Drª. Ana Paula Medicci

Salvador,
2021

MATHEUS DA SILVA CONCEIÇÃO

A GUERRA DO CADÓ:
SUBLEVAÇÃO MILITAR, CONFLITOS FAMILIARES E PODER EM VILA NOVA DA RAINHA (1831-1833)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, para obtenção do grau de Mestre sob a orientação da Profª. Dra. Ana Paula Medicci.

Salvador – Ba
2020

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

_

Conceição, Matheus da Silva,

C744 A guerra do Cadó: sublevação militar, conflitos familiares e poder em Vila Nova da

Rainha (1831-1833) / Matheus da Silva Conceição. – 2021.

126 f

Orientadora: Profª. Drª. Ana Paula Medicci

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2021.

1. História militar – Bahia - 1831-1833. 2. Exército - Senhor do Bonfim (Ba).
3. Brasil – Militarismo – Período colonial, 1831-1833. 4. Famílias – Conflito de Interesses. I. Medicci, Ana Paula. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências humanas. III. Título.

CDD: 981.03

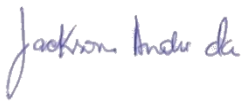
Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA-PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO ALUNO	MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
Matheus da Silva Conceição	2019107990	Mestrado

TÍTULO DO TRABALHO

A Guerra do Cadó: sublevação militar, conflitos familiares e poder em Vila Nova da Rainha (1831-1833)

EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF
Ana Paula Medicci - orientadora		250785638-65
Lina Maria Brandão de Aras (UFBA)		254145425-20
Jackson André da Silva Ferreira (UNEB)		916716205-34

ATA

Aos trintas dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, em plataforma remota, foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por Matheus da Silva Conceição, mestrando do Programa de Pós-graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, a professora Ana Paula Medicci, orientadora e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra ao autor, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do examinando. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu pela APROVAÇÃO do aluno. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

A dissertação cumpre os critérios acadêmicos esperados para o mestrado, utilizando-se da documentação disponível e trabalhando com a bibliografia correspondente. O trabalho contribui para os estudos sobre os sertões da Bahia em sua relação com a história do Brasil Imperial.

SSA, 30/09/2021: Assinatura do aluno: Matheus da Silva Conceição

SSA, 30/09/2021: Assinatura da orientadora: Ana Paula Medici

Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

D E C L A R A Ç Ã O

Declaro, para os devidos fins, que as professoras doutoras Ana Paula Medicci (UFBA) – orientadora, Lina Maria Brandão de Aras (UFBA) e o professor doutor Jackson André da Silva Ferreira (UNEB) participaram da banca de defesa de mestrado do aluno Matheus da Silva Conceição, número de matrícula 2019107990 e dissertação intitulada: **A Guerra do Cadó: sublevação militar, conflitos familiares e poder em Vila Nova da Rainha (1831-1833).**

A defesa aconteceu às 14:00 h do dia 30 de setembro de 2021.

Salvador, 30 de setembro de 2021

Gabriela R Sampaio

Drª. Gabriela dos Reis Sampaio
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História - PPGH
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Aos meus pais, Rita e Tinho, inspirações de vida,

Aos meus familiares, e Maríllia, meu amor.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado forças para seguir adiante nestes anos de pesquisa.

Agradeço a CAPES pelo financiamento da pesquisa, sem o qual não poderia me deslocar para Salvador. Aos professores do PPGH pelas suas contribuições durantes as aulas. Aos colegas a turma 2019.1 por nossas discussões sempre proveitosas.

Agradeço a minha orientadora, professora doutora Ana Paula Medicci, que pacientemente me mostrou o caminho neste trabalho. Sou grato por suas orientações, sem as quais não seria capaz de terminar esta dissertação.

Agradeço aos comentários e sugestões da banca de qualificação com o professor doutor Jackson Ferreira, que me apoiou na trajetória acadêmica, e a professora doutora Lina Aras, que me ajudou bastante com o projeto.

Agradeço muito a minha família, minha Tia Ivone, que gentilmente cedeu sua casa durante minha estadia em Salvador. meus mais sinceros agradecimentos. Ao Tio Nem e a Tia Nide, que também me ajudaram na minha permanência na capital, recebendo-me em sua casa. Não posso deixar de citar Tia Cida e Vó Georgina, sempre me apoiando na trajetória de vida e nos meus estudos. Obrigado por tanto amor e carinho.

Não poderia deixar de agradecer a minha namorada, Maríllia Pinho, que sempre me auxiliou e ouviu muita coisa sobre militares, guerras e afins. Paciente enquanto estava em Salvador me dedicando aos estudos, nunca deixou de me incentivar. Podemos nos dedicar ao nosso futuro, amor.

E por último, as duas pessoas mais importantes e que sempre estiveram comigo em todos os momentos de minha vida, meus pais, Rita e Tinho. Sempre compreensivos com minhas escolhas e minha paixão pela História que herdei de ambos. Muito obrigado por me apoiarem e me incentivarem a todo o momento. Amo vocês.

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo compreender as razões para a sublevação de militares ocorrida em Vila Nova da Rainha, atual cidade de Senhor do Bonfim e região. O movimento aconteceu durante o conflito entre as principais famílias do município, os Silva e os Passos. O evento ficou conhecido como guerra do Cadó e se prorrogou de 1831 até 1835. Durante os anos de 1832/33, um destacamento da Primeira Linha foi enviado para apaziguar a situação. Comandados pelo tenente-coronel Ignácio Joaquim Pitombo, conseguiram contornar a situação em um primeiro momento. Porém, a chegada do Padre Severo Cuim Atuá, irmão do chefe dos Silva, Joaquim Simões da Silva, o Cadó, que instigou a retomada do conflito. O tenente-coronel tomou partido dos Silva, que expulsaram os Passos do município. Contudo, alguns soldados juntaram-se aos Passos, para resolverem desavenças com seu comandante, trazidas desde as mudanças nas fileiras do Exército, no início da década de 1830. A troca de comando acabou trazendo insatisfação aos praças que se revoltaram durante parte da Regência. Os sublevados tentaram assassinar o comandante Pitombo, porém, falharam e foram presos. Uma devassa foi pedida pelo Comandante das Armas, Alexandre Argolo Ferrão, e foi a principal fonte para essa pesquisa. Um novo destacamento acabou sendo enviado para Vila Nova da Rainha para substituir as tropas do tenente-coronel Pitombo. A guerra entre famílias, porém, só seria encerrada em 1835, com uma nova expulsão dos Passos.

Palavras-chave: Sublevação militar, Vila Nova da Rainha, Exército, Sertões Baianos

Abstract

This work deals with the uprising carried out by the military in the village of Vila Nova da Rainha, the current city of Senhor do Bonfim in northern Bahia. The movement took place during the conflict between the main families in the municipality, the Silva and the Passos. The event became known as the Cadó War and lasted from 1831 to 1835. During the years 1832/33, a detachment of the First Line was sent to appease the situation. Commanded by Lieutenant Colonel Ignácio Joaquim Pitombo, they managed to get around the situation at first. However, the arrival of Padre Severo Cuim Atuá, brother of the Silva chief, Joaquim Simões da Silva, known as Cadó, instigated the resumption of the conflict. The lieutenant colonel sided with the Silva, who expelled Passos from the municipality. However, some soldiers joined the Passos, to resolve disagreements with their commander, brought about since the changes in the ranks of the Army, in the early 1830s. The change of command ended up bringing dissatisfaction to the soldiers who revolted during part of the Regency. The uprisings tried to assassinate Commander Pitombo, but failed and were arrested. An inquiry was requested by the Commander of Arms, Alexandre Argolo Ferrão, and was the main source for this research. A new detachment was eventually sent to Vila Nova da Rainha to replace Lieutenant Colonel Pitombo's troops. The war between families, however, would only be ended in 1835, with a new expulsion from Passos.

Keywords: Military uprising, Vila Nova da Rainha, Army, Sertões Baianos

Sumário

Introdução 13

Clientelismo e Paternalismo 14

História Política e Poder 22

Capítulo 1 27

As Trilhas do Cadó: conflitos familiares e poder local em Vila Nova da Rainha 27

1.1 A Bahia e o Brasil durante a Independência e o Primeiro Reinado 27

1.2 Uma história para contar 34

1.3 A Guerra do Cadó: Poder, Religião e Forças Militares 43

1.4 A Guerra do Cadó: O Conflito 50

Capítulo 2 54

História Militar do Brasil: 54

Organização, Crise e Revoltas no Exército Brasileiro 54

2.1 A História da História Militar 56

2.2 A História Militar no Brasil 60

2.3 Organização das Forças Terrestres 64

Hierarquia Militar do Exército Brasileiro nos Períodos Colonial e Imperial 74

2.4 O Império e a crise do Exército 75

Capítulo 3 85

"Desonra da Nação": A sublevação dos militares em Vila Nova da Rainha 85

3.1 A sublevação dos militares 90

3.3 Subordinados, insubordinados e parciais: o perfil dos militares envolvidos na Guerra do Cadó. 100

Considerações finais 114

Fontes e Bibliografia 119

Bibliografia 121

Abreviaturas

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia

BN – Biblioteca Nacional

BN digital – Biblioteca Nacional Digital

Introdução

A sociedade no interior do Império Brasileiro, durante o século XIX, se desenvolveu através de redes de sociabilidades que levaram à construção de laços afetivos e políticos entre seus participantes. Essas relações, em sua maior parte, não eram horizontais, em outras palavras, as hierarquias estabelecidas e restabelecidas ao longo do tempo eram fortemente mantidas. Em um país notoriamente escravista como o Brasil, a maior parte dos estudos produzidos até a década de 1970 se voltou para as análises entre as relações estabelecidas entre senhores e escravos e para os termos estabelecidos entre ambos dentro desse convívio. Porém, trabalhos que versam sobre homens livres e suas ligações também foram elaborados, ajudando-nos a compreender como esses sujeitos se organizaram e desenvolveram maneiras de sobrevivência em uma sociedade tão desigual. Dentre esses sujeitos livres estão os militares, que compunham um grupo diversificado: geralmente, seus oficiais vinham de famílias abastadas e tradicionais, enquanto seus praças eram de origem humilde e muitas vezes considerados como marginais. Através da análise de um movimento no qual grupos militares tomaram parte, buscamos entender como as redes de sociabilidade e de poder então estabelecidas podem contribuir para os estudos da Nova História Política, da Nova História Militar e da História dos Sertões Baianos.

Este trabalho estuda a sublevação intentada por soldados das Tropas de Primeira Linha[1] no município de Vila Nova da Rainha[2] entre os anos de 1832 e 1833, uma das muitas ocorridas no contexto regencial envolvendo militares insatisfeitos com seu comandante. Talvez a peculiaridade desse acontecimento fora o envolvimento dos sublevados com membros da elite local – duas famílias importantes dentro cenário político regional e que entraram em um conflito armado pelo controle do munícipio – que até então não possuíam relacionamentos com militares vindos da capital.

As redes de poder e sociabilidade dos soldados não se estabeleciam somente dentro da caserna e com seus oficiais, mas também com membros da sociedade civil. Por exemplo, os grandes proprietários de terra e demais membros dos grupos de poder locais utilizavam o

[1] A nomenclatura mais adequada para se referir às tropas pagas, ou seja, formadas por soldados profissionais seria Tropas de Linha (ou Primeira Linha) para diferenciar das forças militares compostas por civis, as milícias ou a Guarda Nacional (Tropas de Segunda Linha). Entretanto, aqui utilizaremos também do termo Exército para facilitar o entendimento.

[2] O município de Vila Nova da Rainha corresponde atualmente à cidade de Sr. Do Bonfim e região. Está localizado no norte do estado da Bahia a 374 km da capital, Salvador.

recrutamento como arma política para prejudicar adversários e proteger sua clientela do serviço no exército. Enquanto isso, buscavam servir nas milícias e posteriormente na Guarda Nacional, consideradas mais prestigiosas.

A fim de melhor compreender a forma como essas relações se estabeleceram, será utilizado o conceito de clientelismo para melhor identificarmos como as redes de poder e de sociabilidade entre militares e grupos de poder locais se forjavam no Império.

Para além do clientelismo presente nas instituições imperiais é possível observar também o paternalismo como uma forma de dependência, neste caso uma troca, dentro da sociedade imperial que se dava entre um senhor e seu subordinado. No estudo sobre a sublevação dos soldados, o paternalismo aparece na relação das famílias envolvidas nos conflitos e seus dependentes diretamente afetados e que precisavam da proteção dos combatentes, levando-os a participar da contenda. A análise destas relações também proporciona uma melhor compreensão das teias de poder estabelecidas no Brasil imperial, principalmente em seu interior, onde o Estado tinha dificuldade de chegar com suas instituições, proporcionando maior autonomia das redes de poder locais. Neste contexto, analisar as relações de dependência, clientelismo e paternalismo, relacionadas à formação de redes de poder pode auxiliar na compreensão de movimentos como a Sublevação Militar em Vila Nova da Rainha, objeto de análise dessa dissertação.

Clientelismo e Paternalismo

As relações de poder dentro das instituições militares são muitas vezes entendidas como uma forte visão hierárquica que percorre do soldado raso ao marechal, ou seja, de baixo para cima. Porém, durante o período imperial ao investigarmos com mais cuidado, percebemos como esse convívio não se deu como uma via de mão única, mas sim como tramas que perpassaram pelos benefícios que os comandados recebiam ao seguirem seus comandantes e como se portavam em caso de quebra desta relação. Assim, as Forças em Armas[3] podem ser utilizadas como exemplo para se entender o clientelismo e paternalismo que marcavam as relações sociais no Brasil Imperial. É importante entender como essas relações (e por conseguinte os conceitos) aparecem presentes na historiografia brasileira.

Uma das formas mais simples de definir o "clientelismo" é como uma troca de favores, sendo esta sua explicação mais ingênua, como aponta Ivan Vellasco. Segundo o autor, o cliente

[3] Utilizaremos o termo Forças em armas, pois este se aproxima mais do utilizado no século XIX.

recebe benefícios, como terras para cultivo, e acabava tendo compromissos para com seu "patrão", como estar presente a seus chamados para o serviço das tropas ou para comparecer às eleições, se pertencessem às milícias civis. Vellasco entende que,

> Nesse sentido, o que cabe reter para as finalidades aqui pretendidas é que as relações clientelistas devem ser pensadas como uma lógica, modelada nos domínios privados e que produz reciprocidades, expectativas de proteção mútua, e orientam as ações dos que pertencem, ou creem pertencer, a uma espécie de "coletividade" construída pelos laços de parentela e aliança. Lógica essa suficientemente alicerçada em noções consuetudinárias de direito e deveres que conformam um "contrato social implícito".[4]

O autor entende que o clientelismo é uma rede de reciprocidades que adentra até mesmo o privado e produz fortes alianças. A abordagem proposta por Vellasco é importante para compreendermos como o clientelismo gerou laços de sociabilidade no interior do Império, permitindo-nos tratá-lo como um contrato não formal que vigorava dentro dessas alianças.

O clientelismo se mostrou importante também para a compreensão de fenômenos da política brasileira. Em um pequeno artigo, José Murilo de Carvalho pondera sobre três conceitos muito presentes na historiografia política brasileira: Coronelismo, Mandonismo e Clientelismo. Não pretendemos nos deter muito sobre os dois primeiros, todavia, cabe ressaltar que o coronelismo foi um movimento típico da Primeira República Brasileira e que costumava ser confundido por alguns brasilianistas com o clientelismo[5]. Com o avançar das pesquisas, porém, o clientelismo passou a ser entendido como um elemento presente nas relações entre os "coronéis", líderes políticos locais, e os governos estaduais e federal. Um bom trabalho sobre a presença do clientelismo no fenômeno coronelista é o livro de Eu-Soo Pang *Coronelismo e Oligarquias*. A obra nos ajuda entender a dinâmica do poder local e consequentemente as relações de clientelismo dentro das elites municipais. Fazemos a ressalva de que a análise de Pang se concentra na Primeira República, porém, as dinâmicas do poder não se modificaram significativamente no interior do Brasil.[6] Aqui o clientelismo aparece como uma relação política que cria alianças no seio das disputas municipais muito semelhante ao que ocorreu no

---

[4] VELLASCO, Ivan de Andrade. **Clientelismo, ordem privada e Estado no Brasil oitocentista**: notas para um debate. In. José Murilo de Carvalho e Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (Org.). Repensando o Brasil dos Oitocentos: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.89

[5] CARVALHO, José Murilo de. **"Mandonismo, coronelismo e clientelismo**: uma discussão conceitual". Dados, v. 40, n. 2 (1997). Disponível em: <http://bl166w.blu166.mail.live.com/default.aspx?rru=inbox#fid=1&fav=1&n=923379898&rru=inbox&mid=ef553428-0307-11e1-9da5-002264c202d0&fv=1>. Acesso em nov. 2016, p.2.

[6] PANG, Eul-Soo. Coronelismo e Oligarquias 1889-1943: a Bahia na Primeira República. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. Pang também trabalha com o conceito de Oligarquia, mas não identificamos traços oligárquicos na sublevação em Vila Nova da Rainha. A situação ocorrida entre as famílias Silva e Passos se desenhou de maneira pessoal, apesar de fatores políticos terem se inserido durante o confronto.

conflito em Vila Nova da Rainha entre os soldados e as famílias Silva e Passos que participaram do confronto.

Já o mandonismo não seria um sistema político, mas sim uma característica da política convencional. A tendência deste é a de decrescer à medida que os direitos civis chegam às regiões em que esta política ainda atua. Segundo Carvalho o mandonismo sempre esteve presente na história política do país, principalmente como instrumento de governos e líderes locais em sua atuação política.[7] As críticas que podem ser feitas a concepção de Carvalho acerca destes conceitos, em especial ao clientelismo e o mandonismo, é compreender o clientelismo como um mandonismo bilateral, sendo que a complexidade deste conceito é notória. As relações clientelísticas são sim um acordo de mão-dupla, porém, concebê-lo do modo como Carvalho o faz é restringir o conceito a uma estratégia apenas das elites descartando as ações de seus agregados e subordinados.

Nos aproximamos do conceito de clientelismo proposto por Richard Graham, o qual o define como uma relação de poder de mão dupla e que perpassa por todas as esferas da sociedade imperial.[8] O autor também compreende essa relação como uma ligação entre patrões e clientes, sendo os primeiros os provedores de benesses e os segundos responsáveis pela lealdade, já que estes estariam em dívida para com aqueles.[9] Em nosso estudo, o clientelismo se apresenta como uma dependência entre os sujeitos visando agrados e benefícios político-sociais, já que boa parte dos oficiais e especialmente seus subordinados, buscavam ascensão social através desses vínculos dentro e fora da caserna.

Pensando na vida política no Império Brasileiro, eram comuns as disputas pelo poder entre as elites locais e os representantes do Estado e, dentre as instituições militares, a Guarda Nacional talvez tenha sido o principal exemplo desta rixa. A historiografia acerca do tema traz discussões sobre conceitos empregados para definir a política e as relações dentro da milícia, entre os quais se destaca o clientelismo. Graham considera a Guarda Nacional como um dos principais meios de se conseguir clientela, visto que uma das exigências para ingressar em suas fileiras era ter uma renda mínima, duzentos mil réis (200$000), a mesma para se tornar um eleitor primário no Império. Ambos os lados – elites locais e população comum – viam a oportunidade de obter vantagens em momentos eleitorais, já que os guardas nacionais eram

[7] CARVALHO, José Murilo de. **"Mandonismo, coronelismo e clientelismo**, p.2

[8] GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997, ver a introdução.

[9] Vale acrescentar que não era incomum pessoas trocarem de clientela. A dinâmica clientelística procurava benefícios e vez ou outra um cliente trocava de patrão ou este punia seu subordinado por falta de lealdade, forçando-o a encontrar um novo patrão.

peça fundamental para os grupos detentores da política local manterem seu controle no munícipio ou região.

Esse modelo estava presente praticamente em todos os ambientes da vida política do Império. Não é exagero dizer que as ligações que então se estabeleciam iam de um pequeno lavrador até aos mais altos cargos da corte, chegando até mesmo ao próprio Imperador. Ainda utilizando o exemplo, com a Guarda Nacional não era diferente. Os membros da milícia se valiam do clientelismo para conseguirem benesses. Os próprios postos de comando da corporação eram conseguidos através dessa estratégia. Um bom exemplo para essa prática são as eleições durante as duas primeiras décadas da milícia – 1830-40. Diferente do que Jeanne de Castro propunha,[10] acreditamos que a votação para oficial era uma forma de expressão do clientelismo presente nas relações sociais do período. O voto dos guardas muitas das vezes iam para membros da sua clientela e não havia garantia de que os qualificadores presentes nas eleições não adulteravam o resultado em favor de seu candidato. Foi através destas práticas que Graham[11] procurou observar a política do Estado brasileiro, defendendo que o clientelismo foi a base para o governo em especial com sua centralização no Segundo Reinado (1840-89). Porém, percebemos que essas relações estavam consolidadas dentro da estrutural imperial já no final do governo de D. Pedro I.

O estudo das Tropas de Linha nos permite observar a atuação do clientelismo. Os períodos de conflitos nas regiões de fronteira com o exterior são bons exemplos pois, nesses momentos, quem possuísse as melhores ligações poderia evitar a convocação para as linhas de frente, pois não era interessante para os oficiais que seus clientes se distanciassem de sua rede de influência. Conforme desenvolveremos a diante, os soldados envolvidos na sublevação em Vila Nova da Rainha aparentemente não possuíam ligações fortes com seu comandante e provavelmente viram vantagens em se aliar à família Passos, o que poderia sugerir a criação de uma nova rede clientelar. Por essa razão, analisamos a possibilidade de os militares terem procurado alianças em um ambiente distante como uma estratégia clientelística, mesmo que o desfecho não tenha sido favorável a eles.

As famílias envolvidas no conflito também se beneficiaram de seus séquitos para conseguir o poder dentro de Vila Nova da Rainha. A título de exemplo, os Silva "conquistaram" o município com seus comandados, muitos agregados, os quais os viam como seus protetores.

---

[10] CASTRO, Jeanne Berrance de. **A Milícia Cidadã**: A Guarda Nacional, 1831-1850. São Paulo, 2ª ed. Ed. Nacional, 1979.

[11] GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil**, 1997, p.27

Além desses agregados, é possível perceber a presença de familiares que faziam parte dessa clientela. De acordo com Graham, dentro do seio familiar o clientelismo também se faz presente, sendo o pai a cabeça da família e sua esposa e filhos lhe devendo obediência.[12]

Acreditamos também que as relações familiares e de agregados podem se enquadrar na lógica paternalista. O conceito de paternalismo se desenvolveu na historiografia brasileira a partir da segunda metade do século XX, quando se começou a pensar e analisar as relações de dependência entre os senhores e seus subalternos. Assim, como o clientelismo, durante certo tempo a observação que se fazia diante do tema girava em torno do mundo escravocrata. Os dependentes teriam apenas o papel de agregados que se moldavam a tal relação social principal. Dentre os trabalhos que trouxeram um novo olhar sobre esse tema estão os estudos inspirados pela obra de Edward Palmer Thompson.

Nesse estudo focamos principalmente na análise thompsoniana sobre o que se costuma chamar paternalismo e como o conceito elaborado por este autor influenciou a historiografia brasileira, sendo utilizado para compreender as relações pessoais entre os membros das famílias e a população de Vila Nova da Rainha. Assim, o autor ressalta que não se pode considerar toda uma sociedade paternalista ou patriarcal e em seus estudos sobre os motins de fome na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, diz que a população transitava dentro do modelo paternalista. Em *Costumes em Comum*, Thompson nos mostra que o paternalismo em si é utópico e declara que também os dependentes participavam e atuavam nessa relação, colocando-os em seu lugar de agentes históricos.[13] Com essa teoria E.P Thompson influenciou os estudos posteriores sobre as relações de dependência ao longo da história e marcou a historiografia brasileira principalmente nos estudos voltados para a relação senhor-escravo.

Aqui é importante destacar como os estudos relacionados a dependência se basearam bastante nas relações entre os senhores e escravos, pois é preciso levar em conta que a economia durante o período imperial era essencialmente agrária e escravista. Por isso é plausível entender o porquê deste enfoque, entretanto, as relações de poder e dependência dentro dessa sociedade se davam também com homens livre e pobres, perspectiva que adentra a historiografia brasileira a partir da segunda metade de século XX. Admitimos, porém, que a convivência entre senhores e escravos (ou demais dependentes) era vista principalmente a partir do ponto de vista do senhor.

[12] Ibidem, p.34
[13] THOMPSON, E. P. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Assim, na década de 1930, Gilberto Freyre na sua *Magnum Opus*, *Casa Grande e Senzala*, mostrou a relação entre senhores e escravos de modo ameno, como se os dois grupos coexistissem em paz sempre com o primeiro a tomar as rédeas, sendo o único sujeito histórico presente neste jogo.[14] Com o avanço de novas perspectivas historiográficas, a tese de Freyre foi contestada pelos novos historiadores que agora tentavam explicar as relações sociais dentro do Império por outras perspectivas, como a teoria marxista que se destacava no período.

Para analisar o movimento ocorrido em Vila Nova da Rainha pensando essas vertentes interpretativas precisamos antes observar a dinâmica dos vínculos estabelecidos entre patrões e clientela. Não concordamos com a ideia de que os agregados livres se colocassem na mesma classe ou nível de seus "patrões" – seria um olhar anacrônico – mas entendemos que sabiam de sua posição e tramavam para buscar o melhor benefício para si. Se durante cerca da década de 1950, iniciou-se na historiografia brasileira a teoria da "coisificação" do escravo,[15] devido à violência com que este era tratado, também foi nesse período que a análise sobre o comportamento das elites brasileiras frente às relações sociopolíticas foi colocado em pauta, principalmente com a obra de Raymundo Faoro e ideia de patrimonialismo que desenvolveu[16]. Já durante a década de 1970 começou-se a investigar essas relações de poder enquanto instrumentos nas disputas entre senhores e agregados. Também foi em meados desta década que os estudos de Thompson sobre as relações de dependência vieram a público.

Thompson se propôs a investigar a população inglesa durante o início da Revolução Industrial, em especial nos artigos que compõe o livro *Costumes em Comum*. Nesta obra o autor se debruça sobre a cultura popular e a maneira como os pobres se portavam diante da aristocracia inglesa e da *gentry* (pessoas que possuíam riquezas advindas da terra e estavam mais próximas aos trabalhadores pobres). Thompson também trabalha com a ideia de uma classe trabalhadora a partir do final do século XVIII, lembrando que para o autor a classe se estabelece através das experiências comuns aos membros de determinados grupos sociais.[17] De acordo com o autor, o paternalismo pode ser considerado "uma autoridade econômica e cultural".[18] Baseado em relatos na época, Thompson analisa como as relações sociais são observadas da perspectiva da aristocracia inglesa e apresenta as relações paternalistas como

[14] FREIRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 57ª ed. São Paulo, Global, 2007.
[15] PERUSSATO, Melina Kleinert: **Variações de um mesmo tema**: As relações Escravistas na Historiografia brasileira. In: www.unisc.br/site/spartacus/edicoes/.../**perussatto**_melina_kleinert.**pdf**, acesso em jan. de 2016.
[16] O Patrimonialismo já havia sido estudado por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1936) e por Vitor Nunes Leal em *Coronelismo, Enxada e Voto* (1948).
[17] THOMPSON, Costumes Em comum, 1998, p.28
[18] Ibidem, p.29

dádivas do Estado, mesmo as vendo fragilizadas. Porém, Thompson percebe que o paternalismo está presente em sociedades como o Brasil, quando menciona a mediação das relações sociais pelos proprietários de terra.[19]

Influenciada por estes trabalhos a historiografia brasileira tomou um novo caminho. Os grupos subalternos (livres pobres e escravos) deixam de ser considerados sujeitos passivos ou ausentes e passam a interagir com seus senhores dentro deste jogo de interesses que permeava sua vinculação com extratos tidos como superiores na sociedade do período. O historiador brasileiro Sidney Chalhoub talvez seja o que melhor tenha utilizado a concepção de Thompson em seus estudos. Na análise da obra do escritor Machado de Assis, Chalhoub investiga como esse autor colocou em suas histórias a questão social presente na sociedade brasileira da segunda metade do século XIX. Para o historiador, a obra machadiana traduz o paternalismo na ótica da classe senhorial.[20]

Em seu livro *Machado de Assis Historiador*, Challhoub busca investigar como as relações de paternalismo são mostradas nos contos machadianos. Percebe-se então que a convivência entre senhores e dependentes não se fazia apenas dentro do imaginário do primeiro. Por mais que a obra machadiana analise principalmente os senhores, Chalhoub percebe que ao seu redor os dependentes participavam ativamente desse jogo, analisando como as relações de poder se estabeleciam dentro da família A influência thompsoniana é notada em passagens em que o escravo (ou dependente) negocia com o senhor, fazendo com que este pense sua relação de forma vertical, a seu favor. O historiador nos dá um exemplo retirado da obra Brás Cubas:

> Para Brás a contemplação do nariz não é a "sublimação do ser", como para o faquir, mas o próprio centro de um ser político específico, historicamente constituído e datado, e que podemos apelidar, por comodidade, de classe senhorial, vivendo o período de apogeu de seu poder e prestígio social no Segundo Reinado.[21]

Com essa passagem Chalhoub mostra como era a visão senhorial diante de seu vínculo com os demais a sua volta. Estudos anteriores na historiografia ligada à escravidão, como já dito, analisavam o domínio senhorial deste modo. Com o advento da nova história, os historiadores refutarão a visão da citação acima, agora, os agregados e escravos passam a ser estudados como participantes ativos dentro da história e, citando Chalhoub mais uma vez, percebemos este

[19] Ibidem, p.32. Thompson menciona o Brasil comparando os proprietários de terra da Inglaterra e da América Portuguesa, **Costumes em Comum**, p.29
[20] CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis: Historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
[21] Ibidem, p.51

argumento: “Enfim, dissimulação, estratégia, astúcia, eram os meios disponíveis para enfrentar antagonistas poderosos e sempre prontos a trucidar subordinados insubordinados.” [22]

Dessa forma, Chalhoub e outros autores nos esclarecem sobre o modo de convívio e as estratégias de negociação entre as elites e as populações pobres, fossem escravos ou trabalhadores livres (até mesmo militares menos graduados). As fontes utilizadas nesses estudos, com relação à historiografia anterior, também mudaram. Documentos não oficiais como cartas ou relatos de pessoas comuns, também acrescentaram pistas do convívio senhor-escravo ou entre grupos de poder e grupos subalternos. Todavia, é preciso salientar que senhores e membros dos grupos de elites político-econômicas ainda possuíam o domínio dentro da sociedade e como diz a citação acima, essas “dissimulações” eram o modo que o escravo tinha de enfrentar seu opressor.

Outro bom exemplo de paternalismo na história brasileira foram as chamadas brechas camponesas. Mesmo estando relacionada a escravidão, é uma maneira de entender como as relações se davam dentro da economia agrária e escravista do Império Brasileiro. Eduardo Silva em um dos capítulos de sua obra realizada em conjunto com João José Reis, analisa esta prática partindo não apenas da visão econômica, mas como “mecanismo de controle e manutenção da ordem escravista”.[23] Na “brecha camponesa” senhores permitiam que os escravizados sob seu domínio trabalhassem para si durante o tempo livre de que dispunham. Esta ação paternalista, na visão de Silva, seria uma maneira encontrada pelos senhores que viam aí um jeito de deixar os escravos pensarem que possuíam alguma autonomia econômica frente aos senhores. Seria também um outro modo de negociação, este por parte do escravo, que, geralmente, possuía um descanso durante os dias santos e feriados.

Embora a influência thompsoniana na historiografia brasileira tenha se dado principalmente nos estudos relativos à escravidão, também é possível utilizar seus métodos de análise para entender as dinâmicas sociais presentes no período monárquico, principalmente com relação à atuação da população dita “comum”, historicamente ativa e que também agia por seus interesses não só em momentos de adversidade. O grande trunfo da análise paternalista do historiador inglês foi não se apegar apenas ao “modelo social visto de cima”, mas colocar, como já dito, a visão dos dependentes dentro desta estrutura interpretativa.

Historiadores brasileiros se apropriaram dessa ideia e mudaram o modo de enxergar os movimentos escravistas ou revoltas e estratégias da população livre e pobre e passaram a

[22] Ibidem, p.61

[23] SILVA, Eduardo. **A função ideológica da brecha camponesa.** In: Silva, Eduardo e REIS, João. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.28

incorporá-los como sujeitos históricos e ativos nas relações paternalistas. Apesar de Thompson, como dito anteriormente, salientar que nem todas as sociedades são paternalistas, a historiografia brasileira estabeleceu o vínculo paternalista em seus trabalhos. É claro que a influência o modelo thompsoniano não se restringe ao que foi apresentado, mas possui uma vasta bibliografia que aprofunda no assunto e que serão analisadas posteriormente.[24]

As famílias e os militares que se envolveram no conflito em Vila Nova da Rainha se valeram desses vínculos para tirar vantagem durante a devassa empreendida contra os soldados subversivos. A leitura do processo crime então elaborado proporciona entender como o paternalismo e clientelismo estavam presentes dentro das disputas de poder. Conforme será desenvolvido a frente, os militares que foram ouvidos provavelmente tinham relações com seu comandante, testemunhando a favor do mesmo, enquanto os civis seguiam a família Silva. Acreditamos que os vínculos estabelecidos por clientes e agregados com seus senhores e patrões são também formas de poder e uma estratégia de sobrevivência, importante para entendermos o contexto e tensão dentro do munícipio e na instituição. É importante traçar um panorama sobre a o poder e a História Política para o melhor entendimento da Sublevação dos soldados ocorrida em Vila nova da Rainha.

História Política e Poder

A História Política foi pensada já no início da disciplina História, primeiro como principal maneira de escrever a História e depois reformulada para compreender as relações além do Estado e dos grandes nomes do governo. Foi pensada durante certos períodos do século XX para atender às demandas dos Estados-nação e escrever as trajetórias nacionais. Porém, com novos métodos de pesquisa, a História Política se reformulou e passou a trabalhar com novos objetos.

Sobre a Nova História Política, podemos citar o trabalho de René Remond em que o autor traz as novas discussões sobre os problemas que a História Política enfrentou durante o século XX.[25] Para o autor, este ramo da História acabou sendo deixado de lado por conta do crescimento da Escola dos *Annales* que procurava dar espaço para os estudos sobre as outras

[24] CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis: Historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; SILVA, Eduardo. **A função ideológica da brecha camponesa**. In: Silva, Eduardo e REIS, João. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
[25] RÉMOND, René. **Do político**. In: ____. Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 441-450

camadas da sociedade em contraponto à História Política que, naquele momento, como supracitado, valorizava os reis e as nações. A Nova História Política se reformulou abrangendo novos campos como a cultura e para analisar os acontecimentos de Vila Nova da Rainha pretendemos inserir as discussões nesse campo, chamando a atenção para as querelas entre os Silva e os Passos e a revolta dos soldados que seguiu a esta, entendendo-as em seu caráter político-cultural no interior de um Império em que as elites locais brigavam para impor sua influência nas regiões em que estavam radicadas. As disputas familiares e políticas locais constituem um pano de fundo de nossas análises, mas estão intimamente articuladas com o motim militar.

Segundo Francisco Falcon, História e poder se aproximam tanto durante o desenrolar da própria história; quanto no processo de na produção do conhecimento histórico.[26] No caso de Vila Nova da Rainha, as relações políticas e clientelistas mostram um embate pelo poder dentro do destacamento, os soldados revoltosos e seu comandante e as duas famílias pelo controle do munícipio e por posições prestigiosas e de mando tanto na estrutura militar quanto na política local.[27]

José D'Assunção Barros observa como o poder é uma importante ferramenta para se entender a evolução da História Política. Nas palavras do autor,

> A palavra "poder" é como uma armadura que se tem oferecido para muitas batalhas historiográficas, verdadeira arena que estimula confrontos internos dos quais podem emergir vencedores, neste ou naquele momento, alguns sentidos mais específicos ou mais abrangentes. Será, portanto, necessário examiná-la tendo em vista as várias nuances internas que esta palavra torna possíveis.[28]

A polissemia da palavra poder, leva a diversas interpretações que foram debatidas dentro da História e suas principais dúvidas vinham de como ele era almejado e manipulado em meio ao forjar das relações sociais, se emergia dos aparelhos estatais (como instituições militares) ou de dominação pessoal, como entre senhor-escravo, por exemplo. Como já observamos, na segunda situação é perceptível que o poder emanava dos dois polos da relação, mesmo que o domínio pessoal de membros das elites fosse claro. Os estudos sobre situações como as mencionadas

---

[26] FALCON, Francisco. **História e Poder**. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 97-98

[27] É provável que até mesmo os militares vissem uma oportunidade de controle do munícipio e afirmar uma vitória sobre seus desafetos, como ocorreu com Tenente Coronel Ignácio Pitombo que comandou as tropas da vila em aliança com os Silva.

[28] BARROS, José D'Assunção. **História Política**: dos objetos tradicionais aos estudos dos micropoderes, do discurso e do imaginário, p.4. Disponível: <http://www.uft.edu.br/revistaescritas/sistema/uploads/histocc81ria-policc81tica-dos-objetos-tradicionais-ao-estudo-dos-micropoderes-do-discurso-e-do-imaginacc81rio.pdf>. Acesso em agosto de 2019

tiveram grande auxílio das pesquisas de Michel Foucault que, de nova perspectiva, passou a focar os estudos sobre o poder em várias instituições ou sujeitos de onde este emanava.[29]

Destarte, pretendemos interpretar os vínculos estabelecidos dentro do destacamento envolvido na sublevação estudada e como soldados e oficiais menores se portavam em relação a seu comandante e mesmo com relação à instituição. Aproximamo-nos das concepções de Foucault por entendermos que o poder é algo que se desenvolve em teias que emanam também para e do Estado ou suas instituições. Em outras palavras, os sujeitos projetam seus poderes mesmo que em alguns casos não o detenham. Segundo o autor, "Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui".[30] A ideia de poder observada dessa passagem nos faz entender o pensamento de Foucault em relação às diferentes formas de compreender o poder. A historiografia acerca do tema foi bastante moldada a partir dessa concepção e as discussões sobre a Nova História Política se desenvolveram através dessa troca com as demais ciências humanas (como a Sociologia e Antropologia) e a Filosofia.

Dessa maneira, a partir da década de 1970, a historiografia brasileira começou a se adaptar às novas tendências e passou a fazer críticas à história política tradicional. Iniciou-se um diálogo com outras ciências sociais e a introdução de novos objetos de estudo.[31] Apesar desse momento, segundo Falcon, existiram resistências dos historiadores a outros temas para além da história política tradicional. Somente na década de 80 com os novos programas de pós-graduação que mudanças começaram a acontecer. A entrada dos brasilianistas também é um fator complexo a ser analisado.[32] Estes historiadores trouxeram novos olhares sobre o Império brasileiro, por exemplo (o próprio Graham faz uma nova abordagem sobre o clientelismo).[33]

Novos olhares advindos com os novos métodos de análise dos objetos auxiliaram também com a extensão das fontes. A abordagem de Foucault proporcionou que os historiadores trabalhassem em novos *corpora* documentais. Fontes criminais também passaram a ser estudadas para além da História Cultural Tradicional e utilizados agora para entender as relações de poder.[34] A devassa empreendida contra os militares revoltosos é analisada dessa

[29] FALCON, Francisco. **História e Poder**, p.118.
[30] FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 9ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra 2019, p.138.
[31] FALCON, Francisco. **História e poder**, 1997, p.118.
[32] Ibidem, 130-131.
[33] Ibidem, p.133
[34] Idem.

maneira e como citado anteriormente colabora para entendermos essas relações de poder, também procuramos não renunciar às fontes tradicionais produzidas pelo Estado.

Com essa pequena análise sobre a História Política e o Poder pretendemos compreender como as relações de dependência dentro do Império Brasileiro se desenvolviam. Fosse entre as elites ou entre estas e seus subordinados estes vínculos foram moldados por teias de clientelas e relações paternalistas. A evolução da historiografia proporcionou que a utilização das fontes pudesse ser interpretada com novos métodos, nos auxiliando a explicar a Sublevação em Vila Nova da Rainha. Dessa maneira, utilizamos a interpretação acerca das relações de poder de autores como Foucault para estudar as dinâmicas dentro do Exército e tentar compreender como a aliança com membros de famílias locais (até então desconhecidos dos soldados)[35] beneficiaria ambos os lados. O decorrer do trabalho demonstrará como essas relações resultaram na desarticulação da sublevação e na prisão dos soldados.

Este trabalho consta de três capítulos. No primeiro trabalhamos o cenário no qual ocorreu a sublevação, explorando como estava a Bahia no início do século XIX, do período da Guerra de Independência até o início da Regência, com as revoltas federalistas que ocorreram em Salvador. Depois apresentamos a história de Vila Nova da Rainha de sua formação até os anos da Guerra do Cadó. Esta é estudada em seguida com seus desdobramentos e a análise das disputas de poder e as relações de dependência que envolveram o conflito.

No segundo capítulo, estudamos a história do Exército Brasileiro da segunda metade do século XVIII até a reforma das fileiras no período regencial. Trabalhamos a evolução da instituição e sua disputa com outras forças terrestres como os Corpos de Milícias e Ordenanças e posteriormente a Guarda Nacional, que pareciam mais atraentes aos colonos e aos súditos do Império. Defendemos também que o Exército foi uma instituição que adentrou bastante nas camadas sociais brasileiras reunindo homens de todas as classes – em funções diferentes – e raças, mesmo com a relutância da presença de escravos em suas fileiras.

No terceiro capítulo voltamos à Vila Nova da Rainha para compreender a sublevação planejada por um grupo de militares contra seu comandante. As motivações e o perfil desses soldados também são analisados para compreendermos o movimento. Também analisamos o papel do recrutamento no Império brasileiro e sua relação com as revoltas na caserna. Por último, procuramos entender como as atitudes do comandante do destacamento contribuíram para o descontentamento de parte dos seus subordinados.

[35] Até o presente momento não encontramos relações anteriores a sublevação que indiquem um possível contato entre o destacamento militar e as famílias Silva e Passos (reiterando que o próprio comandante se posicionou em relação ao comando).

Por fim, sinalizo que as transcrições dos documentos consultados tiveram sua grafia atualizada a fim de facilitar sua leitura e compreensão.

Capítulo 1

As Trilhas do Cadó: conflitos familiares e poder local em Vila Nova da Rainha

1.1 A Bahia e o Brasil durante a Independência e o Primeiro Reinado

A Bahia era uma das províncias mais importantes do jovem Império Brasileiro, depois do Rio de Janeiro, sede da Corte. As efervescências que aconteceram com a abdicação de D. Pedro I tinham reflexos significativos dentro da província, principalmente em Salvador e no Recôncavo, seus principais centros econômicos. Contudo, os sertões da Bahia também sentiram os efeitos desses acontecimentos. Com as notícias que chegavam, as lideranças locais podiam ou não tomar partido – muitas vezes ficavam ao lado do governo – para tomar proveito das situações. Além disso, o palco de atuação desses chefes também era afetado pelos seus rivais políticos. É o caso de Vila Nova da Rainha, onde em 1831, duas famílias entraram em atrito devido a problemas pessoais que logo migraram para o âmbito político com interferência do governo provincial com o envio de um destacamento das Tropas de Linha para apaziguar o conflito.

Para entendermos os acontecimentos do período regencial, faz-se necessário entender a formação do Estado Imperial e a situação da Bahia nesse processo. O Império do Brasil teve sua origem ligada a vários fatores que remontam ao fim do século XVIII e à vinda da Família Real de Portugal.[36] A caminhada para a independência partiu de fatores internos, apesar de não podermos considerar um decurso uniforme – as províncias tinham projetos diferentes – as elites locais se beneficiaram com a presença da Corte Portuguesa, como a abertura dos portos e com o acesso a novos postos de mando. Porém, com a Revolução do Porto em 1821 e o retorno de D. João VI para Lisboa se viram ameaçados com a perda das conquistas e dos espaços alcançados.[37]

Com a pressão sobre o retorno do rei a Portugal, formou-se a Corte Constituinte em Lisboa, a qual visava a discussão para a manutenção da união do Império português.[38] Os

[36] Muitas obras versam sobre o processo de Independência e a constituição do Império; cf. SCHIAVINATTO, Iara Lis. **Entre histórias e historiografias: algumas tramas do governo joanino**. In GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.). O Brasil Imperial vol 1: 1808-1831. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009. A autora versa sobre debates historiográficos acerca do período joanino.

[37] PRADO JR, Caio. **Evolução Política do Brasil:** e outros estudos. São Paulo. Companhia das Letras, 2012, p.47-48. NEVES, Lúcia M. Bastos. Estado e Política na Independência, in GRINBERG, Keila e SALLES Ricardo. O Brasil Imperial, Vol. 1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009, p.95-136.

[38] BERBEL, Marcia Regina. **Os apelos nacionais nas Cortes Constituintes de Lisboa**. In MALERBA, Jurandir (org.). A Independência Brasileira: Novas Dimensões. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

principais debates giravam em torno da reorganização do Império Português e para isso buscavam o diálogo entre deputados peninsulares, de Portugal e os americanos, representantes do Brasil.[39] Conforme indicou Marcia Berbel, as discussões das Cortes Portuguesas aproveitaram a experiência da constituinte espanhola de Cádis, importante para balizar os projetos de Estado Nacional no mundo ibérico e em seus vastos impérios.[40] O principal projeto português era o integracionista, liderado por Fernandes Tomás, que pretendia uma reforma político-administrativa.[41]

D. João jurou a Constituição em abril de 1821, quando deputados brasileiros já estavam sendo escolhidos e para manter o controle sobre esferas de poder na América portuguesa, deixou seu filho, D. Pedro, como regente. Existia o temor por parte de deputados portugueses de que o Príncipe Regente dificultasse a adesão de portugueses do Reino do Brasil à Constituinte.[42] Apesar da preocupação, o Grão-Pará prontamente aderiu à proposta das Cortes Constituintes, em 1821 a Bahia também aceitaria os termos das Cortes.[43] Aceitar os termos integracionistas evitava – ou pelos menos se pretendia evitar- o envio de tropas para o território brasileiro.[44] Todavia, com a chegada dos deputados paulistas e a insatisfação com os governadores das armas nomeados para administrar as províncias luso-americanas, o projeto integracionista se enfraqueceu e se buscou um novo caminho, que passava pela manutenção da base econômico-social do Reino do Brasil.[45] Foram os paulistas os primeiros a apresentar uma proposta para a permanência do Brasil como reino unido e D. Pedro como governante.[46] A questão é que a aceitação de D. Pedro não era unânime, especialmente nas províncias do norte, que viam no regente uma tentativa de centralização do poder a partir do Rio de Janeiro.

A Bahia ainda desconfiava do Príncipe Regente, mas acabou aceitando as condições propostas pelos paulistas por conta do envio de tropas para Salvador. As tentativas de integração e manutenção da nação portuguesa se tornaram difíceis e após ser pressionado pela metrópole e com a aproximação das elites fluminense e paulista, em 7 de setembro de 1822, D. Pedro rompeu oficialmente com Portugal.[47] Em outubro do mesmo ano ocorreu a coroação do agora Imperador, porém nem todas as províncias haviam aderido à Independência e tropas e

[39] Ibidem, p. 182
[40] Idem.
[41] Ibidem, p.188.
[42] Ibidem, p.187
[43] Idem.
[44] A alternativa ao projeto integracionista seria o da autonomia provincial, encabeçado por Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, cada um em defesa de seus próprios interesses.
[45] BERBEL, BERBEL, Marcia Regina. **Os apelos nacionais nas Cortes Constituintes de Lisboa**, p.192
[46] Idem.
[47] BERBEL, Marcia Regina. **Os apelos nacionais nas Cortes Constituintes de Lisboa** p.194

autoridades portuguesas ainda seriam expulsos após uma série de conflitos, tal como ocorreu na Província da Bahia.

A Bahia, pela sua posição tanto geográfica quanto política, tinha uma forte presença de portugueses na capital Salvador e no Recôncavo, centros econômicos da região. Com a crise do açúcar em São Domingo devido a revolução liderada por escravos naquela ilha, o preço do açúcar e das exportações por parte da Bahia aumentaram consideravelmente entre o final do século XVIII e o início do XIX.[48] Em seguida, com a abertura dos portos às nações amigas – em 1810 – a retomada da economia açucareira proporcionou alguma prosperidade à então capitania atraindo ainda mais portugueses, principalmente comerciantes. Com as agitações da independência os partidos Português e Brasileiro começaram a se confrontar. O termo pejorativo "marotos" era utilizado pelos baianos para denominar os portugueses, principalmente os comerciantes, com os quais tinham mais contato.[49] Antes mesmo de declarada a Independência, começou o confronto em Salvador, com os portugueses tomando a cidade em junho de 1822.[50] Sérgio Guerra Filho nos aponta como estava a situação dos portugueses durante o conflito na província,

> Estando as tropas fiéis a Lisboa apenas de posse da capital, a vida dos portugueses europeus no resto da província esteve ameaçada por diversas ações antilusitanas. Estas ações podiam ser violentas, chegando até à morte de alguns portugueses. Durante a guerra e nos anos imediatamente após o seu fim, ser português significava estar no fio da navalha. Qualquer instabilidade política podia se desdobrar em perseguição e violência contra os nascidos em Portugal.[51]

Com o antilusitanismo durante a Guerra de Independência na Bahia, como mencionado pelo autor, a vida dos portugueses fora da capital não foi fácil. Em Vila Nova da Rainha, por exemplo, tivemos a figura do Padre Severo Gomes, ferrenho opositor dos lusitanos.[52]

Após o rompimento com Portugal, a divisão entre o partido Português e o Brasileiro ficou mais nítida. Como ressalta Guerra Filho, portugueses também ajudavam com a causa brasileira doando bens como escravos e dinheiro[53], pois ser tido como "português" ou como "brasileiro" estava mais relacionado a um determinado posicionamento político do que ao lugar de nascimento de cada um. Esse movimento poderia ser verificado dentre as elites baianas,

---

[48] BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano.**: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo 1780-1860. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.
[49] GUERRA FILHO. Sérgio Armando Diniz. **O Antilusitanismo na Bahia (1823-1831)**. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2015.; REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil**: a história do Levante dos Malês. São Paulo Companhia das Letras, 2003, p.32
[50] GUERRA FILHO, Sérgio Armando. **O Antilusitanismo na Bahia**, p.106
[51] Ibidem, p.110
[52] Retornaremos ao Padre Severo mais à frente.
[53] GUERRA FILHO, Sérgio Armando. **O Antilusitanismo na Bahia**, p. 111

parte das quais via nos portugueses uma alternativa mais viável para a manutenção de seus negócios. As primeiras agitações contra portugueses, de acordo com Caio Prado Jr foram na Bahia, junto com as depredações.[54]

Com a ocupação de Salvador, um Governo Interino paralelo pró-separação se instalou na Vila de Cachoeira, a mais importante do Recôncavo no período. O comando do Exército Pacificador – como foram chamadas as tropas baianas – ficou com o general francês Pedro Labatut a mando do governo do Rio de Janeiro. Os soldados que compunham o exército eram em sua maioria homens livres pobres, negros libertos e escravos que buscavam a liberdade.[55] Ignácio Accioli da Silva, trabalhou com as memórias ainda recentes do período (o primeiro volume foi publicado em 1835) e se preocupou principalmente com personagens de famílias notáveis – em sua maioria oficiais – mas sem esquecer da população mais humilde. A descrição do autor, embora voltada à criação de uma dada memória acerca da independência do Brasil na Bahia, assunto que foge a esta dissertação, auxilia no entendimento das ações dos comandantes atuantes na Bahia, principalmente o general Labatut.[56] Como salienta Lina Maria Brandão de Aras,

> Contemporâneo da guerra de Independência na Bahia, Ignacio Accioly não alimentou as glorias do episódio. Seu apoio ao movimento estava vinculado à aceitação da monarquia representada legalmente por D. Pedro, o que justificava seu apoio aos movimentos contra os portugueses. Seus ressentimentos em relação aos portugueses podem ser observados no trato dos líderes lusos presentes no Levante dos Periquitos, na apresentação que o autor faz, desde que sua posição política estava ligada à legalidade, sempre expressa desagrado quanto às ações que fogem à ordem estabelecida.[57]

Após a vitória na Batalha de Pirajá (8 de novembro de 1822) o cerco a Salvador se intensificou levando a tropa fiel a Portugal à rendição. O exército Pacificador adentrou em Salvador em 2 de julho de 1823, encerrando a guerra na Bahia.

Mesmo com a fundação do Império Brasileiro, os distúrbios continuaram em todo o seu território, especialmente durante o Primeiro Reinado e a Regência. A Confederação do Equador na província de Pernambuco, mostrou que um projeto nacional ainda estava distante. Existiam ainda as ideias federalistas e republicanas que assustavam os conservadores no Rio de Janeiro e de outras províncias, além disso a dissolução da Assembleia Constituinte em 1823 e a outorga

---

[54] PRADO JR, Caio. **Evolução Política do Brasil**, p.59 ver também TAVARES, Luís Henrique Dias. **Independência do Brasil na Bahia**. Salvador, EDUFBA, 2005.
[55] SILVA, Ignácio Acciolli. **Memória Histórica e Geográfica da Província da Bahia**. Tomo IV. Salvador. Imprensa Oficial do Estado, 1933.
[56] Ibidem, em especial o capítulo 1.
[57] ARAS, Lina Maria Brandão de. **A Santa Federação Imperial Bahia**, 1831-1833. São Paulo. Universidade de São Paulo, 1995 p 227. (Tese de Doutorado), p. 98.

da Constituição de 1824 por parte do imperador desagradaram parte da elite brasileira, principalmente devido ao Poder Moderador, que dava ao Imperador o poder de intervir em decisões dos demais poderes constituídos, inclusive a dissolução da Assembleia.[58]

Essa indisposição para com o Imperador foi aumentando. Pedro I procurou fortalecer sua posição formando uma base política com deputados e senadores próximos, defensores do que Caio Prado Jr denominou de "absolutismo", visto que o Imperador só convocou o parlamento no ano de 1826[59]

Podemos debater se Pedro I era realmente absolutista[60] – apesar de não negarmos que sua educação se deu em uma corte do Antigo Regime –, porém suas ações eram apresentadas como abusivas para parte das elites brasileiras e, mesmo, da população. Por exemplo, com o advento da Guerra Cisplatina, militares também se dividiram. A maioria dos oficiais – portugueses – entravam em conflito com os brasileiros, muitas vezes subordinados. Mesmo antes do conflito platino, a Bahia foi palco de um levante de soldados descontentes com seus oficiais.

O Batalhão formado por negros veteranos da Guerra de Independência, ficou conhecido como Periquitos, por conta de sua farda. Em 1824, eles se revoltaram contra seus superiores e acabaram por empreender um confronto dentro de Salvador. O comandante das armas da província foi assassinado durante os distúrbios que se sucederam.[61]

O Levante dos Periquitos possuía uma característica semelhante ao ocorrido em Vila Nova da Rainha, mesmo ocorrendo anos depois: a insatisfação com a troca de comandantes. Os revoltosos também estavam descontentes por estarem sob as ordens de um líder com interesses diferentes dos seus. Como mencionado, com os conflitos da independência na década de 1820, começou a surgir uma Tropa de Primeira Linha dita patriótica, que na luta contra os portugueses foi comandada por Pedro Labatut. Depois da vitória, que contou com a participação de homens negros, começaram a existir questões relacionadas à racialização no interior das Tropas de Primeira Linha, muito por conta de alguns terem recebido promoções durante os embates contra os lusitanos.

Esta preocupação com as promoções de homens de cor foi uma das poucas congruências entre o governo imperial e as elites brasileiras, em especial os senhores de escravos. Existia também a preocupação na participação da cidadania não ativa entre os

[58] PRADO JR. Caio. **Evolução Política do Brasil**, p.55.
[59] Ibidem, p. 60-61.
[60] Uma ressalva a ser feita é que o poder moderador não é típico do Antigo Regime e sim uma proposta de quarto poder elaborada por Benjamin Constant, no âmbito do desenvolvimento do liberalismo.
[61] O Levante dos Periquitos será mais bem trabalhado no capítulo 2.

descendentes de escravizados, pois segundo a Constituição de 1824 todos os nascidos livres em território nacional eram reconhecidos como cidadãos, mesmo não tendo a renda para serem votantes (200$000)[62], assim como as mulheres. Podemos relacionar a cidadania com as eleições durante o período eleitoral, principalmente sua divisão em duas fases, das quais só participavam os cidadãos ativos: nas primárias participavam homens com a renda informada (chamados votantes) que elegiam os eleitores, atuantes na fase secundária, que detinham uma renda anual a partir de 400$000 e elegiam os deputados.[63] As eleições se mantiveram assim por praticamente todo Império. Os líderes das vilas do interior se valeriam bastante das práticas eleitorais para manter o poder em suas mãos.[64]

A popularidade do Imperador foi declinando cada vez mais. Suas ações, já impopulares, estavam sendo discutidas dentro da própria Corte. A interferência de Pedro I nas questões de sucessão do trono português descontentou ainda mais a população e trouxe o medo de uma nova recolonização pela antiga metrópole.[65] Na tentativa de melhorar sua imagem, o Imperador fez viagens por algumas províncias a fim de encontrar apoiadores, tal como fizera em 1822. Porém, ao retornar de Minas Gerais, foi recebido com distúrbios, na chamada "Noite das Garrafadas".[66] Após esse incidente, a posição de Pedro I foi ficando cada vez mais insustentável, culminando com sua abdicação.

A Bahia também enfrentou os distúrbios que abalaram o Império. O Levante dos Periquitos foi somente um de outros confrontos, a maioria de menor impacto, mesmo assim levava preocupação para as autoridades. João Reis apresenta algumas reivindicações da "plebe livre",[67] antes mesmo da queda do Imperador. No início da década de 1830, no entanto, as agitações políticas e sociais aumentaram. Existiam as ideias federalistas que perpassavam pela população e pelos intelectuais que viam na monarquia um atraso. O federalismo na Bahia é bem estudado por Lina Maria Brandão de Aras em sua tese, *A Santa Federação Imperial*, na qual analisa esses movimentos ocorridos em Salvador e no Recôncavo.

A autora nos apresenta um panorama historiográfico sobre a província da Bahia em relação aos movimentos federalistas ocorridos nos anos de 1831, 1832, 1833. O acontecimento

---

[62] Posteriormente esse valor irá mudar de acordo com o período e a região. Ver CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil o longo caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.
[63] QUEIROZ, Maria Isaura Pereira, **O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e outros ensaios**. São Paulo. Editora Alfa-Ômega, 1976, p.89; CARVALHO, Cidadania no Brasil, 2002.
[64] PRADO JR, Evolução Política do Brasil, p.61-62
PEREIRA, Vantuil e RIBEIRO, Gladys Sabina**. Primeiro Reinado em Revisão**, in. GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial** vol. 1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.
[66] PRADO JR, Evolução Política do Brasil, p.63.
[67] REIS, Revolução Escrava no Brasil, p. 46.

de 1831 teve como pano de fundo a já mencionada renúncia de D. Pedro I. Esta acirrou os ânimos e proporcionou movimentos sociais como este.[68] O movimento foi liderado por soldados insatisfeitos com o Comandante das armas e com o governo provincial. Existiu grande adesão das camadas populares – de acordo com Aras, 40 militares e um número não preciso de civis.[69] O antilusitanismo também ficou nítido nas pautas do movimento, devido principalmente pelos soldados participantes pertencerem ao 10º Batalhão, que lutou na Guerra de Independência.[70] O conflito durou pouco tempo (poucas horas), seus participantes foram presos no Forte de São Pedro e se insurgiram novamente um ano depois, iniciando a revolta federalista de 1832.[71]

O movimento de 1832 começou em São Félix e se estendeu para a vila próxima, Cachoeira, uma das principais do Recôncavo. Mais organizado que o primeiro, os federalistas fizeram um documento (manifesto) expressando seus ideais, lendo-o para a população da vila e tomando a Câmara Municipal de Cachoeira com a instalação de um Governo Provisório.[72] As autoridades temiam perder o controle do Recôncavo e buscaram cercar as vilas. Um dos líderes do movimento, o capitão Guanaes Mineiro, se comunicou com um juiz de paz da vila de São Gonçalo dos Campos pedindo para este se juntar a causa. Entretanto, João Pedreira do Couto Ferraz – o dito juiz – se comunicou com o Presidente da Província, Honorato de Barros Paim, solicitando medidas para conter a situação em São Félix e Cachoeira.[73] Foram enviadas tropas para as vilas e estas tiveram a adesão de soldados envolvidos no movimento, o que dificultou as coisas para o Governo Provisório. Os rebeldes foram presos e enviados a Salvador e a ordem foi reestabelecida momentaneamente.[74]

O medo de uma nova insurreição federalista percorria por todos os setores da política baiana. As autoridades estavam alertas a todas as movimentações suspeitas que ocorriam em Salvador, como nos apresenta Aras,

> Essa era uma ocasião de completa intranquilidade e quaisquer comportamentos que fugissem ao comum fazia supor a organização de novo movimento federalista Até mesmo a posse de armas, a reunião de pessoas ou conversas informais faziam suspeitar de conspiração, levando ao sumário crime.[75]

[68] ARAS, Lina Maria. **A Santa Federação**, p. 104.
[69] Ibidem, p.108.
[70] Ibidem, p.109.
[71] Idem.
[72] ARAS, Lina Maria. **A Santa Federação**, p. 112-113.
[73] Ibidem, p.115.
[74] Idem.
[75] ARAS, Lina Maria. **A Santa Federação**, p.124.

Com essas precauções (ou temor) as autoridades buscaram a todo momento suprimir as aglomerações e suspeitavam de alguns soldados da Tropa de Primeira Linha.[76] Os militares estavam claramente divididos, com os soldados mais rasos próximos das ideias federalistas e os oficiais "defensores da Pátria", como aparece em um manifesto elaborado pelos mesmos.[77] Em 26 de abril, estourou a rebelião com a tomada da Fortaleza do Mar – onde estavam presos – e alguns navios. Novamente Guanaes Mineiro, que havia sido levado a essa prisão, estava na liderança do movimento. Após as autoridades bombardearem o reduto dos rebeldes, ocorreu um bombardeio à cidade, o que redobrou a preocupação das autoridades para conterem o movimento.[78]

Esses movimentos federalistas ocorreram no período de descentralização e instabilidade da Regência. A Bahia ainda sofreria com a Revolta dos Malês em 1835 e a Sabinada em 1837, ambos ocorridos em Salvador. Essas revoltas deixaram as e autoridades em alerta. Dilton Araújo analisando o período pós-Sabinada nos relata a articulação das autoridades provinciais para debelar reuniões que pudessem indicar riscos à paz – daí o nome Tutu no título da obra, referindo-se ao medo e tensão que acometia aquele período. Tais atitudes foram respostas da ala conservadora, que estava em ascensão devido a sua presença no gabinete imperial, para impedir novas revoltas.[79]

Porém, o interior da província também sofria com problemas de ordem pública. Os sertões baianos foram palcos de conflitos entre famílias – muitas vezes rivais pelo poder local – que preocupavam as Câmaras Municipais dessas vilas. Foi o que ocorreu em Vila Nova da Rainha.

1.2 Uma história para contar

Ao se aproximarem dos entornos da Serra do Espinhaço os viajantes encontravam uma pequena lagoa para repousar. A distância para as minas da Jacobina era de 110 Km, aproximadamente. Os que desciam da capitania do Piauí com suas boiadas em direção à Capital e ao Recôncavo também aproveitavam a região para abastecer e engordar o gado.[80] Com o

[76] Idem.
[77] ARAS, Lina Maria. **A Santa Federação**, p. 125.
[78] Ibidem, p.127-128.
[79] ARAÚJO, Dilton Oliveira de. **O Tutu da Bahia**: transição conservadora e formação da nação. Salvador, EDUFBA, 2009.
[80] LOPES, Rodrigues Freitas. **Nos Currais do Matadouro Público**: o Abastecimento de Carne Verde em Salvador no século XIX (1830-1870). Dissertação de Mestrado 153 fls; Salvador, 2009; MACHADO, Paulo Batista. **Notícias e Saudades da Vila nova da rainha, aliás, Senhor do Bonfim.** Salvador, EDUNEB 2007.

passar do tempo foram começando a surgir fogos (casas) e estabelecimentos comerciais de pequeno porte na região da lagoa. A proximidade com a Missão de Nossa Senhora das Neves do Sahí, possibilitou que fosse criado o Arraial de Senhor do Bonfim da Tapera, em 1750. Quando o arraial cresceu seus habitantes solicitaram a criação de uma vila. Atendida a solicitação, em 1 de outubro de 1799, nomeou-se Vila Nova da Rainha em homenagem a D. Maria I.[81] Foi então criada uma Câmara Municipal e uma igreja para a freguesia. Os membros destas duas instituições comandaram a política local durante o século XIX.

Após a Independência do Brasil em 1822, a cena política de Vila Nova da Rainha passou a ser comandada pelo padre Severo Cuim Atuá, que adotara esse sobrenome indígena durante o movimento antilusitano nas disputas pela independência – seu nome de batismo era Severo Gomes da Silva –, sua força no cenário local provinha de seus familiares detentores da Fazenda Itiúba.[82] Seu irmão, Joaquim Simões Silva, conhecido como Cadó, detinha o título de capitão-mor, provavelmente por influência de seu pai.[83] É certo que outras famílias buscavam o protagonismo dentro de Vila Nova Rainha, porém, a família Silva parece ter dado as cartas na primeira metade do século XIX. A aparente falta de rivais à altura para o padre Severo e Joaquim Simões mudou quando este se envolveu em um caso de defloramento contra a filha mais nova da família Passos. As famílias, que até então possuíam uma aliança política, desencadearam um conflito que abalou as disputas locais no município levando o governo da província a enviar um efetivo das Tropas de Primeira Linha (Exército)[84] na tentativa de apaziguar o confronto.

A presença de conflitos entre famílias pelo poder local não era algo incomum. A dinâmica política presente no interior do Império, nesse caso os sertões da Bahia, se baseava em relações definidas pelos historiadores pelos termos mandonismo e clientelismo, principalmente ao se tratar das relações de poder estabelecidas entre elites e demais grupos sociais atuantes no início do período republicano.[85]

---

[81] MACHADO, **Notícias da Vila Nova da Rainh**a... 2007, p.37-38.
[82] Ibidem, p.150; SILVA, Adolpho. **Bonfim, terra do bom começo**. Salvador: Mensageiro da Fé, 1971, p.28.
[83] AZERÊDO, Robério**. Itiúba e os Roteiros do Padre Severo**. Itiúba, 1987, p.22; SILVA, Lourenço Pereira da. Memória **Histórica e Geográfica Sobre a Comarca do Bomfim**. Salvador. Typo e Encadernação – Reis & C. 1915, p.109.
[84] O termo mais próximo para se designar as forças pagas no Brasil Imperial é Tropa de Primeira Linha. As demais forças militares, principalmente a Guarda Nacional, eram chamadas de Segunda Linha e não recebiam regularmente por seus serviços, já que eram civis. Sobre as forças em armas no Brasil. C.f. KRAAY, 2011; para a Guarda Nacional ver CASTRO, 1979, SALDANHA, 2006 e 2013; FERTIG, 2011.
[85] IVO, Isnara Pereira. **O anjo da morte contra o santo lenho**: poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2004.

A distância de determinadas regiões e consequentemente a demora do governo central em chegar a estas localidades fez com que senhores locais estabelecessem formas de dominação ligadas às relações sociais (ou de poder). Porém, a ideia de um sertão isolado é contraposta pela participação de Tropas de Linha na disputa familiar. Apesar de poderem tomar decisões mais independentes do que se estivessem no "centro" ainda existia a necessidade de reportar aos governos provinciais e mesmo imperial a ocorrência de altercações locais.

Destarte, este trabalho analisa o conflito entre os Silva e os Passos bem como a formação de Vila Nova da Rainha no contexto político no início do período regencial na Bahia. A formação da vila surgiu durante o processo de colonização dos sertões baianos, em meio ao movimento no qual o Império Português procurava expandir o controle territorial e o desenvolvimento econômico de seus domínios da América com a descoberta de minas de ouro e demais minerais e a ocupação de regiões interioranas com a atividade criatória. A descoberta de ouro e pedras preciosas na capitania de Minas Gerais na passagem do século XVII para o XVIII levou vários exploradores a adentrarem o interior das demais capitanias. Eram organizados dois tipos de forças de expedições: As Bandeiras e as Entradas. As primeiras eram organizadas pela Coroa, enquanto as segundas tinham um caráter mais privado.[86] De acordo com Machado,[87] foram essas empreitadas que adentraram os sertões baianos. Durante o trajeto, acabavam fixando seus acampamentos próximos a fontes de água. Com o tempo, estas povoações foram ficando maiores e servindo de base para as rotas que cruzavam os sertões.[88]

Lycurgo Santos Filho, estudando a trajetória dos moradores do Campo Seco, situado na vila de Rio de Contas, sugere que a formação dessa localidade também se deu durante a procura pelas minas de ouro. De acordo com o autor, a vila

> Era, em fins do século XVII, povoado de bandeirantes paulistas e mineiros, quase todos batedores de ouro e garimpeiros de diamantes, homens que viviam de olhos voltados para o chão, chumbados às bateias (...). Aos paulistas e mineiros, ajuntaram-se homens da Metrópole, gente das demais capitanias brasileiras e de muitas outras regiões do mundo português.[89]

A passagem acima apresentada, aponta que a busca do ouro foi uma das principais rotas para o povoamento dos sertões baianos. Todavia, John Manuel Monteiro afirma em sua obra, "Negros

[86] SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1965.
[87] MACHADO, *op.cit.*
[88] SANTOS FILHO, Lycurgo. **Uma comunidade rural do Brasil antigo** (aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p.5.
[89] Idem.

da Terra", que trata do movimento bandeirante paulista, que o principal objetivo das bandeiras era a caça de índios.[90] Segundo o autor:

> Alguns dos colonos que participaram das expedições sem dúvida alimentavam certa esperança de alcançar a riqueza instantânea que um descobrimento de prata traria, mas a maioria alistou-se nestas aventuras de olho na oportunidade de criar ou expandir suas posses de escravos.[91]

Monteiro não defende que a procura pelos metais estava fora dos planos dos aventureiros, pelo contrário, como mostra a passagem acima. Porém, ele sustenta que a procura por escravos (indígenas) era o alvo central de suas expedições. O autor conclui seu pensamento afirmando o seguinte:

> No fim das contas, a principal função das expedições residia na reprodução física da força de trabalho e não, conforme se coloca na historiografia convencional, no abastecimento dos engenhos do litoral, embora alguns cativos tenham sido entregues aos senhores de engenho.[92]

Além da busca por metais e escravizados indígenas, a expansão da pecuária também foi um fator para a conquista dos territórios interioranos. A criação de gado[93] era um comércio lucrativo, porém, necessitava-se de espaço para seu desenvolvimento, visto que a economia colonial do litoral era voltada para a produção do açúcar a partir do cultivo da cana-de-açúcar. Mônica Dantas atesta que as atividades pecuárias também foram relevantes para a indústria açucareira, tendo em vista que muitos engenhos utilizavam a força dos bois para moer a cana, além da carne ser uma das bases para a alimentação na colônia.[94]

Na província da Bahia, a criação de gado se deu juntamente com a formação de fazendas, em especial as terras pertencentes a Casa da Torre.[95] André João Antonil, falando sobre as posses de Garcia D'Ávila, informa que possuíam, "duzentas e sessenta léguas pelo rio de São Francisco, acima à mão direita, indo para o sul, e indo do dito rio para o norte chega a

---

[90] MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra**: Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo, Companhia das letras, 1994.
[91] Idem; p. 61.
[92] Ibidem; p. 98.
[93] Aqui me refiro ao gado vacum, pois de acordo com a bibliografia analisada sobre Vila Nova da Rainha, eram os animais predominantes na criação e comercialização da região. MACHADO, Notícias da Vila Nova da Rainha...2007, p.37-38.
[94] DANTAS, Monica Duarte. **Povoamento e Ocupação do Sertão de Dentro Baiano** (Itapicuru, 1549-1822). Penélope, n.23, 2000, pp. 9-30.
[95] A Casa da Torre era pertencente aos descendentes de Garcia D'Ávila. CALMON apud. MACHADO, 2007; MIRANDA, Carmelia Aparecida Silva. **Vestígios Recuperados**: experiências da comunidade negra rural do Tijuaçu. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006, p.57-58. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Feudo**: a Casa da Torre de Garcia D'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2015.

oitenta léguas".[96] Dantas também defende a importância das boiadas para o desbravamento dos sertões baianos, na visão da autora, Garcia D'Ávila e sua Casa da Torre foram significativos, todavia, o mérito deveria recair sobre os homens e as tropas que conduziram o gado território adentro.[97] Raphael Rodrigues Vieira Filho defende que muitos escravos conduziam os rebanhos na região de Jacobina.[98] Santos Filho também ressalta que os caminhos trilhados pelas boiadas auxiliaram no povoamento do interior da Bahia, estando este diretamente ligado ao desenvolvimento das atividades pecuaristas. O autor afirma que,

> [...] caminhos esses abertos na rota de currais já formados e dos que se formaram, por vias ou decorrência das mesmas estradas (...). Essas trilhas de penetração, rotas que procuravam as minas, transformaram-se, por fim, em estradas de boiadas e tropas, escoadouro dos produtos daquela região, onde estava o Campo Seco, região que os historiadores apontam como de intenso desenvolvimento da pecuária na época.[99]

Para Vila Nova da Rainha, Machado também aponta que a povoação da região se deu com a formação das fazendas e dos caminhos trilhados pelas tropas no comércio de gado[100], provavelmente, os grupos de poder local estavam envolvidos nesse negócio ou no abastecimento das tropas, pois Antonil, no início do século XVIII, nos informa que as regiões pertencentes a Jacobina (da qual Vila Nova fazia parte) serviam de descanso e ponto de comércio para as tropas de gado.[101]

O primeiro tipo de povoação que se tem notícia neste território é uma Missão fundada por padres franciscanos. O convento de Nossa Senhora das Neves de Missão do Sahy foi erguido por volta do ano de 1697, data da chegada desses clérigos na região.[102] As terras pertenciam a Casa da Torre e serviam de aldeamento para os índios.[103]

Aqui faço uma ressalva, apesar da tradição apontar que os indígenas que viviam naquelas terras eram pataxós, é mais provável que fossem quiriris.[104] Segundo Dantas, as Missões ajudaram a preservar as vidas dessas pessoas durante a expansão para os sertões.[105]

---

[96] ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982, p.157 (Coleção Reconquista do Brasil). Disponível em: www.culturata.com.br/obras/Culturata%20e%20opulencia%20do%20Brasil.pdf, acesso em 28/08/2017.
[97] DANTAS, Mônica. **Povoamento**..., 2000.
[98] VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. **Os negros em Jacobina (Bahia) no século XIX**. São Paulo: Annablume, 2009.
[99] SANTOS FILHO, Lycurgo. **Um Comunidade Rural**... 2012; p. 9.
[100] MACHADO, Paulo Batista. **Notícias da Vila Nova da Rainha**... 2007, p. 37.
[101] ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência no Brasil**. São Paulo, EDUSP, 2008.
[102] Não se tem uma data precisa sobre a instalação da Missão. MACHADO**, Notícias da Vila Nova da Rainha**... 2007, p. 25.
[103] MACHADO, Paulo Batista. **Notícias da Vila Nova da Rainha**...2007, p.35.
[104] Ibidem, p.19.
[105] DANTAS, Mônica**. Povoamemto**,2000, p.12.

Machado defende que a Missão do Sahy se tornou o aldeamento para os indígenas que sobreviveram.[106] O convento perdurou até 1843, ano em que foi desfeito por uma ordem emitida pelo Juiz da comarca de Jacobina.[107] Dantas aponta que o aumento das fazendas de gado e da densidade populacional, fora prejudicial aos padres das missões no interior.[108] Interessante perceber como as atividades pecuárias ao mesmo tempo que, indiretamente, ajudaram a vinda de Missões para os sertões baianos, foram um dos motivos de sua queda.

A Missão do Sahy cresceu rapidamente e foi elevada a vila em 5 de agosto de 1720. Se tornou também a sede da comarca de Jacobina.[109] Um dos seus distritos era a Tapera, um dos pontos de paragem das boiadas e daqueles que seguiam para as minas de Jacobina. Alguns vaqueiros e tropeiros começaram a se estabelecer naquele local, começando uma agricultura de subsistência e venda para os viajantes. Além dos produtos agrícolas, vendiam-se também produtos derivados da pecuária, como a carne e o couro. Santos Filho afirma, baseado nos documentos da Fazenda do Campo Seco, que os vaqueiros recebiam algumas crias de bois e almejavam se tornar criadores.[110] Esses homens então viram a oportunidade de crescer economicamente naquele território, pois sabiam de sua localização estratégica. Por esse motivo, é plausível que a Tapera tenha crescido devido a tal atitude.

A Tapera se valeu então do que Machado chamou de "roteiros de povoação". O autor identificou quatro destes roteiros: a busca de metais preciosos, a caça de índios, a instalação de fazendas e o dos tropeiros. [111]Estes trajetos apresentados se enquadram no processo de colonização dos sertões. O último deles (o dos tropeiros), é tradicionalmente apontado como o principal povoador da Tapera. Pois a região era importante para as boiadas, pois ligava o São Francisco à Salvador e ao Recôncavo. Além desses locais, as tropas também saiam do Maranhão e do Piauí, passando pelo Longal.[112]

O crescimento da Tapera se deu concomitantemente com o declínio da vila de Missão do Sahy, que perdeu o posto de sede da comarca, que fora passada para a vila de Jacobina em 1724.[113] Já na metade do século XVIII, a localidade apresentava um considerável número de habitantes. Segundo Silva (1971), a Tapera sofria com ditos vadios que vinham acompanhando as boiadas e aterrorizavam os habitantes. Nas palavras do autor, "foi isto que alegaram na sua

[106] MACHADO, Paulo Batista. **Notícias da Vila Nova da Rainha**... 2007, p.25.
[107] SILVA, Adolpho. **Bonfim, terra do bom começo**, 1971.
[108] DANTAS, Mônica. **Povoamento**..., p.12.
[109] SILVA, **Bonfim, terra do bom começo**, 1971, p.20-21.
[110] SANTOS FILHO, Lycurgo. **Uma comunidade rural**... 2012.
[111] MACHADO, Paulo Batista. **Notícias da Vila Nova da Rainha**...2007, p. 43.
[112] SILVA Adolpho. **Bonfim, terra do bom começo**, 1971, p.13.
[113] Idem.

representação à ouvidoria da Bahia, tendo sido a sua iniciativa coroada de êxito em 1750, quando a povoação tomou o nome de Arraial do Senhor do Bonfim da Tapera".[114] A necessidade de melhorar a administração local fez com que a localidade fosse elevada a Arraial.

O Arraial da Tapera continuou crescendo, chegando já em 1797 a 600 habitantes. Com o desenvolvimento da região, conflitos com grupos não proprietários, chamados de vadios e baderneiros na documentação de época e na crônica dos séculos XIX e início do XX, passaram a incomodar as autoridades locais.[115] Como o Arraial estava sob a jurisdição de Jacobina, era preciso encaminhar os criminosos presos para a sede, distante 25 léguas. Tal situação serviu de justificativa para que os moradores encaminhassem ao governador geral da Bahia o pedido para a elevação do Arraial a Vila, visto que era a Câmara que cuidava da coerção aos delitos locais.

Também contribuiu para a petição dos moradores da Vila a Carta Régia do Rei D. José I de Portugal[116], que permitia ao Governador Geral da Bahia transformar os arraiais com mais de 250 fogos (casas) em vilas.[117] A Carta Régia também tratava dos perigos de se transitar nas estradas do interior da capitania. O pedido era para que se permitissem somente que roceiros, bandeirantes e tropeiros utilizassem aqueles caminhos, justamente para impedir que os "baderneiros" atrapalhassem a tranquilidade dos moradores. Os habitantes do Arraial da Tapera se basearam nas ordens reais para requisitar a ascensão de sua localidade a vila.

Em 8 de junho de 1799, uma carta do Ouvidor Geral da comarca de Jacobina foi endereçada ao Ouvidor da Comarca da Bahia. Nela era pedido que fosse criada uma vila no então Arraial de Senhor do Bonfim da Tapera. Abaixo segue um trecho da missiva, trazendo argumentos para a instalação da vila.

> Por ser uma das principais povoações da Comarca, contém considerável número de casas arruadas, com igreja, para cima de seiscentas almas de confissão, se acha totalmente inabitável pela grande afluência de vadios e malfeitores, os quais, ajuntando-se de todas as partes por ser estrada publica dos sertões do Piauí, Longal, Maranhão e Rio de s. Francisco, cometia sucessivamente distúrbios, muitos roubos e mortes, e andando publicamente armados com armas proibidas, de sorte que até assistiam nesta figura o sacrifício da Missa, e gozando de alguma tranquilidade ao depois daquele estabelecimento do julgado que se havia assinado em virtude de minha ordem, e compreendia mais de cinco mil habitantes.[118]

[114] Ibidem, p. 14.
[115] SILVA, Lourenço Pereira da. **Memória Histórica e Geográfica Sobre a Comarca do Bomfim**. Salvador. Typo e Encadernação – Reis & C. 1915.p.81.
[116] A Carta Régia é anterior a morte de D. José (1777), porém como será apresentado, o arraial será elevado a vila em 1799.
[117] MACHADO, Paulo Batista. **Notícias da Vila Nova da Rainha**... 2007, p.45.
[118] Portaria ao ouvidor da Comarca da Bahia, 08/06/1799 apud. MACHADO, 2007, p. 49.

A presença dos tais malfeitores parecia realmente incomodar aos homens bons, livres, proprietários e aptos a ocupar os postos na câmara, do Arraial, visto que assim como na criação dele, o principal argumento para a criação da vila foi a defesa contra esses homens. Esses ditos vadios, segundo Machado,[119] eram pessoas que não possuíam terras ou não se encaixavam no processo civilizador da Coroa Portuguesa[120], gente, portanto, provavelmente refratária à vinculação permanente a um proprietário ou poderoso local, que circulava pelas vilas ou se ocupava de atividades agrícolas como posseiros ou agregados temporários. O discurso de vadiagem era utilizado pelas autoridades para designar essas pessoas sem atividades fixas que não contribuíam para o Estado. Indígenas, libertos, mestiços e brancos pobres costumavam aparecer nos relatórios denunciando a propensão dessas camadas ao ócio. Analisando a capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII, Ana Paula Medicci identifica no discurso de memorialistas as críticas a essas pessoas por não se engajarem em rotinas disciplinadas de trabalho.[121] Podemos entender também essa "vadiagem" como uma marca da pobreza da maior parte da população livre nos períodos colonial e imperial, o que pode explicar os constante assaltos e ataques nos sertões.

A preocupação com a segurança pública, ou a "boa polícia", como se dizia na época, continuaria mesmo após a elevação da localidade a vila, como apresentam as correspondências da Câmara Municipal.[122] Quatro meses após a Portaria enviada ao Ouvidor da Comarca da Bahia, foi enviado um Auto, que se tornou a carta de fundação da vila, em 1 de outubro de 1799. Nela estavam contidos os agradecimentos às autoridades, assim como se fazia referência a população local como pode ser visto no trecho abaixo.

> [...] a Nobreza do povo não somente do dito arraial, mas também da freguesia, e sendo presentes lhe propôs que ele se achava autorizado em nome de Sua Majestade Fidelíssima pelo Governador Capitão Geral da cidade da Bahia, Dom Fernando José de Portugal, para a criação da Vila, que se mandara estabelecer neste mencionado arraial, em virtude da "representação" do povo.[123]

Note-se a referência à "nobreza do povo", ou seja, aos homens bons que constituíam a governança local e que, nessa posição, estariam aptos a gerir os destinos de suas gentes. Na

[119] Ibidem, p.50.
[120] SILVA, Lourenço Pereira. **Memória Histórica e Geográfica**... 1915, p. 80-81.
[121] MEDICCI, Ana Paula. **Entre a "decadência" e o "florescimento"**: a Capitania de São Paulo na interpretação de memorialistas e autoridades públicas (1782/1822). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2005, p.42-43. Ver também LOURENÇO, Fernando Antonio. **Agricultura ilustrada**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
[122] APEB. Correspondências da Câmara de Vila Nova da Rainha, 1855-1858, maço 1460.
[123] Auto de Criação da Vila Nova da Rainha, 01/10/1799 apud. MACHADO, 2007, p. 51

continuidade da carta, aparece uma repetição dos argumentos apresentados na Portaria de 8 de junho de 1799. O Auto também se referia a criação da cadeia e da Câmara que seria responsabilidade dos moradores da agora Vila. Após as formalidades, o Escrivão atesta que a localidade passava a se chamar "Vila Nova da Rainha" e estava desligada das dependências da Vila de Jacobina. Aqui apresento o conteúdo da carta:

> E para que fiquem os povos conservados em uma perfeita harmonia e tranquilidade, paz e sossego por meio das Justiças que restabeleceram para bom governo dela, mas também para evitar incômodos que se dão de tratar das suas dependências de Vila de Jacobina em distância de vinte e cinco léguas, pagando as custas, o qual não fica tendo lugar nesta nova Vila, e sem o Regimento do sertão, e visto e ouvido todo o expressado pela Nobreza e povo do dito Arraial que presentes se achavam, conviera, na mesma obrigação conveniente a pediram, ratificando a seu anterior requerimento, declarando que ele de boa vontade, e sem constrangimento algum que dariam e aceitavam a criação da mesma Vila, pelas utilidades que requeriam, e então o dito Ministro informado dos anteriores limites assim do Julgado de Itiúba como da Tapera, assinou-se pôr termo desta Vila, que ficará denominada – Vila Nova da Rainha – Toda a extensão e demarcação da Freguesia de Santo Antônio de Jacobina Velha, ficando-lhe subordinado o julgado de Itiúba, enquanto assim o disse de boa razão a utilidade dos povos e o bom serviço de Sua Majestade, cujo Julgado de Itiúba terminará os seus terrenos e limites no sítio e lugar denominado Mucuri, por onde transita deste Arraial à Vila de Jacobina (...).[124]

No imaginário da população, a Vila Nova da Rainha recebeu esse nome devido a passagem da rainha D. Maria I pela região, todavia, é fácil desconstruir esta afirmação, visto que a Família Real só pôs os pés no Brasil em 1808, devido à invasão das tropas napoleônicas a Portugal. Pelo que parece, o nome não fora uma escolha dos moradores locais. De acordo com Machado, era comum na América Portuguesa que localidades recém-criadas recebessem o título de "Vila Nova".[125] O que deve ter ocorrido foi uma homenagem da própria Coroa à rainha. Daí pode ter surgido a história da monarca ter feito uma estadia no município. Machado apresenta também, que existiram outras vilas com o mesmo nome, como Campina Grande na Paraíba.[126]

A partir deste momento, Vila Nova da Rainha passou a gozar de autonomia política e administrativa com relação a Jacobina,[127] pois fora ordenada a criação da Câmara de Vereadores e da Cadeia, como já citado. Dois dias depois de sua inauguração ocorreram as primeiras eleições, nas quais é possível perceber a presença de homens com postos militares, provavelmente das tropas de segunda linha, nos cargos administrativos da Vila. Eram eles: o

[124] Auto de Criação da Vila Nova da Rainha, 01/10/1799 apud. MACHADO, 2007, p. 55.
[125] MACHADO, Paulo Batista. **Notícias da Vila Nova da Rainha**... 2007, p. 57.
[126] Idem.
[127] Ainda assim, judicialmente estava atrelada à Jacobina, já que compunha a comarca.

Capitão José Ferreira Guimarães, o Sargento-mor José Alves de Carvalho e o Furriel Gabriel Gonçalves da Silva. Estes foram o Juiz de Órfãos e Juízes Ordinários, respectivamente.[128]

Após conseguir a emancipação política da Vila de Jacobina, faltava ainda a religiosa. O catolicismo esteve presente na povoação da região com os padres franciscanos que ergueram a Igreja de Nossa Senhora das Neves da Missão do Sahy. Com a fundação do Arraial, foi erguida uma nova capela, em homenagem ao Senhor do Bonfim, que deu nome à localidade.[129] O templo permaneceu ligado a Paróquia de Santo Antônio de Jacobina Velha, atual cidade de Campo Formoso até sua elevação a Freguesia, aceita em dezembro de 1812 e instalada em meados de 1815.

Como citado anteriormente, a relação entre religião e política local foi bastante forte dentro de Vila Nova da Rainha. Isto deveu-se principalmente pela figura do Padre Severo Cuim Atuá e sua forte influência política (em conjunto com sua família) que levou ao acontecimento conhecido como Guerra do Cadó.

1.3 A Guerra do Cadó: Poder, Religião e Forças Militares

O conflito entre os Silva e os Passos pode ser entendido através de acontecimentos que remetem ao processo de independência do Brasil. A forte onda antilusitana que se desencadeou com a Guerra de Independência na Bahia teve reflexos até mesmo no munícipio de Vila Nova da Rainha com várias prisões e perseguições a portugueses. O Padre Severo foi um dos que incentivou o acossamento dos lusitanos e, como citado anteriormente, passou a adotar um nome nativo, Severo Cuim Atuá. Como apresentado, o antilusitanismo, segundo Reis, foi um movimento que se estendeu na província da Bahia até a abdicação de D. Pedro I permanecendo resquícios até tardar da década de 1830 e influenciou principalmente a população mais pobre.[130] Esta culpava os comerciantes portugueses por altas nos preços e mesmo por reter determinados produtos contribuindo para a carestia.[131] Ironicamente, o vigário tinha pais portugueses e estes acabaram sendo presos.[132]

---

[128] SILVA, Lourenço Pereira. **Memória Histórica e Geográfica**... 1915, p. 98-99. O termo de Vila Nova da Rainha possuía, em 1804, 3.735 habitantes. Mappa do Terço de Ordenanças da Vila Nova da Rainha, feita por José Ferreira de Guimarães, seu Capitão-Mor em 1804, fl. 4, disponível em http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mssp0000245/mssp0000245.pdf, acessado em 5 de setembro de 2019.
[129] SILVA, Adolpho. **Bonfim, terra do bom começo**, 1971, p.16.
[130] REIS, Rebelião Escrava, 2003, p.47.
[131] Ibidem, p.48.
[132] SILVA, Lourenço Pereira. **Memória Histórica e Geográfica**...1915, p.106.

De acordo com Lourenço Silva, os pais do padre, Joaquim Simões da Silva e Dona Maria Silveira, foram autuados por uma dívida de 6$400 para soldados que lutavam pela causa do recém fundado Império.[133] Para tirar seus genitores da cadeia, o sacerdote recorreu à Vila de Cachoeira, então centro administrativo e da resistência aos portugueses durante a Guerra de Independência na Bahia. Relatava a carta,

> Atendendo a ter o preso setenta e oito anos de idade e a ter concorrido para a augusta causa que defende a província com 5:000$000 de empréstimo e 200$000 de donativo, fora cabeças de gado que tem dado, pelo que mostra a maior adesão a presente causa, e igualmente atendendo aos serviços prestados pelo mesmo Reverendo Vigário na derrama e coleta de gados de que fora incumbido, e finalmente obediente o Conselho aos princípios liberais que todos emos (sic) proclamado, os quais não sofrem tais procedimentos e mormente o sequestro que jamais pode ter lugar em tais casos, ordena ao Ouvidor Interino da Comarca de Jacobina (...) e bem assim o Capitão-mor do distrito e qualquer autoridade ou oficial militar que se achar incumbido da Guarda do referido Capitão Joaquim Simões da Silva, o faça logo soltar (...).[134]

Como resposta, a Câmara de Vila Nova da Rainha rejeitou o pedido alegando que a irregularidade ia de encontro a causa nacional.[135]

O Padre Severo Cuim Atuá é uma figura controversa na história do conflito e consequentemente de Vila Nova da Rainha. As poucas fontes que tratam dele afirmam sua influência e a de seu irmão – não é possível precisar se seu pai já havia falecido quando eclodiu o confronto contra os Passos – ambos líderes com autoridade militar e religiosa.

O envolvimento do padre Severo Cuim Atuá, membro dos Silva, nos acontecimentos de 1832-33, pode ser entendido pela presença do clero católico dentro da política imperial. De acordo com Françoise Jean Oliveira de Souza, a presença dos sacerdotes no cenário político nacional foi comum durante o Primeiro Reinado e a Regência. O prestígio dos padres políticos na esfera política do Império perpassa também pelo fato destes serem pessoas letradas em meio a uma população com altas taxas de analfabetismo. Nas palavras da autora, "Cercado por uma população, em sua maioria, iletrada, o clero brasileiro acabou sendo solicitado a concorrer nas eleições, desde a vereança até as câmaras legislativas provinciais, nacionais e no senado".[136]

Além disso, como o padre Severo Cuim Atuá, a atuação dos clérigos nas vilas do interior foi, muitas vezes, mais forte que a presença das autoridades civis. No imaginário de

---

[133] Idem.
[134] Ibidem, p. 106-107.
[135] Ibidem, p. 107-108.
[136] SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. **Religião e Política no Primeiro Reinado e Regências**: a atuação dos padres-políticos no contexto de formação do Estado imperial brasileiro. Informes almanack braziliense n°08 novembro 2008, p.02.

boa parte da população, a monarquia e a religião andavam juntas desde o período colonial.[137] Cuim Atuá já atuava em Vila Nova da Rainha anos antes da Independência, tendo adotado um nome indígena para expressar seu apoio aos movimentos antilusitanos que aconteciam na província (seu nome real era Severo Gomes da Silva).[138] Soma-se a estes fatos a origem familiar do sacerdote, nascido em uma família influente na região. Souza afirma que grande parte dos padres eram de famílias ricas, o que facilitava também a alfabetização dos mesmos.[139] Seu papel como líderes dentro das comunidades também lhes proporcionou sua participação em movimentos populares como a Cabanada (1832-36).[140]

A importância dos membros da Igreja também estava explícita durante os atos eleitorais. As eleições ocorriam dentro das igrejas, sem contar que cabia à Paróquia convocar os eleitores que iniciavam a votação após a celebração de uma missa. Entretanto, a importância da Igreja ia além das eleições. Na construção do Estado no Brasil foram utilizados os documentos produzidos pela Igreja, reforçando ainda mais os poderes do clero na vida política. Os registros como os de batismo, casamento e óbito eram responsabilidades das freguesias locais.[141]

Cândido da Costa e Silva analisa o clero na Bahia oitocentista e traça um panorama da presença da Igreja no interior da província, além de identificar as paróquias (ou freguesias) presentes no sertão. A tese do autor corrobora com o que identifico dentro do conflito entre as famílias: a grande religiosidade da população, o que pode explicar a forte influência do padre Severo dentro do município e no confronto entre as famílias.[142] Podemos entender também, como aponta Costa e Silva, a importância do clero na expansão para o sertão, o que no nosso entendimento, corrobora com Souza e sua análise sobre a importância do clero na política Imperial.

As ações do Padre Severo se tornaram mais incisivas à medida que sua autoridade ultrapassava as fronteiras da fazenda Itiúba e chegava na Câmara de Vila Nova da Rainha. O poder do vigário fora herdado do seu pai, Joaquim Simões da Silva, já mencionado. Seu grupo exerceu o comando político por pouco mais de duas décadas em Vila Nova da Rainha e até tardar do século XIX e início de XX em Itiúba.[143] Por esse motivo a bibliografia sobre o

[137] Idem.
[138] MACHADO, Paulo Batista. **Notícias da Vila Nova da Rainha**...2007.
[139] SOUZA, **Religião e Política**...2008, p.09.
[140] Ibidem, p.07.
[141] Idem.
[142] SILVA, Cândido da Costa e. **Os Segadores e a Messe: o clero oitocentista na Bahia**. Salvador: Edufba, 2000.
[143] AZÊREDO, Robério. **Itiúba e os roteiros do Padre Severo**, especialmente a primeira parte.

sacerdote é bastante controversa. Historiadores locais[144] em suas obras o tratam como um grande líder ou como um aproveitador. Aqui cabe um adendo sobre os trabalhos destes historiadores; seus estudos são importantes para analisarmos as histórias desses locais, embora não tenham como objetivo o método historiográfico, apresentam fatos que consideraram relevantes ocorridos na localidade sobre a qual se debruçam. Porém, muitas vezes utilizam seus livros para enaltecer um grupo político em detrimento de outro (ou escondendo seus feitos).

O memorialista Robério Azerêdo traça um pouco da biografia do Padre Severo. Aqui, o sacerdote é apresentado como um homem forte e politicamente ativo. Sua trajetória é apresentada de maneira muitas vezes romântica, o que sugere uma aproximação entre o autor e o grupo político do vigário. Porém, não poupa o que considera desvios de conduta do padre – como o fato de ter filhos bastardos ou participar de crimes contra viajantes.

Se o Padre Severo influenciava bastante a política local, seu irmão detinha além do poder político, o militar. Joaquim Simões da Silva (o Cadó) herdou muito além do nome de seu pai[145], herdou também a posição político-militar, recebendo seu título de Capitão-mor. Joaquim Simões aparenta ser mais um dos senhores de terra detentores de poder e que se utilizavam de patentes das tropas de segunda linha para garantir seu *status* dentro da localidade. A tradição militar brasileira fora herdada de Portugal, que no território colonial utilizou-se das Milícias e Ordenanças (posteriormente os Terços) para a defesa do território, pois as tropas regulares ficavam concentradas defendendo o litoral.[146] Nos sertões a tradição militar de grandes senhores proporcionou mais autonomia frente à demora de comunicação com o poder central.

Após a independência, as milícias locais foram mantidas durante o Primeiro Reinado, mantendo algumas das funções antigas.[147] Sua hierarquia era baseada nas relações raciais da sociedade brasileira. Nas Tropas de Segunda Linha, o principal exemplo que aponta a hierarquia racial presente no Brasil é o Terço dos Henriques. Esta divisão da antiga milícia colonial era formada exclusivamente por homens de cor livres. Como já apresentado, Kraay aponta que esse Terço estava dentro da hierarquia das milícias, sendo considerado o último regimento. Alguns de seus oficiais eram homens que possuíam, relativamente, posses. Entretanto, muitos brancos

[144] Os historiadores locais também são chamados de memorialistas. Aqui trataremos tanto pelo termo cunhado por Edward Palmer Thompson e que pegamos emprestado de Aloísio Cunha (2016), como por memorialistas.
[145] Não foi possível afirmar que Joaquim Simões (pai) já havia falecido no início da década de 1830, porém, por aparecer como líder da família e não ser mencionados nas fontes analisadas é provável que já se encontrasse em óbito.
[146] SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1965; Barroso, Gustavo. História Militar do Brasil. Brasília. Senado Federal, Conselho Editorial, 2015. Principalmente o capítulo 1.
[147] KRAAY, Hendrik. **Política Racial, Estado e Forças Armadas na época da Independência**: Bahia, 1790-1850. São Paulo: Hucitec 2011; SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**, 1965.

eram indicados para comandar os Henriques e isto gerava o descontentamento da tropa.[148] Em suma, pertencer ao batalhão era motivo de orgulho, pois distinguia seus integrantes de soldados do famigerado Exército.

No período estudado, as milícias haviam sido extintas para a criação da Guarda Nacional, em agosto de 1831.[149] A criação da milícia cidadã – termo cunhado por Jeanne de Castro – manteve a tradição do Estado brasileiro de armar seus cidadãos (pois somente eles poderiam ser chamados assim devido a serem, no mínimo, eleitores primários). De acordo com Castro, "o conceito da "nação em armas" resultou da adequação entre a pressuposição original da milícia e da obrigatoriedade do serviço militar em épocas de emergência, concomitantes com a tradição de um Exército permanente e bem treinado".[150] Esta noção defendida pela autora e aceita desde então na historiografia brasileira, demonstra que a Guarda Nacional estava inserida na tradição militar, não somente brasileira, mas também na ocidental.[151] A ideia de utilizar pessoas comuns para defender o território nacional, também é aceito por André Fertig. No livro *Clientelismo Político em tempos Belicosos*, o autor concorda com Castro, afirmando que tal atitude serviu para o Império aproximar seus súditos de suas decisões políticas. A milícia também serviu como instrumento de subordinação do poderio militar pelo poder civil, tornando os soldados, em primeiro lugar, cidadãos.[152] Entendo também que o Império se beneficiou dessa prática, pois possuía praças permanentes a um custo muito baixo. Basta saber que o Exército teve seu efetivo diminuído, mostrando a desconfiança dos governantes para com as Forças de Linha.

A aproximação das Tropas de Segunda linha com o poder local possibilitou a formação de séquitos militares que se envolviam em conflitos no interesse de seus chefes. Os conflitos no sertão aconteciam devido ao monopólio da violência detido por esses senhores. As disputas entre famílias foram bastante comuns nos sertões baianos, com cada lado tendo suas próprias "tropas". Estas por sua vez eram formadas por agregados desses senhores. Esses homens podiam ser membros das forças militares de seus patrões, utilizando uma nomenclatura cunhada

[148] Idem.
[149] A patente de capitão-mor de Joaquim Simões ainda pertencia às antigas Milícias e Ordenanças. Os antigos postos foram mantidos para não causar tumultos e continuar os privilégios dos líderes locais. Sobre isso ver CASTRO, 1979 e SALDANHA, 2006.
[150] CASTRO, Jeanne Berrance de. **A milícia cidadã**: a Guarda Nacional de 1831 a 1850. São Paulo: Ed. Nacional, 1979, p. 14.
[151] Kraay enquadra as forças militares brasileiras na chamada "Era das Revoluções"; KRAAY, 2011, em especial a introdução.
[152] NUNES, Herlon Ricardo Seixas. **A Guarda Nacional na Província Paraense**. Periódicos UFPA, 2016. Disponível em: http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/viewFile/2762/2893, acessado em 27/05/2017.

por Richard Graham,[153] e os acompanhavam em suas empreitadas. De acordo com Castro, os guardas nacionais preferiam compor as fileiras de seus senhores, pois era um modo de se proteger dentro de uma sociedade hierarquizada como o Império do Brasil.[154]

A Guarda Nacional foi uma instituição que ligou o poder central ao local de maneira efetiva. Os poucos corpos de polícia não eram suficientes para patrulhar as vilas do interior, vale lembrar que um dos motivos para a elevação de Vila Nova da Rainha foram os constantes assaltos e a presença de outros criminosos que circundavam o então Arraial. A Segunda Linha muitas vezes tinha como missão manter a ordem e seus líderes possuíam um papel importante dentro do município. Isto ocasionalmente levava seus comandantes a lutar por interesses próprios, levando seus subordinados ao conflito. Segundo Maria Sylvia de Carvalho Franco, os homens livres e pobres tinham de sobreviver em uma sociedade escravocrata, por isso procurar proteção com senhores influentes era tão importante.[155] Uma das alternativas era ser membro das tropas de Segunda Linha mantendo relações de dependência com seus companheiros e comandantes. Se levarmos em conta que uma boa parcela de homens influentes compunha o alto oficialato da milícia cívica, é plausível que além do *status* de cidadão, os agregados também serviriam de cabo eleitoral, como defende Graham ao analisar o clientelismo no século XIX.[156]

A violência também estava presente nesse universo de homens livres (não somente pobres). Sobre violência no interior do Império o trabalho de Rafael Sancho acerca do banditismo nos sertões baianos durante o século XIX esclarece algumas questões. O autor trabalha com a presença da violência nos sertões baianos, mais precisamente na comarca de Carinhanha. Sancho também analisa a dualidade litoral-sertão, apontando como o discurso imperial declarava o primeiro como sinônimo de civilização e o segundo de barbárie ou semi-barbariedade.[157]A perspectiva do Estado imperial também é contestada pelos memorialistas, analisando as vilas e regiões de maneira romântica, onde os conflitos são resolvidos pelos feitos dos líderes políticos locais. Mesmo tendo um cunho político, as palavras desses historiadores locais indicam que as tropas de Segunda Linha conseguiam suprimir alguns crimes.

Conflitos no interior do Império eram comuns. Assim como o ocorrido em Vila da

---

[153] GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.
[154] CASTRO, A Milícia Cidadã, 1979.
[155] FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 3. Ed. São Paulo: Livraria Editora Kairós, 1983.
[156] GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política**, 1997, p.91.
[157] SILVA, Rafael Sancho Carvalho da. **Conflitos na Comarca de Carinhanha**: os significados da violência. Ponta de Lança, São Cristóvão, v.4, n. 7, out. 2010-abr. 2011.

Rainha, não eram atentados contra a unidade imperial, mas eram formas de expor a fragilidade jurídica e institucional da nação, principalmente em regiões mais afastadas. Além disso, o autor traz também a questão da honra como forma de justificar a violência, como no caso apresentado, em que agredidos passaram a ser agressores. Soma-se a isso o abuso de autoridades para com os paisanos.[158]

Os confrontos locais se intensificaram à medida que as ideias centralizadoras do governo de D. Pedro I começaram sofrer maior oposição.[159] Os chefes de municípios, e mesmo províncias, passaram a concorrer por cargos que haviam surgido no decorrer do Primeiro Reinado, como o de Juiz de Paz. Os senhores locais buscaram assumir o cargo ou colocar alguém do seu grupo político. O poder continuou com esses mandatários locais após a queda do imperador, pois o advento da Regência propiciou a descentralização.[160]

Maria Sylvia de Carvalho Franco, ao estudar o interior paulista, também indica que a violência era comum no cotidiano dos homens livres e pobres. Franco, investigando diversos processos crimes, percebeu muitas ocasiões em que inimizades, amizades e até mesmo laços familiares acabavam em violência, muitas vezes por motivos banais. Nas palavras da autora: "A constante necessidade de afirmar-se ou defender-se integralmente como pessoa, ou seja, a luta ingente na relação comunitária surge conjugada à constituição de um sistema de valores em que são altamente prezadas a bravura e a ousadia."[161]

Carvalho também trabalha com a violência como algo cultural e normal a determinadas condutas da população livre e pobre. De acordo com a autora:

> A violência integrada à cultura no nível de regulamentação normativa da conduta, pode ser observada ainda na atitude de aceitação das situações antagônicas, como se fossem parte da ordem natural das coisas. Tanto isto ocorre que o comportamento dos espectadores das contendas é, a maior parte das vezes, no sentido de não interferir nelas [...][162]

A violência estava presente no convívio dos senhores e serviu para aumentar sua influência e atrair agregados e parentes. A Guerra do Cadó fez com que Vila Nova da Rainha precisasse se reorganizar tanto política quanto economicamente. É esse acontecimento que será discutido nas próximas páginas.

---

[158] Idem.
[159] QUEIROZ, Raquel. **Mandonismo**...1976, p.67.
[160] Idem.
[161] CARVALHO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres**...1983, p.54.
[162] Ibidem, p.55.

1.4 A Guerra do Cadó: O Conflito

As famílias Silva e Passos mantinham uma boa relação entre si. Ambas se aliaram politicamente para manter o poder dentro de Vila Nova da Rainha. Seus líderes, Joaquim Simões e Narciso de Freitas Passos eram companheiros, senão de armas, de convívio. Muito provavelmente conseguiam um equilíbrio no interior da vila. Entretanto, os Passos possuíam uma filha moça[163] que chamou a atenção de Joaquim Simões. A partir daqui os fatos se confrontam, sendo o único consenso o de que o Cadó ter desonrado a jovem.[164] Iniciava-se aí o conflito que levaria Vila Nova da Rainha a um "estado de guerra", mudando a dinâmica da região.

A luta entre as famílias Simões e Passos é uma das tantas que ocorreram nos sertões baianos. Santos Filho menciona os moradores do Campo Seco, os Canguçu, que se envolveram em uma querela contra os Mouras. De acordo com o autor, essas brigas são:

> Consequência do regime patriarcal, no qual o poder da família era mais forte do que o exercido pelo Estado, a luta de clãs originou-se, de uma ou outra forma, do desejo de vindita ou desforra. Quando afrontada por este ou aquele motivo, reunia-se a grei e por conta própria decidida a represália.[165]

Além disso, como citado anteriormente, a honra deveria ser defendida a todo custo. Como Joaquim Simões não respeitou um membro de seus agora antigos aliados, uma retaliação fora arquitetada, já que o Cadó, até onde as fontes e a bibliografia indicam, não se arrependeu do ato e provavelmente não sairia impune ainda que o quisesse.

De acordo com Lourenço Silva, os Passos armaram uma emboscada para Joaquim Simões o que acabou acarretando novas retaliações dos seguidores do Cadó. Em uma dessas represálias, Narciso de Freitas Passos acabou assassinado. Após a morte do patriarca dos Passos, seu filho, Manoel Joaquim dos Santos Mabiroba – também conhecido como Brasileiro – assumiu o comando de seu grupo e continuou a vingança contra seus algozes.[166]

Na noite de terça para quarta-feira, 11 de janeiro de 1832, Manoel Mabiroba, com cerca de 40 homens, atacou a fazenda Bebedouro, de propriedade do Padre Severo e tomaram de

[163] A bibliografia acerca do conflito não apresenta o nome dessa personagem; ver AZÊREDO, 1987; SILVA, 1971 e SILVA, 1915.
[164] AZÊREDO, Robério. **Itiúba**...1987, p.24; SILVA, **Memória Histórica e Geográfica**, 1915, p.110.
[165] SANTOS FILHO, **Uma comunidade rural no Brasil antigo**, 2012, p.149.
[166] SILVA, **Memória Histórica e Geográfica**, 1915, p.110.

assalto a fazenda após um breve conflito e lá mataram Marcellino Pereira Xavier[167], os demais moradores e funcionários da fazenda fugiram, alguns vindo a falecer depois. O vigário não se encontrava na vila nem em seus domínios durante esse início de conflito, porém, esse fato seria relevante para o continuar das hostilidades.

Joaquim Simões então atacou a fazenda Umburanas, no atual município de Queimadas. Lá se deu o primeiro confronto entre as forças principais dos dois grupos. As perdas dos Passos foram maiores fazendo com que estes se retirassem de sua propriedade. Como revanche, Manoel Mabiroba atacou a fazenda do capitão Gonçalo Gomes da Silva, tio de Joaquim Simões.[168] Ao conquistar as terras de seus rivais, as duas famílias visavam minar o poder e enfraquecer a economia, visto que essas fazendas eram a principal fonte de renda, em especial para a criação de gado para o abastecimento de Salvador e Recôncavo. Controlar esses locais também mostraria superioridade militar e o monopólio da violência. Os Silva conseguiriam empurrar os Passos para fora da vila, pois Joaquim Simões, aparentemente, tinha conhecimentos militares. Sua patente podia indicar algo mais que um mero título como ocorria com outros senhores dos sertões baianos. Os memorialistas o tratam de maneira romântica, como um grande cavaleiro que batalhava em sua montaria e era grande atirador.[169] Desconsiderando o romantismo, é provável que o capitão conseguisse se destacar como um soldado no contexto da Guerra do Cadó.

Podemos inferir que os acontecimentos no município tenham movimentado, além dos grupos diretamente envolvidos, também parte dos grupos de poder da província devido a importância econômica e geográfica de Vila Nova da Rainha. Como ponto de passagem para a cria e recria do gado, a vila e seus arredores tinha uma função importante no abastecimento de Salvador e Recôncavo. Com as fugas dos moradores, é possível supor que o presidente da província atendesse às preocupações das autoridades de Vila Nova da Rainha, através da Câmara Municipal, atendendo ao seu pedido de ajuda por conta do abastecimento da capital e outras regiões da Bahia. De acordo com o Diário da Bahia, o comércio local foi bastante afetado repercutindo na economia da vila e seu termo.[170]

Em agosto de 1832 chegou à vila um destacamento da Primeira Linha para apaziguar a situação. A tropa era comandada pelo tenente-coronel Ignácio Pitombo e sob sua autoridade

[167] AZERÊDO, **Itiúba e os roteiros do Padre Severo**, 1987, p. 24-25; SILVA**, Memória Histórica e Geográfica**, 1915, p.111. Adolpho Silva afirma que Marcellino Pereira era um escravo do Padre Severo. SILVA**, Bonfim, terra do bom começo**, 1971, p.28.
[168] SILVA, Lourenço Pereira. **Memória Histórica e Geográfica**, 1915, p.111.
[169] AZÊREDO, Robério. **Itiúba e os roteiros do Padre Severo**, 1987, p.25-26.
[170] DIÁRIO DA BAHIA, n.117, julho de 1833.

existia "numerosa força".[171] A vinda das tropas do Estado acalmou a situação de início, até mesmo Manoel Mabiroba se ofereceu para ser detido. O pedido, porém, fora recusado pelo tenente-coronel.[172] Entretanto, o Padre Severo chegou em Vila Nova da Rainha e descobriu que sua fazenda Bebedouro havia sido atacada pelos Passos. Indignado com o que considerava uma audácia dos Passos induziu seu irmão a atacar e tomar a vila de assalto. Convencido, Cadó reuniu seu séquito e atacou Vila Nova da Rainha que, de acordo com relatos do Diário da Bahia sofreu com um conflito violento e a consequente derrota dos Passos.[173]

O comandante Ignácio Pitombo fez um acordo com Joaquim Simões e o tenente-coronel ficou encarregado de defender a vila das represálias de seus inimigos. Soldados foram cedidos a Joaquim Simões que os utilizou para combater e expulsar os Passos do munícipio.[174] Estes acabaram fugindo para Curaçá, distante 193 km de Vila Nova da Rainha. Junto com eles foram soldados que possuíam disputas com seu superior e acabaram se amotinando e se aliando aos Passos. Ao saber da posição de seus rivais, Joaquim Simões marchou para encontrar e findar o confronto.[175]Ao receberem notícias da movimentação do Cadó, Manoel Mabiroba planejou atacar a base – agora desguarnecida – de seu inimigo. Deslocou-se por um caminho alternativo (provavelmente o que ligava as localidades à vila de Uauá) e entrando em Vila Nova da Rainha iniciou mais um conflito. Os soldados que se juntaram aos Passos tentaram matar seu comandante e demais oficiais.[176] O plano dos praças falhou e estes acabaram sendo presos e enviados a Salvador. O Cadó retornou para a vila e conseguiu expulsar os Passos novamente.

Em 1833 os conflitos continuaram pelas freguesias de Queimadas e Itiúba com os Passos sendo derrotados em ambos os conflitos. Vila Nova da Rainha ficou praticamente deserta, com seus habitantes fugindo para as matas.[177] A Câmara enviou uma nova missiva pedindo ajuda para o Presidente da Província, que enviou outro destacamento sob o comando do capitão Manoel Francisco Serapião, tendo ordens de conter o conflito e substituir o tenente-coronel Pitombo.[178] Os Passos se deslocaram para Feira de Santana e a vila foi pacificada durante o ano de 1833.

Em 1834, os Passos se deslocaram para o povoado de Sento Sé e de lá partiram para a fazenda Boa Vista, próximo à Vila de Jacobina. Conseguiram tomar a propriedade obrigando

[171] SILVA, **Bonfim terra do bom começo**, 1971, p.28.
[172] DIÁRIO DA BAHIA, n.117, julho de 1833.
[173] DIÁRIO DA BAHIA, n.34, 1833.
[174] SILVA, Adolpho. **Bonfim, terra do bom começo**, 1971, p.28-29.
[175] DIÁRIO DA BAHIA, n.117, julho de 1833.
[176] APEB. Seção Colonial Provincial. Maço 2859. Sublevação em Vila Nova da Rainha.
[177] DIÁRIO DA BAHIA, n.117, julho de 1833.
[178] SILVA, Lourenço Pereira da. **Memória Histórica e Geográfica**, 1915, p.113.

os Silva a marcharem para a localidade. De acordo com Silva, o combate foi intenso levando a várias perdas de ambos os lados, terminando novamente com a derrota dos Passos. O conflito se deu em maio ou junho de 1835[179] e foi o derradeiro, pois os partidários do Cadó conseguiram expulsar seus inimigos para a província do Piauí. Findado o conflito, Joaquim Simões e o Padre Severo concretizaram seu domínio na política local e o poderio dos Silva continuaria por mais duas décadas. Porém, em 1840 quando as hostilidades da Guerra do Cadó pareciam ser uma marca no passado recente de Vila Nova da Rainha, membros da família Passos atacaram a casa de Joaquim Simões, procurando vingar-se das mortes de seus companheiros durante os anos de confronto. Após uma breve troca de tiros, o Cadó acabou sendo ferido e tentou fugir. Todavia, acabou sendo alcançado e assassinado. Foi o último ato do conflito que assombrou Vila Nova da Rainha modificando a dinâmica da região.

Mesmo com o óbito de Joaquim Simões sua família se manteve no poder, como mencionado anteriormente, muito devido à figura do Padre Severo que a partir de 1840 se tornou o "senhor" de Vila Nova da Rainha, pelo menos no âmbito político. As decisões passaram a ser tomadas com seu consentimento e mesmo com forte oposição se manteve firme até 1856, quando um grupo de guardas nacionais conseguiu eleger seu comandante para a presidência da Câmara. O vigário foi obrigado a sair da vila indo para a Vila de Cachoeira, onde faleceu em 1862.[180]

A Guerra do Cadó fez com que Vila Nova da Rainha abrigasse alguns destacamentos da Primeira Linha em missões de vigilância, como apontado por um juiz municipal ao relatar a presença de tropas para manter a ordem na vila.[181] A Guarda Nacional também teve papel importante no munícipio e os guardas passaram a ter o *status* de defensores. Sua influência aumentou tanto que após alguns anos conseguiram fazer frente e derrubar o grupo do Padre Severo, como citado acima e manter seus comandantes a frente do poder local até tardar do século XIX.

O envolvimento de militares no conflito de Vila Nova da Rainha vai ser o objeto de estudo nos próximos capítulos. O Exército será analisado para compreendermos a importância desta instituição no momento de turbulência no período regencial e entender o porquê da adesão de membros de suas fileiras nos movimentos sociais da época.[182]

---

[179] Não existem registros claros sobre a data em que ocorreu a batalha de Boa Vista; conferir Silva, Lourenço Pereira da. **Memória Histórica e Geográfica**, 1915, p.113-114.
[180] SILVA, Adolpho. **Bonfim terra do bom começo**, 1971, p.30.
[181] APEB. Seção Colonial Provincial. Correspondências dos juízes de Vila Nova da Rainha. Maço, 1835.
[182] Ver KRAAY, Hendrik. **Política racial**, 2011.

Capítulo 2
História Militar do Brasil:
Organização, Crise e Revoltas no Exército Brasileiro

As forças militares foram por muito tempo o braço de Estados e nações usado para manter sua integridade ou poder. A evolução das armas nos séculos XVI e XVII e a formação dos Estados na Europa – como Espanha e Portugal – tornou os exércitos essenciais para a defesa em um período bastante conturbado no continente.[183] O Brasil faz parte dessa tradição ocidental tendo herdado de Portugal a base para formação de seu Exército. Esta instituição demorou para ter uma organização sólida e que proporcionasse maior efetividade. Entretanto, as forças terrestres foram a instituição que mais adentraram nas camadas populares no Brasil durante o século XIX. É o que este capítulo visa analisar.

As primeiras forças terrestres a aportarem no Brasil vieram, oficialmente, com Tomé de Souza, em 1549. Estes foram os primeiros soldados de Linha enviados de Portugal, já que voluntários tinham vindo com a expedição de Martim Afonso de Souza anos antes.[184] Essas tropas tinham como função defender a colônia de invasores externos – principalmente franceses – e dos gentios refratários que constantemente incursionavam contra as primeiras habitações portuguesas. O efetivo era pequeno e os homens de cada vila, que se encontrassem aptos, deveriam se armar para manter a defesa do território.

Os primeiros conflitos na América Portuguesa eram em sua maioria a defesa da costa de piratas que procuravam saqueá-la, assim como índios considerados hostis.[185] Com a ocupação de franceses no que hoje corresponde ao estado do Rio de Janeiro, os portugueses tiveram que organizar seu primeiro grande conflito armado na nova colônia. A França Antártica como era conhecida, demandou recursos da Coroa portuguesa para sua desintegração, sendo parte do efetivo formado pelos colonos e a outra de soldados pagos vindos de Lisboa.[186] Apesar do sucesso da campanha e da expulsão dos franceses da baía de Guanabara, somente em 1570

[183] Este trabalho visa estudar as forças militares com uma visão ocidental, da qual o Brasil é herdeiro. Já que a maneira oriental de organização militar segue uma linha diferente durante os anos analisados.
[184] BARROSO, Gustavo. **História Militar do Brasil**. Brasília. Senado Federal, Conselho Editorial, 2015; ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. **História do Exército Brasileiro**, vol. 1. Brasília, 1972; SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1965.
[185] ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, História do Exército... p. 25.
[186] Idem, p. 39-44.

foram estabelecidas no Império Português as Ordenanças, tropas não pagas formadas pelos homens em forma para o serviço militar.[187]

Entretanto, podemos considerar que a primeira guerra de grande proporção acontecida na América Portuguesa foi a que sucedeu as Invasões Holandesas nas capitanias do norte. Tais conflitos foram resultado das tensões que ocorriam na Europa relacionados ao controle do comércio do açúcar e à União Ibérica (1580-1640), quando o rei espanhol Filipe II assumiu o trono português, o que levou Portugal e Países Baixos a entrarem em guerra devido às rixas que foram herdadas da Espanha.[188] Somava-se a isso o fato de o continente europeu estar passando pela Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Esta guerra teve início no território do Sacro Império Romano envolvendo católicos e protestantes e logo se espalhou pelo continente envolvendo as principais potências da época (Espanha, França e Inglaterra, por exemplo). Os portugueses se viram envolvidos por serem súditos do Rei de Espanha, enquanto os neerlandeses se aliaram aos protestantes. [189]

Em meio a esses conflitos, os holandeses atacaram as colônias portuguesas, na Ásia, África e América. O empreendimento da Companhia das Índias Ocidentais tinha como objetivo conquistar as capitanias produtoras de açúcar, em especial Bahia e Pernambuco. As Invasões Holandesas duraram cerca de trinta anos (1624-1654), com breves intervalos. A primeira tentativa de ocupação ocorreu na capitania da Bahia em 1624. Quando os neerlandeses sitiaram Salvador, os efetivos de defesa eram leves e em maior parte voluntários, houve grande fuga de moradores e autoridades para o interior e recôncavo. O cerco pelo mar fez com que a cidade fosse ocupada durante um curto período de cerca de onze meses, até a chegada de reforços vindos de Lisboa, que atuaram em conjunto com a guerrilha empreendida pelos colonos na expulsão dos estrangeiros.[190]

Com a expulsão da Bahia, os holandeses se voltaram para Pernambuco, onde obtiveram sucesso em 1630 também devido à falta de efetivos militares e a uma menor resistência das elites rurais pernambucanas. A ocupação de Pernambuco foi o episódio que levou as tropas

---

[187] MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. **Forças Militares no Brasil Colonial**. In. POSSAMAI, Paulo (org.). **Conquistar e Defender: Portugal, Países Baixos e Brasil**; Estudos de História Militar na Idade Moderna. São Leopoldo, Oikos, 2012, p. 105. Falaremos sobre as Ordenanças mais à frente.

[188] O conflito pela independência da região dos Países Baixos ficou conhecido como Guerra dos Oitenta anos. Cf. PARKER, Geoffrey. **The Army of Flanders and the Spanish Road 1567-1659**: The Logistics of Spanish Victory and Defeat in the Low Countries' Wars. Cambridge. Cambridge University Press, 1975.

[189] A Guerra dos Trinta Anos se estendeu para além de conflitos religiosos, principalmente após a entrada da França – uma potência católica – do lado dos protestantes. Além das mudanças econômicas e territoriais que ocorreram ao fim do conflito. Cf. PARKER, Geoffrey (org.). **La Guerra de los Treinta Años** (1618-1648). Barcelona, Crítica, 1988; BELTRÁN, Cristina Borreguero. **La Guerra de los Treinta Años**: A Europa Ante el Abismo. Madrid. La Esfera de los Libros Edición Digital, 2018.

[190] ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, História do Exército Brasileiro vol 1, principalmente a segunda parte.

luso-brasileiras a tentar outras abordagens, possibilitando aos auxiliares um maior destaque nas forças terrestres da colônia.[191] Existe também uma questão simbólica no conflito que ficou conhecido como Restauração Pernambucana. A primeira Batalha dos Guararapes realizada a 18 e 19 de abril de 1648, é considerada o marco de fundação do Exército Brasileiro. Sabemos, porém, que apesar de ser formado quase exclusivamente por colonos, a ideia de uma nação brasileira ainda estava distante destes combatentes, defendia-se Pernambuco em nome da Coroa portuguesa. Os neerlandeses foram definitivamente expulsos somente em 1654. A vitória portuguesa na América (já que perdera muitas colônias na Ásia) proporcionou uma tranquilidade momentânea, mesmo com ataques de piratas à costa e as investidas contra os nativos.[192]

As unidades terrestres luso-brasileiras foram se adaptando a um território e a demandas diferentes do que os portugueses encontravam na Ásia, por exemplo. Estas especificidades permearam a História Militar brasileira durante o início da colonização e serão os marcos para reformas posteriores ocorridas no Império Português durante o século XVIII.[193] Vamos concentrar nosso trabalho a partir desse período estendendo-nos até o início do período regencial e apresentando como as Forças em Armas brasileiras se modificaram e adentraram na política e na sociedade brasileiras. As relações políticas e sociais das tropas na Colônia e no Império constituem o principal alvo de estudo dos historiadores militares. As batalhas e as táticas foram substituídas por um estudo mais profundo dos agentes militares.

2.1 A História da História Militar

A História Militar foi durante muitos anos a narrativa da guerra. Os historiadores ou cronistas focavam na batalha em si. Destacavam os pormenores em uma narrativa mais próxima à literatura do que a historiografia. As batalhas e seus comandantes eram o centro destas narrativas e enalteciam seus Estados ou nações em vitória e mesmo na derrota para a crítica de governos anteriores, por exemplo. A mudança deste tipo de escrito se deu no século XX sob a

[191] Idem. Também possibilitou a capitania pernambucana uma reforma militar posterior ao conflito. Cf. SILVA, Kalina Vanderlei. **Francisco de Brito Freyre e Reforma Militar de Pernambuco no século XVII**. In. POSSAMAI, Paulo (org.). **Conquistar e Defender: Portugal, Países Baixos e Brasil**; Estudos de História Militar na Idade Moderna. São Leopoldo, Oikos, 2012.
[192] ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, História do **Exército Brasileiro**, principalmente a segunda parte.
[193] MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. **Forças Militares no Brasil Colonial**, p. 105-106; MELLO, Christiane Figueiredo Pagano. **Os Corpos de Ordenança e Auxiliares**. Sobre as relações militares e políticas na América Portuguesa. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 45, p. 29-56, 2006. Editora UFPR.

influência dos debates historiográficos fomentados pelos membros da Escola dos *Annales* e da chamada Nova História Política.[194]

Se considerarmos Heródoto como o primeiro a compilar escritos dotados de uma investigação mais aprofundada, é possível dizer que a História Militar está presente desde os primórdios da disciplina histórica, pois a obra *Histórias* versa principalmente sobre as Guerras Médicas – entre gregos e persas.[195] Outro historiador grego que narrou uma guerra em seus trabalhos foi Tucídides. O conflito em questão foi a Guerra do Peloponeso travada entre cidades-estados de Atenas e Esparta além de aliados de ambas. O autor analisou questões sociopolíticas e históricas das cidades dando mais complexidade a sua narrativa. Porém, suas análises ainda são voltadas aos combates e a batalha em si.[196]

Essa forma de apresentar a guerra perdurou por boa parte dos séculos seguintes na Roma Antiga e na Idade Média. Os cronistas em sua maioria destacavam os reis e generais (na Idade Média, seus senhores feudais). Seus feitos eram relatados em biografias que apresentavam muitos de seus sucessos – ou infortúnios – na guerra e na política. Traços virtuosos também eram valorizados para enaltecer os feitos militares considerados divinos e uma aproximação destes líderes com Deus.

Durante a Renascença e na Idade Moderna surgiram os tratados militares como o de Nicolau Maquiavel,[197] que falava da vida civil e militar no início do século XVI na península italiana. Exemplos de antigos feitos militares passaram a ser lembrados, principalmente os da Antiguidade Clássica, como Alexandre e César. Os escritos históricos acerca das guerras agora se tornavam relatos românticos e literatos mais próximos às narrativas, essa perspectiva foi acentuada nos escritos do romantismo dos séculos XVIII e XIX.

No século XIX a História se organizou enquanto disciplina e passou a ser uma área do conhecimento científico. A historiografia do século XIX era fundamentalmente política, sendo o aspecto militar bastante presente nesta escrita – diria até mesmo fundamental. Não se pode deixar de mencionar que os historiadores do período se preocupavam mais com a reprodução da documentação oficial do Estado, ainda que sua análise não fosse crítica.[198] Arno Wehling

---

[194] CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik. **Da História Militar à Nova História Militar**. In CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (org.). **Nova História Militar Brasileira.** Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004, Kindle posição 116-1434.
[195] HERÓDOTO. **Histórias 2 vol**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2019.
[196] TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. 4ª ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília – Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, 2001.
[197] A arte da Guerra de Maquiavel serviu como base para a organização e as ações militares durante boa parte do século XVI e XVII; MAQUIAVEL, Nicolau. **A Arte da Guerra**. L&PM pocket, Kindle, 2007.
[198] WEHLING, Arno. **A pesquisa da História Militar Brasileira**. Da Cultura, Ano I, Nº 1, 2001, p. 37.

aponta que os escritos militares do século XIX tiveram bastante influência de Leopold von Ranke e Carl von Clausewitz.[199] Este último, foi o responsável pelo mais famoso tratado militar do mundo ocidental, *Da Guerra*, escrito após as Guerras Napoleônicas (das quais Clausewitz participou como oficial do exército prussiano) e lançado após a sua morte, em 1832.[200] As batalhas foram o foco principal da historiografia militar no século XIX. As Narrativas acerca dos conflitos eram bastante descritivas e demasiadamente detalhistas. Wehling ressalta que,

> Os temas militares subordinavam-se a dois tipos de inserção nessa historiografia: a da "história batalha" *tout court*, quando a descrição e a análise giravam em torno dos eventos propriamente ditos, de que talvez seja mais emblemática a bibliografia sobre Waterloo; e a da história militar no contexto da história política, a qual acabava por tornar-se, dada à preeminência muitas vezes dada àqueles temas, ela própria uma "história batalha" *lato sensu.*[201]

A História Política citada pelo autor, foi o cerne da produção historiográfica do século XIX. Aqui os documentos oficiais eram as únicas fontes confiáveis e serviam para os interesses nacionalistas que surgiam naquele momento. O positivismo e o historicismo – este nos territórios que originaram a Alemanha – buscavam nos feitos militares os sucessos da nação, bem como um benefício de seus líderes. No final do XIX a historiografia se apropriou de termos científicos como aqueles elaborados pelo Darwinismo[202] e os evolucionistas agora analisavam as sociedades altamente militarizadas como resquícios de um período bárbaro, considerando que a evolução natural da sociedade apontaria para o período industrial.[203]O desenvolvimento armamentista que foi impulsionado pela Revolução Industrial, significava o crescimento de uma nação e armas mais avançadas garantiram maior poder aos países.

No decorrer do século XX, sob influência dos *Annales,* a escrita da História Militar foi sendo deixada de lado. Os historiadores dessa corrente pregavam uma história total e que procurava outros objetos para a disciplina histórica, principalmente as relações sociais entre pessoas comuns que ficaram de fora da maior parte dos estudos positivistas ou historicistas. De acordo com Luiz Guilherme Scaldeferri Moreira e Marcello José Gomes Loureiro,

> Graças aos Annales, buscou-se uma história total, em detrimento de uma história anterior, sobremaneira política ou militar, pautada em grandes personagens, gabinetes e batalhas; as fontes passaram a ser examinadas sob uma nova ótica, não se reduzindo a documentos oficiais; além disso, a investigação científica deveria formular questões ao passado, precedidas por

[199] Idem.
[200] CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. São Paulo, Martins Fontes, 2017.
[201] WEHLING, Arno. **A pesquisa da História Militar Brasileira**, p.38.
[202] Idem.
[203] Idem

> hipóteses, que inexoravelmente estavam vinculadas a problemas contemporâneos ao historiador.[204]

Os trabalhos historiográficos escritos até a década de 1970 tiveram grande influência dos *Annales* e do marxismo. Assim, a História Econômica também relegou os estudos militares para as áreas da ciência política e das ciências militares,[205] tornando-se a escrita da História Militar quase exclusiva das academias de formação de oficiais.

A História Militar, porém, seria revisitada ainda na década de 1970, com os historiadores passando a buscar nas outras ciências sociais métodos para entender suas dinâmicas, o que renovou os estudos em áreas antes negligenciadas pelos *Annales*. Os acadêmicos começaram a analisar como os militares se relacionavam com a sociedade e como a guerra estaria ligada a outros pontos da vida humana para além da política. Podemos acrescentar que os novos historiadores militares começaram a criticar as noções apresentadas por seus antecessores, como o culto aos grandes heróis e como estes agiam dentro da sociedade ou condenavam a relação desses como exemplos para as gerações futuras.[206]

Como mencionado, ao ver o estudo dos militares para além da perspectiva política enxergaram que a história da guerra não pode ser entendida como algo isolado da sociedade ou um fenômeno linear e universal.[207] Um ponto interessante de analisarmos é que as guerras não deveriam ser naturalizadas como se fosse algo inerente às sociedades humanas, ponto bastante discutido entre outras áreas das Ciências Humanas, como a antropologia, por exemplo. Sob essa ótica, Loureiro e Moreira destacam que,

> Antropólogos criticam os historiadores por naturalizarem determinadas facetas do comportamento humano, como se parte da motivação desse comportamento tivesse origem genética, ou pertencesse à natureza humana. Segundo o antropólogo Marshall Sahlins, a origem desse entendimento está em Tucídides. Este entendeu que os seres humanos são automotivados, substituindo assim cultura pela noção problemática de natureza humana. Sua visão praticamente coloca um animal e um homem no mesmo patamar. Tucídides, de fato, ignorou a cultura; para ele os seres humanos têm motivações naturais e, portanto, idênticas, constantes e a históricas.[208]

Naturalizar determinadas ações humanas, como apresentado na citação acima, proporciona uma visão distorcida de alguns aspectos da sociedade como a guerra. Longe de ser somente a

---

[204] LOUREIRO, Marcello José Gomes e MOREIRA, Luiz Guilherme. **A Nova História Militar e a América Portuguesa**: Balanço Historiográfico; in POSSAMAI, Paulo. **Conquistar e Defender**: Portugal, Países baixos e Brasil; Estudos de História Militar na Idade Moderna. São Leopoldo, Oikos, 2012, p. 14.
[205] WEHLING, Arno. **A pesquisa da História Militar Brasileira**, p.38-39.
[206] LOUREIRO e MOREIRA, **A Nova História Militar e a América Portuguesa**, p. 16.
[207] Idem.
[208] Ibidem, p. 16.

continuação da política por outros meios, como defendia Clausewitz, os conflitos bélicos são determinados por fatores complexos – talvez até mesmo culturais – como defende autores com John Keegan.[209]

Com a apropriação de termos e pesquisas de outras áreas das Ciências Humanas, historiadores passaram a designar sua área de estudos como Nova História Militar, afastando-se assim de seus predecessores. Essa nova maneira de escrever sobre temas militares vai apontar, entre outros, a importância de se estudar as ações dos soldados ditos rasos, ou seja, os não oficiais, que compunham o grosso das forças terrestres. Podemos inferir que a História Militar passou a andar lado a lado com a História Social, pois temas como recrutamento e situações socioeconômicas que integravam a vida cotidiana desses militares são parte de seus estudos. A Nova História militar se afastou de termos anacrônicos como patriotismo e nação em armas. Estas ideias surgiram com o nacionalismo e os estudos voltados à formação dos Estados-Nação durante o século XIX e os comandantes passaram a ser estudados como parte de sociedades complexas e não mais como seres separados destas.

Na década de 1980 surgiram novas compilações sobre a História Militar. Essas edições tinham a presença da Nova História que influenciou os historiadores dos EUA e da Grã-Bretanha que lecionavam nas academias militares. A História Militar se tornou importante disciplina para a preparação de seu quadro de oficiais.[210] Juntamente com a presença nas escolas militares, trabalhos acerca de assuntos militares passaram a fazer parte dos ambientes acadêmicos. A Nova História Militar começou a incorporar elementos da História Social, além da já citada aproximação da Antropologia. Esta nova tendência também foi observada no Brasil com o aumento das pesquisas nesse campo.

2.2 A História Militar no Brasil

Com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) ainda no período regencial (1838), buscou-se estabelecer uma forma de contar a história oficial do Brasil voltada à criação de uma dada memória nacional. A criação da Revista do IHGB teve em seu início um artigo escrito pelo bávaro Karl Friedrich von Martius em que este apontava como deveria ser

[209] KEEGAN, John. **Uma História da Guerra**. Rio de Janeiro. Cia de Bolso, 2006. Ver especialmente o capítulo 1.

[210] Uma importante coleção foi organizada por Russel F. Weigley, lançada no Brasil em 1981-82. WEIGLEY, Russel F. (org.) **Novas Dimensões da História Militar**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2 vols. 1891-92.

escrita a História do Brasil.[211] Este citou, entre outras vertentes, a História Militar, orientando que esses estudos e práticas deveriam seguir o modelo português ainda muito presente no jovem Império Brasileiro. Citando Martius, Castro, Izeckzohn e Kraay afirmam que:

> Enfim, pertence também a vida militar em Portugal aos assuntos de um perfeito quadro histórico. Qual a maneira e modo empregados no recrutamento, instrução, comando e serviço do Exército, os princípios estratégicos, segundo os quais se devia proceder no Brasil, um país tão diferente da Europa?[212]

Nesta citação podemos perceber que a proximidade com as estruturas militares portuguesas ainda permeava a vida militar do recente Império do Brasil, mesmo que se defendesse as especificidades brasileiras em relação a Europa (análise corroborada por Castro, Izeckzohn e Kraay). A História Militar do Brasil então será analisada principalmente por esse viés: das origens portuguesas até o estabelecimento de relações políticas em meio à organização das forças Armadas brasileiras.

Durante muito tempo a academia brasileira negligenciou os temas militares, especialmente nos anos de regime militar (1964-85), seja por questões político-ideológicas ou pelo desencorajamento de pesquisar a relação das Forças Armadas com a política em um período de domínio autoritário.[213] Com a redemocratização, as pesquisas sobre o envolvimento entre militares e política aumentaram, muito devido à abertura dos arquivos e à influência de historiadores estrangeiros que buscaram entender aspectos da sociedade brasileira através da atuação de suas Forças em Armas.[214]

Entretanto, anteriormente ao regime militar, já no século XIX, a História Militar Brasileira engatinhava ainda com cronistas ou mesmo memorialistas. A história das Guerras de Independência se tornou popular principalmente na Bahia, principal foco de lutas contra os portugueses.[215] Muitos desses escritos foram cunhados por militares, como Ladislau dos Santos Titara, que também era poeta e participou das campanhas de Independência, contra a

---

[211] CASTRO, IZECKZONH, KRAAY. **Da História Militar à Nova História Militar**, Locais do Kindle posição 121; ver também, GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Nação e Civilização nos Trópicos**: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.1, 1988, p. 5-27

[212] CASTRO, IZECKZONH, KRAAY apud. MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von. "Como se deve escrever a história do Brasil". Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 6 (24), jan. 1845, pp. 389-411; Castro, Celso. **Da História Militar à Nova História Militar**. Locais do Kindle 122-125.

[213] Ibidem. Locais do Kindle posição 157.

[214] Um bom exemplo é Hendrik Kraay e Peter Beattie; KRAAY, Hendrik. **Política Racial, Estados e Forças Armadas**, 2011. BEATTIE, **Peter. Tributo de Sangue**: Exército, honra, raça e Nação no Brasil (1864-1945). São Paulo, Edusp, 2009.

[215] Accioli, por exemplo, utiliza-se de narrativas militares para compor suas memórias. SILVA, Ignácio Acciolli. **Memória Histórica e Geográfica da Província da Bahia**. Tomo IV, 1933.

Farroupilha (1835-45) e na guerra contra Rosas (1851-52).[216] Outras memórias surgiriam após a guerra contra o Paraguai, como os trabalhos de Dionísio Cerqueira e do Visconde de Taunay.[217] Ambos produziram suas obras tempos depois da campanha, contudo, tiveram a publicação décadas depois (no caso do Visconde de Taunay, suas memórias sobre a participação da guerra foram lançadas 50 anos depois).[218] Outras obras se somam a estas vindas de estrangeiros que relataram o conflito platino. Após a Proclamação da República, com a ampliação da interferência do Exército no cenário político, cria-se a Biblioteca do Exército (1881-1882), que impulsiona a escrita da História Militar Brasileira pela perspectiva dos militares então no poder.

As publicações financiadas pela Biblioteca do Exército tinham como tema não somente aspectos históricos, mas também da vida militar durante o Império e na recém fundada República. Memórias como a já mencionada de Dionísio Cerqueira eram lançadas enaltecendo sempre os feitos de seus camaradas e da instituição. Para além de trabalhos de oficiais e soldados foram publicados autores como Francisco Adolfo Vanhagen, com seus escritos sobre as Invasões Holandesas.[219] No início do século XX os oficiais ainda constituíam boa parte dos historiadores militares e a dedicação ao exaltar a pátria estava bem presente nesses escritos. A partir da década de 1910 e 1930, a busca por delinear uma identidade nacional fez com que muitas pesquisas e memórias exaltassem o passado militar do Brasil.

"Uma fascinação com os aspectos românticos e patrióticos da história militar permeou alguns setores da sociedade brasileira durante as décadas de 1910 e 1920",[220] defendem Castro, Izeckzonh e Kraay. Essa tese pode ser aprofundada quando analisamos alguns dos escritores que versaram sobre a História Militar. Gustavo Barroso pode ser um exemplo de exaltação às Forças Armadas em seus escritos. Além de suas doações para o Museu Histórico Nacional sua principal obra, *História Militar do Brasil* (1938), faz uma viagem pela história do Brasil desde a Colônia à Primeira República. Sua narrativa descritiva e extremamente ufanista valoriza todas as campanhas militares em que o país esteve envolvido durante o Império, com destaque para

[216] CASTRO, IZECKZONH, KRAAY. **Da História Militar à Nova História Militar**, Locais do Kindle posição 168-69.
[217] CERQUEIRA Dionísio. **Reminiscências da Guerra do Paraguai**. Biblioteca do Exército, S/D. TAUNAY, Visconde de. **A retirada da Laguna**. Rio de Janeiro, Typographia Americana, 1874. Disponível em http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221688, acessado em 28/09/2020.
[218] De acordo com Castro, Izeckzonh e Kraay a pedido do próprio visconde.
[219] CASTRO, IZECKZONH, KRAAY. **Da História Militar à Nova História Militar**, Locais do Kindle, posição 182.
[220] Ibidem, posição 188.

os conflitos platinos.[221] Este estilo de história contada por Barroso será um dos modelos para outros trabalhos. Entretanto, levando em conta a metodologia empregada vemos muito da influência do historicismo do final do século XIX e de uma mística teleológica em que todos os eventos narrados levariam o Exército a posição de destaque que se encontrava durante o período republicano.

J. B. Magalhães tem uma obra posterior importante para o desenvolvimento da História Militar no Brasil chamada *Evolução Militar do Brasil*, na qual percorre a formação das forças terrestres brasileiras e da arte da guerra no país.[222] Propõe a tese de que as populações ameríndias desenvolveram uma espécie de "combate primitivo", desenvolve então uma análise da ação das tropas coloniais, tanto as vindas do Reino de Portugal quanto as formadas por nascidos no Brasil, bem como a herança desse período colonial na primeira metade do século XIX. O estudo continua com a temática da nacionalização das tropas e seu fortalecimento político no final do Império e início da República.[223] A análise mais aprofundada de Magalhães se aproxima dos trabalhos que posteriormente seriam denominados de Nova História Militar, porém, ainda está focada no desenvolvimento da instituição sem se atentar a personagens como soldados rasos.

Como mencionado acima, após o golpe militar de 1964 e o consequente regime que se seguiu, o papel das Forças Armadas, principalmente do Exército, foi sendo questionado no meio acadêmico e isto diminuiu o número de pesquisas no campo da História Militar. Foi Nelson Werneck Sodré que, escrevendo após o golpe, buscou apresentar a instituição em que serviu como general em sua importância também nos aspectos progressistas da história do Brasil.

> Na conclusão, deixou registrada uma intenção programática, manifestando a esperança de que os militares reassumissem seu papel historicamente progressista como defensores das "instituições democráticas" e da "livre expansão econômica nacional".[224]

Essa passagem de Castro reitera o objetivo de Sodré, afastado do Exército por suas ideias marxistas, sobre a função das forças terrestres brasileiras. Uma nova escrita da história da instituição – baseada no marxismo – expandiu os horizontes para pesquisadores da área.[225]

---

[221] BARROSO, Gustavo. **História militar do Brasil**, 2015. Ainda podemos levar em conta as convicções políticas do autor como integrante da Aliança Integralista Brasileira (AIB), o que certamente ditou o caráter nacionalista de sua obra.
[222] MAGALHÃES, João Batista. **Evolução Militar do Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 2001.
[223] Ibidem.
[224] Castro, Celso. **Nova história militar brasileira** (Locais do Kindle 236-239).
[225] SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1965.

Na década de 1970, semelhante ao que aconteceu em países como a França, a História Política tomou outras proporções e renovou-se no Brasil.[226] Os trabalhos sobre poder de Michael Foucault e Max Weber passaram a ser analisados nos meios acadêmicos e com o fim da ditadura em meados da década de 1980, somado com a abertura de arquivos, ofereceu-se aos historiadores novos documentos para a escrita da História Militar. Os brasilianistas ajudaram com esse processo, estudando principalmente as relações entre os soldados e a sociedade que os cercava. Historiadores como Hendrik Kraay e Peter Beattie são exemplos de brasilianistas que analisaram a sociedade brasileira sob a ótica das interações entre civis e militares.[227] Durante a década de 1990, novos trabalhos surgiram inspirados por essa nova historiografia. Para o Império, foco deste trabalho, as relações entre militares a escravidão foram bem exploradas.[228] Nas próximas páginas iremos discorrer sobrea organização das forças terrestres em uma sociedade política e racialmente hierarquizada, tal como era a do Brasil imperial.

2.3 Organização das Forças Terrestres

Em 1812, o Príncipe Regente – D. João –, então radicado com a Corte portuguesa no Rio de Janeiro, recebeu uma proposta de lei para reorganizar os corpos de oficiais de Milícias e Ordenanças. O documento apresentava como deveriam ser dispostos os oficiais a partir daquela data e como a Tropa de Linha deveria designar algum coronel ou major para o treinamento desses corpos.[229]

Essa pequena passagem sobre como era formalizada a distribuição de oficiais para as Tropas de Segunda e Terceira linhas[230] (Milícias e Ordenanças respectivamente) evidencia a relação entre as forças terrestres profissionais e não profissionais que permeou boa parte da história do Brasil. Como já mencionado, a dificuldade da Coroa Portuguesa de enviar soldados profissionais e de organizar o Exército fez as autoridades recorrerem a criação de corpos com homens comuns para a defesa local, tanto no Reino quanto nas colônias. Desse modo se

---

[226] FALCON, Francisco. **História e Poder**. In FLAMARION, Ciro e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 97-138. Disponível em http://grupodetrabalhoeorientacao.com.br/Virginia_Fontes/capitulos-livros/Historia-e-modelos.pdf, acessado 12/10/2018.

[227] KRAAY, **Política Racial, Estado e Forças Armadas**, 2011; BEATTIE, Peter. **Tributo de sangue**, 2009.

[228] Conferir SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai**: escravidão e cidadania na formação do Exército. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

[229] Duas Leis Militares para Oficiais – 1812. Documento 13; Rio de Janeiro, 4 p. Coleção Portugal. Disponível em http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1460501/mss1460501.pdf acesso em 24/06/2020

[230] ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, **História do Exército Brasileiro** vol.1; MAGALHÃES, João Batista. **A Evolução Militar do Brasil**, ver o capítulo 20; SODRÉ, Nelson Werneck. História Militar do Brasil, p. 45-50.

formaram as Ordenanças, no final do século XVI, e a partir da segunda metade do século XVIII as Milícias (anteriormente chamadas de auxiliares), a última era dividida em seções denominadas de Terços Auxiliares.[231] Sua denominação se dá justamente por ir em auxílio às Tropas Profissionais em contexto de guerra, enquanto as Ordenanças eram responsáveis pela segurança local.[232] Abaixo um organograma com a hierarquia das forças terrestres na Colônia.

Quando Portugal entrou na Guerra dos Sete Anos, rompeu o acordo firmado com a Espanha e a França no *Pacto de Família*, que obrigava todos os monarcas da casa de Bourbon a pegarem em armas caso algum desses países fosse atacado. Os lusitanos preferiram se aliar aos ingleses, seu principal parceiro comercial de então.[233] O conflito entre portugueses e espanhóis ficou conhecido como Guerra Fantástica e apresentou a fragilidade militar de Portugal, o que refletia na América. Os lusitanos tiveram tanto seu território europeu invadido como o americano, pois os espanhóis enviaram ordens para o governador de Buenos Aires atacar a então capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul.

A inferioridade numérica dos portugueses frente aos espanhóis apontou para a necessidade de reforma do Exército Português. Esse papel coube ao Conde de Lippe, militar prussiano contratado para tal. Para o Estado do Brasil, foi designado o marechal-de-campo João

[231] MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. **Forças Militares no Brasil Colonial**. In **Conquistar e Defender**: Portugal, Países baixos e Brasil; Estudos de História Militar na Idade Moderna. São Leopoldo, Oikos, 2012, p. 105.
[232] Idem.
[233] ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, **História do Exército Brasileiro** vol.1, p. 256 e 290.

Henriques Böhm. Ambos reorganizaram as Forças em Armas luso-brasileiras para enfrentarem os castelhanos e seus colonos. De acordo Christiane Pagano de Mello,

> Para tomar as medidas de reestruturação e de modernização militar que se impunham, chegava a Lisboa, em 1762, o Conde Lippe-Schaumburg, logo nomeado marechal-general do exército português, encarregado do comando superior das tropas e diretor geral de todas as armadas. Sua ação foi fundamental no que tange à organização do exército português, segundo os moldes dos melhores exércitos de então.[234]

Böhm encontrou na colônia um sistema defasado e com pouca instrução para combate. Desde as lutas contra os holandeses, as tropas mantinham sua organização com poucas mudanças. A situação no sul da América Portuguesa forçou o marechal Böhm a aumentar o efetivo daquela região com soldados vindos de outras capitanias, em especial de São Paulo. Estes homens eram muitas vezes membros dos já mencionados corpos auxiliares, os Terços. Esta divisão foi criada no início do século XVIII em virtude das invasões francesas à cidade do Rio de Janeiro em 1710 e 1711, tinha a propriedade de defender o território junto com as Tropas de Linha e até mesmo a substituindo, por isso deveria estar bem-organizada.[235] Porém, a situação que o marechal encontrou nas décadas de 1760 e 1770 era de desorganização. Böhm, juntamente com o vice-rei Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão d'Eça e Melo Silva Mascarenhas, marquês de Lavradio, buscou armar e treinar os soldados, designando oficiais (mestres de campo) de linha para comandá-las no sul.[236]

O recrutamento para os conflitos contra a Espanha, representada na figura do governador de Buenos Aires, Pedro Cevallos, também vinha de outras capitanias como o Rio de Janeiro, onde as tropas partiam para o sul pelo mar, Bahia e Pernambuco.[237] O constante fluxo de soldados para a capitania sulista proporcionou uma colonização daquela região, pois constantemente estavam com suas fronteiras sob ataque e alguns soldados tiveram acesso a terras em recompensa pelo serviço prestado nas tropas. Estas ofensivas continuam mesmo após o tratado de paz entre as duas nações com Cevallos avançando e conquistando muitos dos territórios de domínio português.[238]

Com as defesas falhas, Böhm pediu que os reforços fossem exclusivamente preparados para combater e recebessem o soldo regularmente. Ele acreditava que os Terços auxiliares não

---

[234] MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. **Forças Militares no Brasil Colonial,** p. 109.
[235] MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. **Forças Militares no Brasil Colonial,** p.107.
[236] MAGALHÃES, João Batista. **A Evolução Militar do Brasil**, p.185-186.
[237] Este último enviou para o Rio Grande do Sul o terço dos Henriques, composto por homens pretos. MAGALHÃES, João Batista. **A Evolução Militar do Brasil**, p. 199-200.
[238] Idem; ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, **História do Exército Brasileiro** vol.1, p. 263.

poderiam estar na linha de frente nos combates do sul, pois não possuíam treinamento nem experiência para enfrentar uma guerra como a das capitanias do Rio Grande e de Santa Catarina.[239] Para o marechal, os soldados dos corpos auxiliares eram mais preciosos em situações de defesa, já que lutariam por seus lares.[240] De acordo com Mello, os corpos auxiliares eram escolhidos entre os homens mais capazes em detrimento das Ordenanças, que eram formadas por locais, menos instruídos e equipados,

> Dito de outro modo, os Terços de Auxiliares deveriam ser compostos pelos homens "mais capazes" escolhidos na população civil, que disporiam de razoável instrução, armamento e disciplina militar. Nestes termos, os Auxiliares se diferenciariam das Ordenanças, na medida em que estas últimas, além de se constituírem em força local, isto é, não poderem ser deslocadas de suas respectivas sedes, seriam basicamente pouco instruídas e equipadas.[241]

Böhm provavelmente não via diferença entre Ordenanças e Terços. Para ele essas tropas só serviriam para se defender em caso de invasão. Porém, como pontua Mello, a defesa da colônia era majoritariamente feita por essas tropas. A logística e o preço para enviar soldados profissionais para o Brasil era custoso à metrópole. Tal situação proporcionou aos comandantes desses corpos um destaque na política colonial, principalmente nas vilas. O comandante do destacamento de Ordenanças era o capitão-mor, figura muito influente na política local. Seu cargo, na maioria das vezes, era concedido como mercê em retribuição a algum serviço prestado à Coroa ou ao Estado, independente das questões militares. Esses homens eram escolhidos dentre os membros das melhores famílias de sua localidade.

De acordo com Leonardo Paiva de Oliveira, os capitães-mores possuíam uma função de administração no governo das capitanias.[242] Analisando esses personagens em um período anterior ao apresentado neste trabalho, o autor pôde perceber a presença de homens experientes das guerras contra os holandeses ou de outros pontos do Império Português. Os capitães-mores possuíam ligações fortes com o poder local até por isso seus cargos em capitanias periféricas demonstravam a hierarquia entre as famílias e os comandantes em domínios lusitanos.[243] Esses homens durante o início do período colonial eram escolhidos por eleições, conforme o Regimento de Ordenanças de 1570, porém em 1709 essa prática foi extinta.[244]

---

[239] Esta havia tido parte de seu território conquistado pelas tropas de Cevallos.
[240] MAGALHÃES, João Batista. **A Evolução Militar do Brasil**, p. 198.
[241] MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. **Forças Militares no Brasil Colonial,** p.107.
[242] OLIVEIRA, Leonardo Paiva de. **Capitães-mores em circulação**: trajetória dos governantes do Rio Grande e do Ceará (1666-1750). XXIX Simpósio Nacional de História, ANPUH, 2017.
[243] Ibidem, p. 7-8.
[244] MAGALHÃES, João Batista. **A Evolução Militar do Brasil**, p.214.

Sobre a experiência militar desses sujeitos, Oliveira diz ser difícil distinguir o tipo de serviço que exerceram – nas Tropas de Linha ou de Segunda Linha.[245] Entretanto, em relação a experiência militar, nem sempre contava na hora de conseguir o cargo administrativo. A função militar que mais recaía sobre os capitães-mores era a defesa local. Segundo o autor,

> Uma outra característica que une esses homens com relação às suas experiências militares, é a participação de conflitos importantes da Coroa portuguesa contra os chamados inimigos internos e inimigos externos, sendo estes os de maior relevância, tendo alguns deles participado dos mesmos conflitos, o que criava a possibilidade de se conhecerem.[246]

Os serviços prestados, tais como financiamento para o fardamento e armamento de tropas ou para a confecção de obras públicas, favoreciam a concessão de mercês para esses homens, tais como os cargos de capitães-mores. Já na segunda metade do século XVIII e início do XIX, em algumas vilas do interior, como Vila Nova da Rainha, os capitães-mores alcançavam mais poder quando entravam para o comando das Ordenanças, arregimentando um verdadeiro séquito de homens armados. Mesmo sob influência do poder central, esses líderes locais agiam de maneira independente. É o caso do já mencionado capitão-mor Joaquim Simões, que empreendeu a Guerra do Cadó contando com certo número de homens armados.

No final do século XVIII e início do século XIX, as tropas terrestres brasileiras passaram por mudanças. Entretanto, as tropas auxiliares ainda eram o grosso das Forças em Armas na América Portuguesa. Seus oficiais constantemente eram alvos de reclamações por parte das autoridades coloniais. O treinamento era feito exclusivamente em Portugal para os reinóis e alguns brasileiros.[247] Isto debilitava a preparação das tropas auxiliares que dependiam bastante dos oficiais de linha. Uma carta régia de 20 de julho de 1802 dá uma noção de como estavam as armas na colônia,

> [...] Tomando da Minha Real Consideração o grave prejuízo, e desordem, que nascem do grande número de Oficiais de Milícias, e Ordenanças, providos por alguns dos Governadores e Capitães Generais do Brasil com manifesto abuso, e contravenção dos seus Regimentos, e das Ordens Régias, que em diferentes épocas se tem dirigido a este objeto aos mesmos Governadores. Sou servido, para fazer cessar de uma vez os inveterados abusos, que infelizmente gravam este artigo, ordenar que daqui em diante não se crie de posto algum de Milícias, ou de Ordenanças, nem se altere de maneira alguma a organização, e composição atual destes corpos, sem que primeiro os Governadores e Capitães Generais respectivos Me representem as razões de necessidade, ou conveniência, que para isso possa haver. E sem que recebam as Minhas posteriores Resoluções a este respeito; exceto no tempo de guerra, ou sendo exigida alguma Povoação em Vila ou Cidade, devendo proceder no primeiro

[245] Ibidem, p. 4.
[246] Idem.
[247] MAGALHÃES, João Batista. **A Evolução Militar do Brasil**, p.216.

> caso na conformidade dos Regimentos de seus Governos, e no segundo observar o que está disposto na Provisão de 21 de abril de 1739, fazendo convocar a Câmara, para que segundo a população da Vila ou Cidade novamente criada, proceda a eleição dos Oficiais de Ordenança, que unicamente foram necessários, com as formalidades determinadas no Regimento de Ordenanças. O que tudo devereis observar inalteravelmente nessa Capitania, e na sua dependência, enquanto não se fizer uma Regulação geral dos Corpos de Ordenança, que devam ficar existindo, para a execução da qual Tenho autorizado o Conselho Ultramarino, ao qual deveis remeter os mais exatos Mapas da População da mesma Capitania, do modo porque se acha devida em Capitães-mores , e subdivididas em simples Capitanias, e com todas as outras especificações necessárias na conformidade das Ordens, que vos foram expedidas pelo mesmo Conselho, assim que ele possa propor-lhe com pleno conhecimento da causa um plano geral , e uniforme adaptado às circunstâncias presentes, no qual se regule os Corpos de Milícia e Ordenanças, que se devem conservar e o número de Companhias e de Oficiais, de que se devem compor; e se determinem especificamente as circunstâncias, em que poderá ter lugar alguma alteração, e as cautelas, e formalidades, com que deverá ser praticada. [...][248]

Os abusos comentados por D. João eram comuns devido à distância do poder local e da liberdade que estes capitães-mores possuíam ao ter as tropas auxiliares (principalmente as Ordenanças) ao seu dispor. O caso mencionado em Vila Nova da Rainha é um dos exemplos dessas práticas.

Os oficiais das vilas do interior também ficaram responsáveis, como apresentado na carta, de enviar os mapas da população para a contabilização dos homens aptos a pegar em armas para melhor controle desse contingente por parte da Coroa. Como uma das principais capitanias da América Portuguesa, a Bahia comumente possuía um efetivo numeroso, tanto das tropas regulares quanto das auxiliares. Dois anos após a promulgação da carta régia acima transcrita, em 1804, foi elaborado o mapa de Vila Nova da Rainha, no qual a Câmara enviou o número de habitantes e de homens aptos para servir nos terços. A tabela abaixo apresenta os números do contingente no munícipio.

[248] Carta Régia de 20 de julho de 1802 apud. MAGALHÃES, João Batista. **A Evolução Militar do Brasil**, p. 216. Algumas passagens foram adaptadas para a norma ortográfica vigente.

Tabela 2.1

Mapa de Habitantes do Terço de Ordenanças de Vila Nova da Rainha

Distritos	População Masculina	Homens Aptos
Vila Nova da Rainha	681	437
Arraial da Freguesia Velha	916	718
Cariacá	241	205
Alagoa Grande	355	275
Jaguarari	469	327
Rio Aipim	406	347
Água Branca	667	514
Total	3735	2823

Fonte: Mapas dos habitantes do Terço de Ordenanças da Vila Nova da Rainha, feita por José Ferreira de Guimarães, seu Capitão-mor em 1804. S.l 1804. 1 documento. Cópia. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mssp0000245/mssp0000245.pdf acesso em 1º de julho de 2020.

Os números apresentam a população masculina de Vila Nova da Rainha, possivelmente respondendo às exigências da carta régia mencionada, levando em conta não somente o número de homens aptos para o serviço militar. Mesmo não havendo menção a escravos e pretos livres, é possível inferir que os primeiros, por razões óbvias, não eram alistados nas forças de Ordenanças, e como Vila Nova da Rainha não possuía o Terço dos Henriques os pretos livres provavelmente também não foram alistados.[249]

Com a vinda da Família Real para a colônia, vieram também oficiais e soldados, alguns ingleses, para a defesa do território. Todavia, Portugal se via em conflito contra a *Grande Armeè* de Napoleão Bonaparte, que havia invadido o território lusitano devido à quebra do Bloqueio Continental instituído pelo Imperador francês. Parte do efetivo se manteve no reino e foi preciso modificar mais uma vez a estrutura militar no Brasil. Soma-se a este fato, o temor de que as Guerras Napoleônicas se estendessem até as Américas (o que não ocorreu).[250]

D. João tentou implantar no Brasil uma unidade nas Forças em Armas que eram, como supracitado, tropas locais comandadas por agentes locais, os capitães-mores. O Príncipe Regente buscou com essa prática organizar essas tropas e coibir os abusos de poder eventualmente cometidos pelos capitães-mores e oficiais de milícias, se valendo da carta régia acima, designando oficiais da Primeira Linha para treinarem as Milícias e Ordenanças. Seguem abaixo os artigos do Regimento de Milícias de 1808:

> Art. 1 Para coronéis, tenentes-coronéis, capitães e subalternos dos Corpos de Milícia, irão escolher, sempre com a devida proporção aos postos, das pessoas

[249] O número de pretos livres era mínimo, o que pode significar que alguns desses homens podem ter ingressado no terço de algum dos distritos que compunham o município.
[250] ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, **História do Exército Brasileiro** vol.1, p.383.

> os que estando em boa disposição tiverem a melhor representação por nobreza, talentos, riquezas, bom comportamento dos quais estiverem nestas circunstâncias [...] preferidos aqueles que serviram na tropa de Primeira Linha ou que se acharem já servindo nestes Regimentos de Milícia. Para postos de subalternos não poderá ser nomeado quem estiver suspeito ao Recrutamento da Primeira Linha.[251]

O primeiro artigo nos apresenta a preocupação da Coroa de deixar no comando pessoas de nobreza e riquezas, pois isso era visto como uma maneira de manter o controle das tropas nas mãos de homens fiéis ao governo central e evitar distúrbios e rebeliões dentro dos corpos auxiliares. A preferência pelos indivíduos que possuíam experiência nas Tropas de Linha mencionada no artigo sugere a busca pela unidade entre Exército e Segunda Linha. Podemos observar no artigo segundo do Regimento:

> Art. 2 Os postos de majores serão exclusivamente ocupados pelos capitães, ajudantes, tenentes hábeis de Tropas de linha por qualquer (qual) ao préstimo, inteligência e atividade destes oficiais se deverá principalmente a disciplina dos Corpos de Milícia aos majores deles que afim de terem sido promovidos poderão regressar aos Regimentos de Linha [ilegível] reconhecida aptidão, pelo tempo de quatro anos que tiverem passado de capitães da Tropa de Linha, e de seis anos os que passarem de ajudantes ou tenentes da mesma tropa.[252]

Os postos de capitães e ajudantes – oficiais intermediários – eram designados para manter a disciplina nos corpos de Milícia e Ordenanças e para que o treinamento tivesse foco militar mais sério. É certo que tais medidas na prática se tornavam muito penosas para as fileiras das armas auxiliares. Como homens comuns, os soldados das Ordenanças, que eram responsáveis pela defesa local, tinham que deixar suas atividades cotidianas para servir ao chamado das autoridades. Já os membros dos Terços precisavam se deslocar para ajudar as Tropas de Linha nos conflitos externos e seu ônus se tornava ainda maior. Sem contar que nem todos os capitães e ajudantes designados eram competentes na disciplina e treinamento e os que o eram logo recebiam promoção a major e retornavam ao Exército.

Já em 1812, o governo emitiu um novo decreto reforçando o auxílio mútuo entre as forças terrestres. Reforçava também a importância de que os oficiais fossem homens de riqueza e distinção dentro das vilas ou cidades. Segue abaixo o decreto na íntegra.

> Convindo muito a boa disciplina das tropas milicianas que os respectivos oficiais sejam escolhidos das pessoas de primeira distinção, riqueza, para que não só inspirem confiança aos soldados e os animem com o seu exemplo de defesa do estado, mas possam com desinteresse e decência prestar-se ao serviço da Pátria a que todos pertencem (...) qualidades que regulamento de

[251] Regimento de Milícias, 1808. Disponível em http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1460501/mss1460501.pdf , acesso em 1 de julho de 2020.
[252] Idem.

> Milícias (...) a mando de ter em vista das promoções dos postos tanto maiores como subalternos. Há o Príncipe Regente Vossa Senhoria, pelo bem ordenar que para capitães dos Regimentos de Milícia, sejam desta capital ou da província se proponham daqui em diante, com preferência a quaisquer outras pessoas, as que mais representarem por nobreza, abonação, e comportamento, e que não se achando empregados nas Tropas de Linha, nem tendo ocupação alguma cível ou política, que as embaracem, se habilitem pela sua idade e disposição por aquele serviço a que deverão prestar-se logo que forem avisados para servirem nos Regimentos em cujos distritos estiverem seus bens ainda que aí não residam, debaixo da pena de pagarem, os/as que tiverem bens da coroa e ordem, ou administrarem vinculas, o quanto dos respectivos rendimentos, e os Proprietários de qualquer outro bem a décima correspondente, tudo aplicado a caixa militar dos corpos a quem pertencerem, e a bem das contribuições ordinárias e extraordinárias de subsídio militar a que são obrigados. 8 de janeiro de 1812. [253]

D. João procurou organizar as Milícias com os oficiais vindos das Tropas de Linha ou homens de confiança do governo para cuidarem da disciplina e treinamento – reforçando a lei do Regimento de 1808. Também preteriu que os que não servissem à Primeira Linha ou exercessem atividades políticas (os chamados homens bons) poderiam se alistar nos Regimentos em que residissem seus bens. Podemos entender essa medida como uma maneira de manter elos entre os milicianos e seus oficiais com a localidade em que residiam, tal como acontecia anteriormente. Tais ações do Príncipe Regente podem ter reforçado justamente o que o monarca pretendia combater, os abusos de poder e a influência que os capitães-mores detinham para com seus subalternos.

A política externa de D. João também influenciou na organização das forças terrestres na colônia. Em represália aos franceses, foram enviadas tropas para anexar a Guiana Francesa (1809) – que passou a se chamar Caiena – e para o Rio da Prata, onde ocorreram as guerras de reconhecimento e contra Artigas na então província Cisplatina (1811 e 1816 respectivamente). Para melhorar a formação dos oficiais para os conflitos externos e adequá-los às normas estabelecidas no Regimento de Milícias foi fundado em 1811 a Real Academia Militar.[254] Já existiam escolas militares que disponibilizavam aulas para o oficialato da Tropa de Linha, principalmente para a arma de artilharia.[255]

Criou-se nesse período a Guarda Real no Rio de Janeiro, divisões de voluntários no Pará e no Rio Grande do Sul, devido aos conflitos em Caiena e na Cisplatina, batalhões de caçadores

---

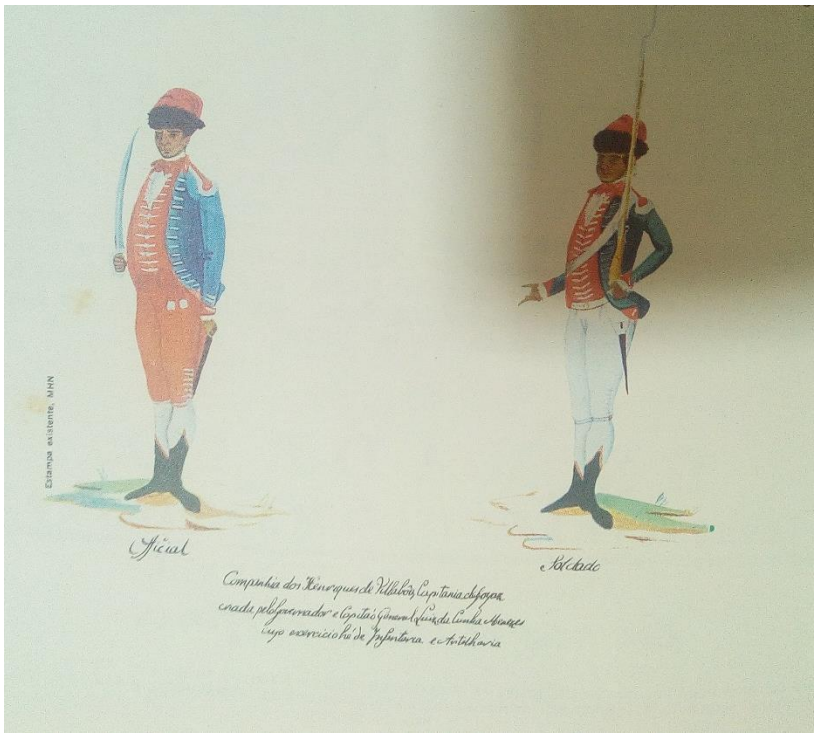
[253] Lei do Regimento de Milícias de 1812. Disponível em http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1460501/mss1460501.pdf acesso em 1 de julho de 2020.
[254] ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, **História do Exército Brasileiro** vol.1, p.383-384.
[255] MAGALHÃES, João Batista. **A Evolução Militar do Brasil**, p.217.

em São Paulo – uma Legião e três batalhões de infantaria, mais quatro esquadrões de cavalaria – e na Bahia.[256] Esta capitania, em virtude da Revolução Pernambucana de 1817, foi local de criação de batalhões e do chamado Regimento de Restauração Pernambucana, formado por Fuzileiros, mais especificamente o 12º Batalhão. Nas duas primeiras décadas do XIX, as Ordenanças foram perdendo sua importância militar e sendo suprimidas pelas Milícias.

Em 1818, o efetivo de soldados na Bahia era de 16.687 homens de infantaria, 2.586 de cavalaria, 686 de artilharia, totalizando 19.932,[257] sem contarmos os quatro regimentos de Milícias, como dos Henriques, de pretos livres, um de pardos e outros dois de brancos.[258] A imagem abaixo mostra uma representação dos uniformes do Terço dos Henriques.

Imagem 2.1

Companhia dos Henriques de Vila Boa



Fonte: Companhia dos Henriques de Vilaboa. Autor Desconhecido. ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, **História do Exército Brasileiro** vol.1, p.288.

A distinção dos uniformes era uma marca social entre os oficiais e seus subordinados. Os uniformes das Milícias e Ordenanças eram pagos pelos próprios soldados, todavia, era comum que seus superiores buscassem fardar suas tropas, que na maioria das vezes acabavam

[256] ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, **História do Exército Brasileiro** vol.1, p. 386.
[257] Ibidem, p.390.
[258] Idem.

por não comparecer completamente fardados. Na questão do armamento, os soldados contavam bastante com seus superiores para ajudá-los a custeá-los, por isso, podemos supor que os favores conseguidos com os oficiais ajudavam na formação desses séquitos militarizados. Dessa forma, podemos identificar traços de clientelismo dentro das Forças em Armas do Brasil, com praças buscando proteção e ascensão social, enquanto os oficiais procuravam, além do poder das armas, ampliar sua força política nas eleições locais ou em contendas pessoais e de grupo.

Com a Revolução do Porto em 1820, a Família Real retornou a Portugal. O agora rei D. João VI deixou seu filho D. Pedro de Alcântara como Príncipe Regente do Brasil. Pouco tempo depois, em 1822, este declarava a independência e tornava-se imperador. As forças terrestres também acompanharam as mudanças dentro do novo Império. abaixo

Hierarquia Militar do Exército Brasileiro nos Períodos Colonial e Imperial[259]

Período Colonial	**Período Imperial**
Anspeçada	Anspeçada
Cabo de esquadra	Cabo de esquadra
Furriel	Furriel
2º Sargento	2º Sargento
1º Sargento	1º Sargento
2º Cadete	2º Cadete
1º Cadete	1º Cadete
Alferes	Alferes
Tenente	Tenente
Capitão	Capitão
Sargento-mor	Major
X	Tenente-coronel
Mestre de campo	Coronel

[259] Disponível em: Barroso, Gustavo. **História Militar do Brasil**, p.79.

Brigadeiro	Brigadeiro
Marechal de campo	Marechal de campo
Tenente-general	Tenente-general
Marechal do Exército	Marechal do Exército

2.4 O Império e a crise do Exército

Durante as Guerras de Independência, as tropas estacionadas no Brasil se dividiram entre o "Partido Brasileiro", leais ao governo estabelecido no Rio de Janeiro, representado por D. Pedro, e o "Partido Português", leais ao governo das Cortes Constituintes da Nação Portuguesa, estabelecidas em Lisboa.[260] Com essa cisão, D. Pedro I recorreu a voluntários para combater os focos de resistência a seu projeto de emancipação brasileira. O caso mais notável de conflito armado relacionado a esse movimento talvez seja a Guerra de Independência na Bahia. Muitos homens pobres e alguns escravos e homens de cor livres se alistaram para combater as forças portuguesas do general Madeira de Melo. É o caso do 2º sargento José de Vasconcelos dos Reis, insurgente na Guerra do Cadó, que assentou praça aos 15 anos para participar do Exército Pacificador. O Exército Pacificador foi a denominação pela qual ficou conhecida a tropa criada pelo Governo Provisório que lutou na Guerra de Independência da Bahia. Era liderado pelo general Pedro Labatut.[261]

Com a capitulação das tropas portuguesas em 1823 e o reconhecimento da independência por Portugal em 1825, o novo país precisou reorganizar as Tropas de Linha para sua defesa. Entretanto, dado o quadro conflituoso do momento, logo surgiram distúrbios dentro do próprio Império, como a Confederação do Equador nas províncias do norte, principalmente Pernambuco, em 1824. O movimento começou nessa província e logo se espalhou por Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará. Foi uma reação à Constituição de 1824, pois os revoltosos acreditavam que esta deixava o Brasil preso à um governo centralizador. Os participantes reivindicavam medidas liberais como o livre comércio, o abolicionismo e defendiam a adoção de um governo republicano. Como resposta D. Pedro I enviou a Marinha Imperial para bloquear

[260] Partido nesse contexto não tinha o sentido de agremiação política que conhecemos hoje. Seu significado se aproximava de grupos que possuíam uma causa em comum. Também não tinham relações com a nacionalidade de seus membros, visto que portugueses de nascimento defendiam a causa brasileira e brasileiros a causa portuguesa.
[261] APEB. Perfil do 2º sargento José de Vasconcelos dos Reis. Sublevação em Vila Nova da Rainha, maço 2859, 1833, fls. 4;4v. Ver capítulo 1.

os portos das províncias envolvidas no conflito. Como forma de manifestação, a população pernambucana e Paes de Andrade, então governador, deu início a um governo independente na região. As tropas imperiais foram enviadas e o movimento foi suprimido. Seus principais líderes foram enforcados ou fuzilados, como Frei Caneca.[262] Já na Bahia, no mesmo período, ocorreu a revolta do 3º batalhão de infantaria do Exército, também conhecido como o Batalhão dos Periquitos.[263]

A Rebelião dos Periquitos, um levante de soldados negros veteranos da Guerra de Independência ocorreu entre os meses de outubro e novembro de 1824 devido a troca de comando do sargento-mor José Antônio da Silva Castro, em um contexto de instabilidade do Primeiro Reinado, a outorga da Constituição Imperial. Nas palavras de Luis Henrique Dias Tavares o governo parecia, para muitos, "mais centralizado do que monárquico constitucional".[264]

Os Periquitos, assim apelidados devido à farda verde-claro que utilizavam, eram uma tropa formada por homens de cor em sua maioria, que, como dito acima, havia participado da Guerra de Independência.[265] Um dos medos deste batalhão era sua total desmobilização, bem como o temor de seus oficiais de perderem seus postos ou terem suas patentes rebaixadas.[266] De acordo com Arthur Ferreira Reis,

> Com a alta dos preços e o grande desemprego que assolou a província após a independência, as camadas mais pobres tiveram suas vidas assoladas pela miséria, incentivando uma atitude rebelde perante as autoridades. O desemprego veio a colaborar para o medo das elites perante a população. Juntos, desempregados, pobres e soldados negros – inseridos, em sua maioria, no Batalhão dos Periquitos -, formavam um grupo que assustava as elites baianas.[267]

Os Periquitos seriam realocados para Recife, onde iriam combater a Confederação do Equador. Descontentes com a mudança de oficiais e com o atraso constante dos soldos, sentiam que seus feitos na Guerra de Independência estavam sendo desconsiderados pelas elites soteropolitanas, que temiam algum tipo de revolta que abalasse a hierarquia social e racial

---

[262] SILVA, Francisco de Assis Oliveira. "**Deus Guarde Vossa Excelência**": A confederação do Equador e a Política Imperial na Província Piauiense. XXIX Simpósio de História Nacional, Brasília, 2017.
[263] TAVARES, Luís Henrique Dias. **O Levante dos Periquitos**: um episódio obscuro no Primeiro Império. Salvador, Centro de Estudos Baianos, p.5.
[264] Idem.
[265] O termo homens de cor era utilizado na época para se referir às pessoas não brancas. Em uma sociedade racialmente hierarquizada, as gradações de cores eram importantes para diferenciar os indivíduos. Cf. REIS, 2003, p. 23.
[266] Ibidem, p.18.
[267] REIS, Arthur Ferreira. **Os Corcundas e os Periquitos**: a visão áulica sobre a Revolta dos Periquitos na Bahia. Vitória, Anais do VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est, 2017, p. 126.

promovida por homens de cor, alguns ex-escravos armados. Esse descaso, porém, teve o efeito contrário.[268]

A revolta teve adesão do 4º Batalhão além do corpo de Artilharia. Os revoltosos reivindicaram a reintegração do Sargento-mor José Antônio da Silva Castro e seguiram até a casa do Governador das Armas coronel Felisberto Caldeira, que acabou acidentalmente morto, gerando indignação das autoridades. Os membros do levante se aquartelaram no forte de São Pedro onde permaneceram até o dia 6 de dezembro do mesmo ano, quando a revolta foi controlada. Dois de seus líderes, o major Joaquim Satyro da Cunha e o tenente Gaspar Lopes Villas Boas, foram condenados à forca.[269]

Após essa revolta, uma das primeiras envolvendo a Primeira Linha no Primeiro Reinado, os militares baianos tiveram de se mobilizar novamente, dessa vez para o sul onde lutaram na Guerra Cisplatina. Esse conflito foi motivado pela insatisfação dos cisplatinos em relação ao governo central, que já vinha desde a conquista da região sob D. João VI. Os atritos continuaram quando as Províncias Unidas do Rio da Prata – atual Argentina – apoiaram a revolta e incentivaram os rebeldes, liderados por Juan Antonio Lavalleja, e se juntaram ao país vizinho contra o Brasil.[270]

Em dezembro de 1825, o Brasil declarou guerra às Províncias Unidas do Rio da Prata e iniciou-se uma campanha de recrutamento e de deslocamento de tropas para combater o inimigo no sul. Além de brasileiros, lutaram mercenários de regiões da atual Alemanha e Irlanda; além disso, boa parte dos oficiais eram nascidos ou tinham ascendência portuguesa, como era de se esperar nesses primeiros anos pós-declaração de independência. As atitudes do imperador levariam a uma crise ao final do conflito platino. A guerra fora impopular desde o início, por conta dos altos impostos e das derrotas em batalhas como Ituzaingó (20 de fevereiro 1827).[271]

Já na Bahia, Lucas Junqueira analisou a participação da província no Conflito Platino e atentou para o recrutamento para as Tropas de Primeira Linha. A dificuldade de conseguir voluntários para o confronto no sul do Império fez com que a máquina do recrutamento aumentasse na província e levou muitos homens a desertar ou buscar meios para escapar da

[268] Ibidem; conferir a 2ª parte.
[269] Idem. REIS, Arthur Ferreira. **Os Corcundas e os Periquitos, p.16-127**.
[270] Ver CARNEIRO, David. **História da Guerra Cisplatina**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946; Lima e Silva, Marechal Luiz Manoel de. **"Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata".**
[271] DONATO, Hernâni. **Dicionário de Batalhas Brasileiras**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 2001.

presença nos batalhões que seguiam para a Cisplatina.[272]

Sobre a contribuição da província para o esforço de guerra, Junqueira admite que a Bahia desempenhou um papel importante na manutenção das tropas e no transporte delas, pois a Bahia tinha o segundo porto mais importante do Império (atrás somente do Rio de Janeiro) e a Indústria Naval baiana foi fundamental para a defesa das costas que eram assoladas por corsários enviados por Buenos Aires.[273]

Antes mesmo de assinar o tratado paz com o país vizinho, em 27 de agosto de 1828, a popularidade de D. Pedro I se desgastou ainda mais e o imperador teve de lidar com a rebelião dos mercenários alemães e irlandeses (entre 9 e 11 de junho de 1828). Os primeiros sentiram-se incomodados com o tratamento dado aos últimos, que recebiam melhor alimentação e estavam isentos dos castigos físicos. Os alemães então reivindicaram condições semelhantes às dos seus colegas irlandeses.[274]

As ações do Conde do Rio Pardo tentaram ao máximo evitar que o pior acontecesse. Ele logo tratou de resolver os problemas relacionados ao soldo e condições do serviço, especialmente o tempo. Todavia, os castigos físicos não eram pauta do Governador da Armas e não seriam resolvidos logo. Não dar a devida atenção às mazelas físicas causaria alvoroço entre os mercenários alemães. Gilmar de Paiva dos Santos Pozo nos apresenta a seguinte passagem

> Um soldado alemão estava em uma venda no período da noite, após seu dia de trabalho, no dia 4 de junho de 1828. Um oficial brasileiro, passando pela venda, questionou a presença do alemão tarde de noite. Somou ainda a falta de saudação do alemão para o brasileiro. O oficial resolveu levar a questão até o major, que mandou prender o alemão e condenou-o a 25 chibatadas, que deveriam ocorrer no dia 9 daquele mês.[275]

A reação dos estrangeiros foi contestar, no dia da aplicação do castigo, as ações de seus superiores. Os próprios irlandeses auxiliaram os alemães, que contundentemente questionaram

---

[272] JUNQUEIRA, Lucas de Faria. **A Bahia e o Prata no Primeiro Reinado**: Comércio Recrutamento e Guerra Cisplatina. Salvado: UFBA, 2005. (Dissertação de Mestrado)
[273] Idem.
[274]. Para um aprofundamento maior sobre a Revolta dos Mercenários ver POZO, Gilmar de Paiva dos Santos. **Imigrantes Irlandeses no Rio de Janeiro**: cotidiano e revolta no primeiro reinado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História Social, 2010, 189p. SILVA, Alfredo P.M. **Os Generais do Exército Brasileiro, 1822 a 1889**, M.Orosco & Co., Rio de Janeiro, 1906, vol. 1.
[275] POZO, Gilmar de Paiva dos Santos. **Imigrantes Irlandeses no Rio de Janeiro**, p.135.

a punição. As autoridades militares brasileiras não deram ouvidos aos soldados estrangeiros e ainda aumentaram o número de chibatadas aplicadas ao soldado alemão.[276] Para conter o batalhão, os revoltosos foram levados à Ilha das Cobras e os líderes foram sentenciados a cem chibatadas. Após o ocorrido, os batalhões estrangeiros foram dissolvidos e enviados de volta a seus países de origem.[277]

Esse acontecimento somado às mazelas da Guerra Cisplatina aumentaram a pressão sobre o imperador, que perdia o apoio político de grupos que o haviam apoiado quando do processo de separação entre Portugal e Brasil. Já no início da década de 1830, as tensões aumentaram e D. Pedro viu seu reinado ameaçado, sendo obrigado a abdicar em 7 de abril de 1831, dando início ao período regencial.

A Regência foi marcada por turbulências tanto políticas como sociais. No âmbito político formaram-se três partidos: os *caramurus*, os *moderados* e os *exaltados*, cada um com seus projetos para o futuro da nação. Os primeiros não queriam mudanças no país e defendiam o retorno de D. Pedro I ao Brasil; os moderados defendiam mudanças, porém, não queriam o fim do regime monárquico; e os exaltados tinham ideias radicais – como o próprio nome sugere – e visavam um sistema federalista. No início, exaltados e moderados buscavam uma aliança contra o que chamavam de absolutismo e procuravam afastar a influência do "Partido português" da política brasileira.[278]

Os militares entraram no radar do governo regencial devido à grande presença de oficiais estrangeiros, principalmente portugueses,[279] que poderiam interferir nos projetos políticos dos regentes. Sérgio Buarque de Holanda, no "Prefácio" da obra, A Milícia Cidadã, citando o historiador John Schultz, comentou:

> [...] mais da metade dos 44 generais do Exército Brasileiro, isto é, exatamente 26, eram naturais de Portugal, e havia ainda dois outros europeus, um francês e um inglês, quando os brasileiros natos não passavam de dezesseis, quer dizer, pouco mais da terça parte do total.[280]

A presença maciça de militares naturais de Portugal no alto comando do Exército era uma preocupação para o novo governo devido a sua possível proximidade com o antigo imperador.

---

[276] Idem.
[277] Idem.
[278] BASILE, Marcelo. **O laboratório da nação**, p.60; ver também SANTOS, Ana Claudia Martins dos. **A Organização do Exército no Império Brasileiro na primeira metade do século XIX**: apontamentos. Caicó, v. 18, n.40, p. 156-168, jan./jun. 2017.
[279] O termo "português" estava ligado a adesão ou não à causa brasileira (independência). A constituição de 1824 garantia a cidadania brasileira aos lusitanos que defenderam a causa nacional.
[280] SCHULTZ apud CASTRO, **A Milícia Cidadã,** 1979, prefácio de Sérgio Buarque de Holanda.

Os planos dos *caramurus*[281] e desses oficiais caíram devido ao falecimento de D. Pedro I em 1834.

A Tropa de Linha se viu então desmoralizada diante do novo governo. As ideias liberais que influenciavam os regentes procuravam reformar ao máximo as instituições que consideravam sucessoras do Antigo Regime português.[282] De acordo com Ana Claudia Martins dos Santos,

> Ao ascender ao poder, o governo regencial deparou-se com um Exército *desorganizado e indisciplinado*, que trazia em sua organização traços da herança militar portuguesa. O alto oficialato do Exército, majoritariamente, era ocupado por membros da aristocracia, favorecido por redes de privilégios e com acesso rápido ao oficialato militar. Sua ascensão ao generalato era em grande parte à fidelidade a monarquia. O recrutamento de oficiais era realizado entre os nobres e os praças menos favorecidos, sendo que antes de 1850, quase todos os generais eram oriundos de grupos formados por fazendeiros, comerciantes ricos, altos funcionários civis e militares. aqueles que não eram membros da aristocracia tinham pouca chance de progredir na carreira militar e chegar ao oficialato, com exceção aos períodos de guerra.[283]

A autora cita uma das consequências do final do Primeiro Reinado – e da época colonial – a indisciplina e a desorganização. A perda da Banda Oriental (Uruguai) na Guerra Cisplatina e os custos dispendiosos, somados com a perda de vidas, fez com que a Tropa de Linha perdesse mais credibilidade. Fora as incansáveis buscas por recrutas para o conflito platino e a falta de preparo para lidar com o caso dos mercenários, o que esgotou ainda mais a imagem da instituição.

Para resolver o problema, o governo regencial buscou uma solução rápida para a defesa do Império. Ocorreram intensos debates sobre qual solução deveria ser tomada. A Regência, então liderada pelo Padre Diogo Antônio Feijó resolveu criar as Guardas Municipais, que eram convocadas pelos Juízes de Paz e prestariam assistência aos corpos de polícia, também com o contingente reduzido.[284] Um ponto importante na criação desta instituição é sua semelhança com a Guarda Nacional, em especial o fato de ser convocada apenas por uma autoridade e a de alistar cidadãos eleitores, como expressa o artigo 10 da Lei de 6 de Junho de 1831. Ao Juiz de Paz era permitido

> Armar e empregar como tais, cidadãos, que podem ser Eleitores, em número que julgar necessário, fornecendo-lhes armamento, e munição à custa da Fazenda Pública,

[281] Partido formado por comerciantes portugueses, burocratas e militares que tinham como principal pauta o retorno de Pedro I ao trono do Brasil.
[282] SANTOS, Ana Claudia Martins dos. **A Organização do Exército no Império Brasileiro**, p. 157, 2017.
[283] Idem. Grifo nosso.
[284] NUNES, **A Guarda Nacional no Pará**, 2016.

> os quais serão obrigados a obedecer, comparecendo armados ao chamamento dos Juízes, e Delegados.[285]

Entretanto, a Regência resolveu importar a lei de criação da *Garde Nationale* francesa, que tinha sido criada meses antes – A *Garde Nationale*, na qual foi inspirada a Guarda Nacional Brasileira, não era a mesma do período da Revolução Francesa de 1789. Essa nova corporação estava relacionada à Revolução Liberal de 1830.[286] Depois dos inúmeros debates, no Senado, o então Regente Padre Antônio Diogo Feijó e demais membros do Partido Liberal aprovaram a lei de 18 de agosto 1831, que criava a Guarda Nacional. A mesma lei extinguia as antigas milícias coloniais, assim como as recém-criadas Guardas Municipais. Esta, conforme a lei de 6 de junho, foi importante para manter a ordem interna, enquanto ocorriam os debates sobre a criação da milícia cidadã.[287]

Como expresso no primeiro artigo da lei de sua criação, cabia à Guarda "defender a Constituição, a liberdade, Independência, e Integridade do Império; para manter a obediência e a tranquilidade pública; e auxiliar o Exército de Linha na defesa das fronteiras e costas".[288] A corporação devia ser criada em todos os municípios do Império e possuía caráter permanente.[289] Essa medida aproximava a milícia cívica da população.

De acordo com Castro, "o conceito da "nação em armas" resultou da adequação entre a pressuposição original da milícia e da obrigatoriedade do serviço militar em épocas de emergência, concomitantes com a tradição de um Exército permanente e bem treinado"[290]. Esta noção defendida pela autora e aceita desde então na historiografia brasileira, demonstra que a Guarda Nacional estava inserida na tradição militar, não somente brasileira, mas também na ocidental.[291] A ideia de utilizar pessoas comuns para defender o território nacional também é aceito por André Fertig no livro *Clientelismo Político em tempos Belicosos*, no qual o autor concorda com Castro, afirmando que tal atitude serviu para o Império aproximar seus súditos de suas decisões políticas. A milícia também serviu como instrumento de subordinação do

---

[285] Idem; Decreto de lei de 6 de Junho de 1831, art. 10; disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37207-6-junho-1831-563560-publicacaooriginal-87651-pl.html, acesso em 14/09/2017.
[286] Ver CASTRO, 1979 e NUNES, **A Guarda Nacional no Pará**, 2016.
[287] Decreto de lei de 6 de Junho de 1831, art. 10; disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37207-6-junho-1831-563560-publicacaooriginal-87651-pl.html, acesso em 14/09/2017.
[288] Lei de 18/08/1831, Art. 1º, disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html acessado em 16/03/2017.
[289] Idem; porém, o governo poderia dissolver um batalhão caso achasse necessário.
[290] CASTRO, **A Milícia Cidadã**, 1979.
[291] Kraay enquadra as forças militares brasileiras na chamada "Era das Revoluções"; KRAAY, **Política Racial e Forças Armadas**, 2011, em especial a introdução.

poderio militar pelo poder civil, tornando os soldados, em primeiro lugar, cidadãos.[292] Entendo também, que o Império se beneficiou, pois possuía praças permanentes a um custo muito baixo. Basta lembrar que o Exército teve seu efetivo diminuído em função da desconfiança dos governantes para com as Forças de Linha.

Criada, a Guarda Nacional caiu nas graças das camadas médias da população. Participar de suas fileiras era motivo de orgulho e *status*. Apenas as pessoas que podiam votar compunham a milícia. A renda mínima necessária para ingressar na instituição era de 200$000 e 400$000 anuais, para praças e oficiais, respectivamente – A renda mínima foi modificada posteriormente para 100$000 de acordo com o decreto de 25/10/1832 e de 300$000 para os oficiais pelo mesmo decreto. Com a reforma de 1850, a quantia voltou a ser de 200$000, com exceção de algumas províncias fronteiriças.[293] O alistamento para a Guarda era obrigatório para esses brasileiros, considerados cidadãos.

A Guarda Nacional em sua primeira fase foi marcada pelas eleições dos oficiais. Segundo Castro, a corporação tinha um caráter inclusivo, pois permitia que pessoas comuns assumissem postos de relevância, relativizando a sociedade hierarquizada da época.[294] A permissão de homens de cor na milícia também foi uma novidade e estes poderiam ascender a algum posto de oficial e comandar homens brancos.[295] Tais situações, no entendimento da autora, davam uma face democrática à corporação. Acredito que em certo ponto, a análise de Castro está correta. Porém, é interessante percebermos que o Brasil possuía uma cultura política voltada para o que a historiografia chamou de clientelismo e é provável que muitas eleições tenham sido vencidas através desta prática.

Como citado acima, a ideia de tornar cidadãos responsáveis pela sua própria defesa, ajudaria o Império a não ter gastos com armamento e fardamento, cabendo aos milicianos e seus oficiais cuidarem dessas despesas. A Guarda Nacional também acentuou a força dos chefes locais, que assim como na colônia, agora detinham a força das armas e mesmo o monopólio da violência local.

O preparo dos membros da Guarda Nacional era deficiente, logo ela não era tão efetiva quanto as Tropas de Linha. Se os regentes tinham a intenção – não podemos afirmar com certeza

---

[292] Nunes, **A Guarda Nacional no Pará**, 2016.

[293] Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/1824-1899/decreto-37342-25-outubro-1832-563877-publicacaooriginal-87927-pl.html acessado em 14/11/2016; sobre a Guarda Nacional em províncias fronteiriças ver FERTIG 2010.

[294] CASTRO, 1979.

[295] Idem, em especial o capítulo 6.

– da Guarda substituir o Exército, logo os problemas apareceram. Por serem homens ligados a população e aos interesses de grupos locais, muitos acabaram participando das revoltas que ocorreram durante o período regencial.[296] Muitos conflitos do período tiveram a adesão de militares e milicianos, o que dificultava bastante a manutenção da ordem interna e não raramente guardas nacionais e soldados de linha eram designados para suprimir revoltas em outras províncias.

Devido a esses acontecimentos e o constante receio de que militares se envolvessem em desordens locais, além do temor do retorno do antigo Imperador (até 1834), o governo regencial resolveu diminuir o efetivo do Exército. Uma decisão deveras radical, tendo em conta o tamanho do território brasileiro. A queda do contingente foi tão grande, que os 40.000 militares que serviam em 1831 foram reduzidos a cerca de 18.000 homens. A Guarda Nacional não conseguia dar conta das revoltas, mesmo assim a Tropa de Linha não teve suas fileiras aumentadas e continuava com o dever de proteger somente as fronteiras do Brasil. Na prática o Exército acabava atuando em conjunto com a Guarda Nacional nos levantes internos, pois na Regência praticamente não ocorreram invasões externas ao Brasil, com exceção do apoio de Manuel Rosas, líder argentino, aos gaúchos na Revolta Farroupilha.

Segundo Santos, com a ascensão dos conservadores ao poder na figura de Pedro Araújo Lima, o visconde de Olinda, e de seu Ministro da Guerra, Sebastião do Rego Bastos,[297] logo foi discutido uma reforma das linhas do Exército, em 1830. Os interesses do Estado começaram a ser levados em conta e para isso foi necessária uma aliança com os grandes proprietários de terra, principalmente os do Vale do Paraíba.[298] A Guarda Nacional, já em 1838, passou por uma reforma que limitava as eleições dentro da instituição e iniciava o processo de centralização desta instituição que iria se concretizar em 1850.

Os oficiais da Primeira Linha começaram a ser substituídos, o elemento português foi logo trocado por brasileiros, mesmo porque os portugueses natos vão se extinguindo por morte natural ao longo dos anos. Assistimos à ascensão de nomes como Manuel Osório, o marquês do Herval, e Luís Alves de Lima e Silva, o futuro duque de Caxias. Os conservadores passaram a adotar medidas para que as Forças em Armas atendessem ainda mais aos interesses do Governo Imperial. Santos comenta que,

> As principais transformações que antecederam a década de 1850, foram a eliminação do elemento português e a expansão do sistema de educação militar, por meio da criação de uma academia militar em 1810. Até 1874 a

[296] Ver: SANTOS, Ana Claudia Martins dos. **A Organização do Exército no Império Brasileiro**, p. 158, 2017.
[297] SANTOS, Ana Claudia Martins dos. **A Organização do Exército no Império Brasileiro**, p. 160, 2017.
[298] Ibidem, p. 164.

> Academia Militar era a única escola de engenharia do Brasil, tendo bipartido em 1858, separando a parte da engenharia civil do ensino propriamente militar. Quando formada, a Academia só formava oficiais de artilharia, estado-maior e engenharia. Somente na década de 1850 passou a formar oficiais de infantaria e cavalaria.[299]

A tentativa dos conservadores de organizar o Exército iria render frutos a partir da década de 1850, com vitórias em conflitos na bacia do Rio da Prata, contra o caudilho argentino Manuel Rosas (1851-1852), com a Guerra Civil no Uruguai (1864) e com a Guerra do Paraguai (1864-1870). Esta última marca o início da ascensão do Exército no cenário político.

A reorganização das Tropas de Linha pelo gabinete conservador teve efeitos positivos na estrutura militar, principalmente a partir da década de 1850. Entretanto, o período regencial e os anos que se seguiram mostraram ainda a falta de disciplina e as revoltas com a participação de militares, principalmente praças.

A crise do Exército durante a primeira metade do XIX chegou em diversas partes do Império, como em Vila Nova da Rainha, quando um grupo de soldados se revoltou contra seu comandante e juntou-se a um dos lados na Guerra do Cadó. A redução nos efetivos do Exército levou à troca de comandantes nos batalhões, o que levou a inúmeras insatisfações entre os soldados que carregaram suas queixas nas campanhas para as quais eram designados. Situação semelhante ocorreu na sublevação em Vila Nova da Rainha. É o que estudaremos no próximo capítulo.

[299] Ibidem, p.166.

Capítulo 3

"Desonra da Nação": A sublevação dos militares em Vila Nova da Rainha

Os ânimos estavam exaltados. O município sofria a dois anos com uma disputa entre suas famílias mais proeminentes. Os membros da Câmara Municipal haviam enviado uma carta pedindo auxílio ao governo provincial para conter essa disputa que afetava a vida cotidiana dos moradores. Os integrantes das famílias Silva e Passos se enfrentavam tanto na zona rural quanto no centro da vila e era urgente o auxílio do presidente da província.

O sopro de esperança se deu quando em junho de 1832, um destacamento do Exército chegou em Vila Nova da Rainha, no norte da província. A satisfação em ter um destacamento da Tropas de Linha na vila fez com que os vilanovenses retornassem aos seus afazeres normalmente. Os chefes das duas famílias se encontraram com o comandante do destacamento, o tenente-coronel Ignácio Joaquim Pitombo. Eles se ofereceram para serem levados à prisão como uma maneira de demonstrar que estavam aceitando a intervenção dos militares. O tenente-coronel informou que não havia necessidade de levá-los em detenção, pois não tinha ordens para efetuar a prisão dos belicosos. Tudo parecia estar resolvido, contudo, os conflitos retornaram, com os ataques às propriedades tanto dos Silva como dos Passos. A presença do Exército acentuou ainda mais o confronto.

Ao retornar de viagem (o local não nos é informado), o Padre Severo Cuim Atuá trouxe problemas para o destacamento presente na vila. Influente na região e dono de muitas terras, o vigário não esqueceu o fato de os Passos atacaram suas terras.[300] Irmão de Joaquim Simões da Silva, o Padre Severo foi a seu encontro para estimular o mesmo a retomar as hostilidades. Aqui cabe um questionamento importante sobre a Guerra do Cadó: Joaquim Simões aparentemente contava com um séquito armado, provavelmente membros da antiga milícia ou já inseridos na Guarda Nacional (recém-criada), ou mesmo agregados ou outros homens livres relacionados por vínculos de dependência e trabalho com a família, o que era comum, dado o seu título de capitão-mor, como mencionado no primeiro capítulo; além disso as fontes e os memorialistas indicam que Joaquim Simões era um homem com tino militar. Ademais, a devassa aqui analisada indicou a existência de uma ligação forte entre os Silva e demais proprietários de Vila

[300] Conferir o capítulo 1.

Nova Rainha.[301] Infelizmente não temos muitas informações sobre esses homens, contudo, podemos presumir que membros da Câmara municipal eram próximos do Cadó.[302]

A aliança entre os Silva e grupos proprietários locais pode ter influenciado nos desdobramentos que se seguiram. Joaquim Simões cedeu às pressões de seu irmão padre e organizou uma tropa de seguidores que invadiu a vila conquistando seus domínios e expulsando os Passos e seus partidários. A autoridade passou novamente para os Silva, com o Padre Severo assumindo as rédeas do processo.[303] Com a força política do sacerdote, o Cadó ficou responsável por exercer o poder da violência na vila, mas para realiza-lo precisava transpor um obstáculo: o destacamento do Exército enviado justamente para apaziguar os ânimos.

O Cadó então propôs um acordo com o comandante do destacamento: foi oferecido a ele jurisdição policial sobre o município em troca de seu apoio no controle deste. Por algum motivo não tão claro nas fontes, o tenente-coronel Ignácio Pitombo aceitou os termos propostos e juntou-se aos proprietários que apoiavam Joaquim Simões.[304]

Com o apoio das armas das Tropas de Linha, os Silva passaram a caçar os Passos e seus agregados em propriedades próximas ao município. Como mencionado no primeiro capítulo deste trabalho, os conflitos fizeram com que os inimigos de Joaquim Simões recuassem até a vila de Curaçá.[305] A fuga dos Passos para uma distância considerável de Vila Nova da Rainha (193 km), proporcionou um pequeno período de paz e consolidou a presença do destacamento do comandante Ignácio Pitombo como força armada no município.

Essa sensação é passada pela atuação da Câmara Municipal, a qual seguiu suas atividades normalmente, pois em setembro de 1832 houve convocações para as eleições de novos vereadores do município.[306] Como citamos acima, é possível que a rede de alianças entre vereadores e candidatos ao cargo com os Silva tenha contribuído para esse clima de estabilidade na Câmara. O Estágio atual da pesquisa não nos permitiu estabelecer com clareza as relações diretas entre os concorrentes ao cargo e Joaquim Simões, mas é possível perceber um certo conformismo das autoridades com a situação da vila após o controle do Cadó e do comandante Pitombo.

---

[301] APEB. **Sublevação em Vila Nova da Rainha**. Seção Colonial/Provincial, maço 2859. Auto do Corpo de Delito, fl.1.
[302] APEB. **Correspondências da Câmara de Vila Nova da Rainha**. Seção Colonial/Provincial, maço 1459, documento de 24 de setembro de 1832.
[303] SILVA, Lourenço. **Memória História e Geográfica da Comarca do Bonfim**, pág. 111.
[304] O Diário da Bahia, na edição de julho de 1833, destaca que o comandante Ignácio Pitombo aderiu às elites dominantes esquecendo seu dever para com a nação. DIÁRIO DA BAHIA, n.117, julho de 1833.
[305] APEB. **Sublevação em Vila Nova da Rainha**. Seção Colonial/Provincial, maço 2859, fl.1.
[306] APEB. **Correspondências da Câmara de Vila Nova da Rainha**. Seção Colonial/Provincial, maço 1459, documento 24 de setembro de 1832, cópia.

Todavia, uma correspondência do juiz de paz da vila, apresenta preocupação com um soldado da Primeira Linha. O juiz João Felix Marins argumenta que praças da Primeira Linha (infelizmente não cita os nomes) não estavam cumprindo suas obrigações.[307] O mesmo documento também orienta o Presidente da Província sobre um episódio anterior envolvendo homens da Ordenança armados e causando tumulto e "contidos por briosos soldados comandados por um honrado Oficial".[308] Poderia tal comandante ser o capitão-mor Joaquim Simões? É possível se levarmos em conta sua anterior liderança sobre os corpos de Ordenança. Aparentemente o alerta não foi atendido pelo Presidente.

Seu substituto, o juiz Joaquim da Silva Matta, vai de encontro ao argumento de João Martins e apresenta uma carta enaltecendo a presença do tenente-coronel e seu destacamento. Nas palavras do juiz:

> Recebo o honroso ofício de Vossa Excelência datado de 4 de Julho passado do corrente ano (1832) vindo pelo Tenente-coronel Ignácio Joaquim Pitombo, aqui estacionado, vindo a favor dos mansos e pacíficos habitantes deste lugar que viviam sobressaltados de maltradissimos, insolentes inimigos, malfeitores, roubadores e assassinos, porque assim os são; o Tenente-coronel já nos tem feito desassombrar, e tornar os nossos espíritos aflitos a nós; gozando os ditos habitantes com o aconchego dos mesmos e a mais perfeita tranquilidade de paz afugentando o inimigo. Policiando esta vila com rondas, e finalmente fazendo tudo com um herói e digno brasileiro, que só propende para bem de seus semelhantes e por isso digno de se louvar. Joaquim da Silva Matta, 22 de setembro de 1832.[309]

Os elogios do juiz de paz suplente podem apresentar um alinhamento com Joaquim Simões devido aos trechos que enaltecem a "expulsão dos inimigos". Naquele momento os Passos já estavam sendo perseguidos, então podemos entender as relações de parte das autoridades com os Silva. Porém, em carta datada de 28 de novembro do mesmo ano, o juiz ordinário efetivo, Joaquim José de Miranda, escreve para o Presidente da Província preocupado com o relato do subdelegado, o tenente Pedro Bertoga Leal, e o alferes Rodrigues Alvares Baraúna, relativo ao combate na Fazenda Bebedouro (pertencente aos Silva e que ficava no caminho para a vila de Jacobina). O relato segue informando que participaram desse conflito Manoel Mabiroba e o comandante Pitombo. Ao lado deste, o subdelegado Leal combateu as forças de Mabiroba e evitou o roubo de uma quantia de 124$700 réis. Infelizmente não temos

[307] APEB. **Correspondências dos Juízes de Vila Nova da Rainha**. Seção Colonial/Provincial, maço 2639, carta do Juiz de Paz, João Felix Marins ao Presidente da Província 06 de abril de 1831.
[308] Idem.
[309] APEB. **Correspondências dos Juízes de Vila Nova da Rainha**. Seção Colonial/Provincial, maço 2639, carta do Juiz de Paz, Joaquim da Silva Matta ao Presidente da Província 22 de setembro de 1832.

como saber se essa quantia já estava na fazenda ou tinha sido transportada pelas tropas do tenente-coronel.[310]

Essa divisão entre as autoridades judiciais de Vila Nova da Rainha contribuiu para o poder concedido ao tenente-coronel. O argumento de manter a ordem na vila se justificava com as discussões entre as autoridades. Essa inércia das autoridades judiciais e camarárias locais era um ponto muito destacado pelo Diário da Bahia, que as condenava com veemência por se submeterem a autoridade de Ignácio Pitombo e Joaquim Simões da Silva.[311] Segundo o relator do artigo, Joaquim Pedro da Costa Lobo – Ouvidor Interino da Comarca de Jacobina:

> Todas as autoridades tornaram-se cegos instrumentos dos seus caprichos. (...) ultimamente advirto a Vossa Excelência, que a procrastinação destas desordens é toda devida à cegueira, ignorância e conivência das autoridades locais daquele país: homens da roça, a maior parte dos quais apenas garatuja seu nome sem deliberação, nem conselho, são incapazes de dirigir a corça armada.[312]

Como mencionado anteriormente, o Cadó possuía perícia nas armas e na montaria, associar-se então com o comandante Ignácio Pitombo e seus subordinados foi uma situação que complicou as ações dos Passos, pois aumentou a desproporção de forças militares e políticas entre as duas facções e, muito provavelmente, influenciou no andamento do processo eletivo promovido pelas autoridades da Câmara.

O problema citado pelo juiz de paz indicava mais um agravante: a disciplina do destacamento estacionado em Vila Nova da Rainha não aparentava ser das melhores e surgiram conflitos entre o comandante e alguns de seus subordinados.

Algo comum nas tropas no final do Primeiro Reinado e durante a Regência era o descontentamento de soldados com as transferências para outras províncias ou vilas distantes de sua terra natal, o que provocava motins, revoltas e deserções. Podemos citar também a troca de comando que aumentava a insatisfação dos praças e mesmo de oficiais de baixa patente.[313] O destacamento enviado para Vila Nova da Rainha acabara de passar pela mesma circunstância, a troca de comando e o envio para uma região distante da província.

---

[310] APEB. **Correspondências dos Juízes de vila Nova da Rainha**. Seção Colonial/Provincial, maço 2639, carta de Joaquim José de Miranda, 28 de novembro de 1832.
[311] DIÁRIO DA BAHIA, N. 117, JULHO DE 1833.
[312] Idem.
[313] Ver REIS, João José. **Revolta escrava na Bahia**, principalmente o capítulo 2; Kraay também comenta sobre os problemas enfrentados por oficiais para disciplinar seus subordinados durante a troca de comando, KRAAY, Hendrik. **Política racial, Estado e Forças Armadas**, principalmente o capítulo 3.

O antigo comandante de parte do destacamento estacionado na vila era o tenente-coronel Joaquim José Velloso, do 9º Batalhão de Infantaria.[314] A troca de comando (cujo motivo não nos é apresentado nas fontes) por Ignácio Pitombo desagradou parte dos soldados. O Diário da Bahia sugere animosidades entre os militares, por conta das arbitrariedades de seu comando e parcialidade para Joaquim Simões e seus aliados. Segundo o periódico:

> [...] e o Tenente-coronel Pitombo, que até então era simples pacificador, daí em diante passou a ser jogador, e decidiu a causa a seu sabor! As autoridades locais, a quem cumpria emendar a mão contra todos os escândalos (...) aquiesceram a tudo, sancionaram todos os despotismos do Tenente-coronel Pitombo, e, para cumulo da miséria, investiram até o poder de devassar e por felicidade, não lhe deram o poder de enforcar e esquartejar.[315]

Joaquim Pedro da Costa Lobo– reitera o que mencionamos anteriormente, que o tenente-coronel se tornou ajudante de Joaquim Simões. Soma-se também o comentário sobre a omissão das autoridades locais – mais precisamente a Câmara Municipal – o que pode explicar a formação de pleito eleitoral mesmo diante da crise em que se encontrava.[316] A indecisão dos juízes da vila também estava inclusa nas reclamações do ouvidor, pois possivelmente já tinha conhecimento das cartas enviadas ao presidente da província e como mencionado os condenava por sua inércia. Enquanto isso, Joaquim Simões afirmava seu poder dentro da vila, submetendo as autoridades ao seu domínio.

Segundo o ouvidor, a autoridade do tenente-coronel aumentou ao ponto em que os aliados restantes dos Passos foram "perseguidos, ou melhor, escorraçados".[317] A descrição segue com os relatos de atrocidades e denuncia o aumento do número de mortes. A contenda foi seguida da fuga dos moradores da vila e, consequentemente, uma queda na produção econômica de seu entorno.

A Guerra do Cadó escancarou as disputas políticas entre as autoridades locais. O ouvidor da comarca de Jacobina aparentemente não concordava com a política de Vila Nova da Rainha e seus ataques a Câmara Municipal indicavam isso. As críticas de Joaquim Lobo aos Silva e ao tenente-coronel também sugeriam descontentamento com a conquista empreendida por Joaquim Simões, a qual considerava "bárbara" pelo grande morticínio que a campanha do Cadó

[314] APEB. **Sublevação em Vila Nova da Rainha**. Seção Colonial/Provincial, maço 2859, fl.1. O tenente-coronel foi o responsável por traçar o perfil dos condenados.
[315] DIÁRIO DA BAHIA, n.117, julho de 1833.
[316] Idem.
[317] Idem.

proporcionou.[318] Entretanto, não é correto entender o desprezo do ouvidor com os Silva como simpatia aos Passos, pois considerava esse grupo tão culpado quanto seus antagonistas.

Em mais uma passagem do periódico, indica-se que o tenente-coronel Pitombo cedeu a Joaquim Simões tropas formadas por parte de seus subordinados para que este continuasse a sua perseguição aos Passos e,

> Enquanto era escoltado por suas tropas e pelo Destacamento que o Tenente-coronel pôs a sua disposição, atacava desapiedadamente (...) dentro da vila a todos que tinham a desgraça de se chamar Passos – de forma que infelizmente não declamavam (*ataques*?) estes não podendo resistir às armas que dispunha Joaquim Simões no amalgama das suas com as forças do Governo, pelas fazendas matavam-lhe os gados, arrasavam-lhe as casas, queimavam-lhe os currais, destruíam-lhe as benfeitorias e tudo mais.[319]

Como apresentado por Joaquim Lobo, esse reforço aos Silva dado pelo tenente-coronel Joaquim Simões propiciou o desenrolar de um momento de terror em todo o munícipio. Todos os aliados dos Passos foram expulsos ou mortos pelas tropas governamentais lideradas pelo Cadó e seus partidários. Essa desvantagem favoreceu a posição dos militares na vila e aparentemente nada poderia desestabilizar o controle dos Silva na região, pois as autoridades faziam "vista-grossa" para os ataques desferidos aos Passos. Todavia, o relacionamento entre o tenente-coronel Simões e seus subordinados era instável e a contenda acima relatada, somada à troca no comando, fizeram com que um grupo de soldados se sublevasse contra o comandante e se aliasse aos Passos.

3.1 A sublevação dos militares

Os soldados foram deslocados de seus postos em Salvador para o distante sertão da Jacobina, no município de Vila Nova da Rainha. Receberiam também as ordens de outro comandante, o qual possuía alguns desafetos na tropa.[320] Após apaziguarem o conflito entre as famílias mais proeminentes da localidade, perceberam a movimentação de um dos grupos envolvidos na peleja, os Silva, e viram o seu tenente-coronel Ignácio Pitombo se envolver cada vez mais com essa família ao mesmo tempo em

[318] Idem.
[319] Idem.
[320] Na Biblioteca Nacional existem documentos escritos por um dos soldados envolvidos na sublevação relatando o ocorrido. Por motivos de força maior, dado o fechamento dos arquivos e a restrição de circulação em função da pandemia da COVID-19, não foi possível ir ao Rio de Janeiro consultar o documento. Anais da Biblioteca Nacional. **Ofícios de Inácio Joaquim Pitombo, Tenente-Coronel Comandante, ao Presidente da Província da Bahia, informando sobre a descoberta de um plano por parte das praças sob o seu comando em que perderiam a vida vários oficiais, o Presidente da Província e ele próprio**; informa outrossim, sobre outras alterações da ordem na referida localidade. Vila Nova da Rainha, 1832. 18 documentos. Originais e cópia. 22 p. Em anexo: **Carta do Soldado José Pedro dos Santos, a Francisco Brasileiro, cabeça do plano, sobre sua prisão. Vila Nova da Rainha, 1832**. 7 documentos. Originais e cópias. 10 p.

que comandava as forças militares com mão de ferro. Foi a oportunidade de se rebelar contra seu superior aliando-se aos Passos, a família rival.

Os militares envolvidos na sublevação tinham por líderes o segundo sargento José de Vasconcellos dos Reis, o cabo Elias do Sacramento, o anspeçada José Joaquim de Santa Anna e contavam com os soldados Joaquim Cardoso, José Pedro de Souza, Joaquim José de Santiago, Feliciano Rodrigues, Joaquim Manoel Theodoro, Paulo Guedes de Paiva, Francisco Pereira d'Oliveira, João da Mata Alexandrino e Mathias Ferreira.[321] Eles articularam com as lideranças dos Passos uma forma de destituir o comandante Pitombo à força e passar Vila Nova da Rainha ao controle dos Passos.

A primeira atitude foi entrar em contato com os membros da família, especialmente Francisco José dos Santos Brasileiro. Ele e seus companheiros associaram-se aos militares e combinaram de se encontrar com os demais membros dos Passos em Curaçá. Lá poderiam recrutar homens para a empreitada.[322] Foram avisados também da mobilização das forças de Joaquim Simões para atacá-los em suas posses no termo de Curaçá.[323]

O Cadó partiu entre final de outubro e início de novembro de 1832 com o auxílio de 40 homens do destacamento liderado pelo comandante Pitombo. Sua intenção era dar cabo ao conflito e manter sua família no controle da região. É provável que Joaquim Simões tenha seguido caminho pela estrada que ligava a Vila Nova da Rainha à Vila de Juazeiro e de lá para seu destino. Todavia, havia outra rota que conectava Curaçá e o território vilanovense através da Vila de Uauá. Este deve ter sido o caminho utilizado por Manoel Joaquim Mabiroba, líder das forças dos Passos, para invadir Vila Nova da Rainha e lá se encontrar com os sublevados.

O avanço dos Passos foi rápido e estavam nas costas de seus antagonistas. Enquanto isso, na vila, os militares revoltosos se preparavam para executar o plano de matar o tenente-coronel Ignácio Pitombo. Temos muitos relatos sobre o que aconteceu durante essa tentativa e, graças às testemunhas da devassa, podemos reconstituir o cenário da tentativa de homicídio do comandante.

Todas as testemunhas têm como ponto em comum a tese do plano arquitetado por Francisco Brasileiro e os treze militares envolvidos na conspiração. As trinta pessoas ouvidas eram em sua maioria militares (25), todos companheiros de destacamento dos réus, somente um era miliciano e cinco civis, dois deles eram pequenos comerciantes, um sapateiro e dois agricultores, os primeiros a serem ouvidos. Seguem alguns desses relatos,

[321] APEB. **Sublevação Militar em Vila Nova da Rainha**. Seção Colonial/Provincial, maço 2859, fl.1.
[322] Ibidem, fls.20-21v.
[323] DIÁRIO DA BAHIA, n.117, julho de 1833.

> Antônio de Sousa Palmeira, branco, solteiro, natural e morador desta vila (Vila Nova da Rainha) que vivia de seu negócio e presenciou com outras testemunhas, que alguns paisanos e soldados do destacamento estacionado na vila falavam uma conspiração e rebelião contra o Tenente Coronel Ignácio Joaquim Pitombo para o matar e assaltar/roubar o dinheiro da Nação.
>
> Manoel José da Silva, branco, solteiro, morador e natural desta vila, que vivia de seu negócio e se pronunciou perante o juiz a intenção de alguns soldados e paisanos em matar o Tenente Coronel Ignácio Joaquim Pitombo e outros senhores e roubar o dinheiro da nação e a cartucheira.
>
> Antônio Modesto de Araújo, branco, casado e natural do Itapicuru de Cima e morador a anos nesta vila. Atestou que paisanos e soldados conspiravam contra o Tenente Coronel Ignácio Joaquim Pitombo e apoderar-se do dinheiro da Nação.[324]

Como não estavam em contato direto com os acontecimentos, esses moradores da vila contaram às autoridades que a união dos soldados com os paisanos – os Passos – tinha por objetivo o que já era público, a tentativa de assassinato do comandante Pitombo. Revelam também a tentativa de se apoderar do dinheiro da nação (possivelmente o soldo, como apresentado por outras testemunhas) e segundo Manoel José da Silva, tomar posse também da cartucheira, na qual estavam as munições do destacamento.

Os relatos são curtos, todavia, nos dão um panorama que possibilita o entendimento de alguns motivos para a sublevação dos militares na vila e em outras situações. A falta de pagamento era um dos motivos de rebeliões na caserna. Os soldos eram mínimos e costumeiramente atrasavam. Com as péssimas condições a que eram expostos o atraso nos vencimentos poderia ser o estopim para uma sublevação como a ocorrida em Vila Nova da Rainha. Porém, como percebemos, não foi este o principal motivo.

As testemunhas militares presenciaram e ouviram rumores de seus colegas de farda sobre a sublevação. Seus relatos nos apresentam muito mais detalhes sobre a noite em que o fato ocorreu. Vamos apresentar aqui alguns dos testemunhos para compreendermos melhor a relação dos sublevados e da família Passos.

O sargento Gustavo Alvares, por exemplo, relata que

> Manoel Joaquim dos Santos Mabiroba e seu irmão Francisco dos Santos Brasileiro, Manoel Narciso dos Santos, Narciso José dos Santos e seu cunhado Francisco José da Silva Amorim, José Maria Duarte e Pedro Alvares de Oliveira associados com o cabo Elias do Sacramento, o anspeçada José Joaquim de Santa Anna e com os soldados Joaquim Cardoso, José Pedro de Souza, Joaquim José de Santiago, Feliciano Rodrigues, Joaquim Manoel Theodoro, Paulo Guedes de Paiva, Francisco Pereira d'Oliveira, João da Mata

[324] APEB. **Sublevação Militar em Vila Nova da Rainha**. Seção Colonial/Provincial, maço 2859. Testemunhos de Antônio de Sousa Palmeira, Manoel José da Silva e Antônio Modesto de Araújo, fls. 18-19v.

> Alexandrino, Mathias Ferreira. Praças todos do destacamento desta vila contra o tenente coronel/comandante Ignácio Joaquim Pitombo em seu próprio quartel e prontos para roubarem os soldos e atacar os demais praças. Os sitiantes depois avistaram (...) ao capitão Joaquim Souza da Silva e mais praças desta vila. Aparentemente a ação estava marcada para acontecer entre o fim de outubro e novembro em conjunto com Manoel Joaquim dos Santos Mabiroba e seu cunhado com uma força de paisanos e combinaram para o dia em que estariam de serviço todos (...) conjurados que fora por trás com outras pessoas para desse modo só poderem apoderar de todo o armamento do Quartel quando estes estavam dormindo na noite marcada os demais praças do destacamento, todos eles testemunhas sabem pela razão já dita no princípio e que isto foi meio conhecido para deixar para o dia oito de outubro do ano passado em casa do referido Pedro Alvares de Oliveira em uma ceia lá a tal respeito, e para nesse sermão a dita data na noite do dia três de novembro do dito ano, o soldado José Joaquim Cardoso estava por detrás das postas dos fundos do quartel foi indo pontaria (?) para onde estava o dito Tenente Coronel quando vinha do banho.[325]

O sargento Alvares traz a participação de novas personagens, como os cunhados de Manoel Mabiroba e Francisco Brasileiro, que articularam o plano de invasão. Outra testemunha, o anspeçada João Pedro Oliveira dos Anjos, também membro do destacamento, nos apresenta mais detalhes da contenda. Ele afirmava

> (...) que em outubro do ano passado (1832) o comandante passando o dia pediu para os soldados não saírem do quartel por causa de Francisco dos Santos Brasileiro, Manoel Joaquim dos Santos Mabiroba, Narciso José dos Santos Júnior e Manoel Narciso dos Santos. Seu cunhado, Francisco José da Silva Amorim, José Maria Duarte e Pedro Alvares de Oliveira e mandou desta um barril para (...) apareçam os soldados. Esses disseram que o barril estava fedendo o sargento Vasconcellos mandou que o soldado Feliciano Rodrigues botasse o barril fora este fora passando pela sentinela, o comandante que viu (ouviu) o motim e perguntou ao sentinela o que era, o que o sentinela respondeu-lhe que era um barril que estava fedendo. O comandante mandou o ajudante que foi ver o que era e o que foi perguntando ao pelotão o que era responderam-lhe que não sabiam, então o ajudante conversou com os que foram presos o cabo Elias do Sacramento, o anspeçada José Joaquim de Santa Anna e com os soldados Joaquim Cardozo, José Pedro de Souza, Joaquim José de Santiago, Feliciano Rodrigues, Joaquim Manoel Theodoro, Paulo Guedes de Paiva, Francisco Pereira d'Oliveira, João da Mata Alexandrino, Mathias Ferreira, e disseram que seu diário e plantão foram presos e que eles também seriam. O ajudante mandou que o segundo guarda abrir a porta do calabouço e chamar o comandante para dentro (...) foi ao quartel até quando achou os ditos soldados dentro do calabouço e os mandou sair e os repreendeu se numa mesma noite já tinham feito uma ceia na casa de Pedro Alvares de Oliveira onde convenceram os soldados para matarem o comandante e roubarem o soldo e a cartucheira que ele tinha em seu poder. Todos quando moravam com ele no (...) dia de outubro mandou o convite pedindo a ordem de Sua Excelência o soldado José Pedro por andar se dizendo aos soldados para matarem o comandante no dia três de novembro saindo o comandante do

[325] APEB. **Sublevação Militar em Vila Nova da Rainha**. Seção Colonial/Provincial, maço 2859. Testemunho do Sargento Gustavo Alvares, fls. 22v-24.

> banho, o soldado José Joaquim Cardoso lhe fez pontaria com a granadeira para matar no dia sete de novembro indagou-se soldado e oficial (...) cabo, anspeçada, testemunha todos culpados.[326]

A presença do barril é um elemento importante para entender o plano dos militares sublevados. O barril continha a pólvora que seria utilizada pelos militares para abastecer as armas e munições para suas ações (a tentativa de assassinato do tenente-coronel). Outro praça do destacamento, José Norberto, complementa o relato de seu companheiro dizendo:

> que soube por ouvir e por ser público que no dia dezessete de outubro do ano passado (1832) o comandante passando ordem a noite para os soldados não saírem do quartel para fora por causa de Francisco José dos Santos Brasileiro, Manoel Joaquim dos Santos Mabiroba, Narciso José dos Santos Júnior, Manoel Narciso dos Santos, seu cunhado Francisco José dos Santos Amorim, José Maria Duarte e Pedro Alvares de Oliveira, e mandou deitar um barril para passar o pararam (?) os soldados e deixaram o barril que estava faltando onde o sargento Vasconcellos mandou que o soldado Felisberto Rodrigues botar o barril fora até o seu, rompendo pela saída (?) nela o comandante que ouviu o motim, perguntou a sentinela o que era o motim e a que a sentinela respondeu que era o barril que estava fedendo, o comandante foi ver o que era e perguntando ao Diário o que era, respondeu-lhe que não sabia. Disse então ao ajudante que não sabia, foi quando saiu o cabo Elias do Sacramento, o anspeçada José Joaquim de Santa Anna e com os soldados Joaquim Cardoso, José Pedro de Souza, Joaquim José de Santiago, Feliciano Rodrigues, Joaquim Manoel Theodoro, Paulo Guedes de Paiva, Francisco Pereira d'Oliveira, João da Mata Alexandrino, Mathias Ferreira e disseram se estavam de plantão e foram presos eles também o eram afim de antes mandar o sargento da guarda abrir a porta do calabouço, entraram respondendo, o comandante que [...] cada vez mais o motim foi ao quartel ver o que era, foi quando achou a todos os soldados dentro do calabouço e mandou sair para fora e repassou (?), nessa mesma noite, que tinham feito ou assistido a uma ceia na casa de Pedro Alvares de Oliveira onde convidaram os soldados para matarem o comandante e mais, passarem no alojamento e roubarem o soldo e cartuchos e armas e matariam a todos os habitantes desta vila e seu termo no dia vinte de outubro, mandou o comandante prender a ordem da ceia. Excelência o soldado José Pedro por ordem se dirigindo os soldados para a dita fazenda no dia três de novembro, vindo o comandante do banho, o soldado Joaquim Cardozo lhe fez pontaria com arma para o matar, mas não tendo disparado o cartucho dito o seu [...] puderam saber [...] e do motim, disse ele testemunha que foi um dos comandados para por José Pedro de Souza e todo (no sentido de prendê-lo).[327]

As duas testemunhas são as únicas a citar a retirada do barril como desculpa para executar o plano. O anspeçada João Pedro dos Anjos relatou que o barril estava com mal odor

[326] **Sublevação Militar em Vila Nova da Rainha**. Seção Colonial/Provincial, maço 2859. Testemunho do anspeçada João Pedro Oliveira dos Anjos, fls. 28-30v. Grifo meu.
[327] **Sublevação Militar em Vila Nova da Rainha**. Seção Colonial/Provincial, maço 2859. Testemunho do anspeçada João Pedro Oliveira dos Anjos, fls. 37-37v.

e que por isso foi pedido a seus companheiros que o levassem para fora. E concordando com seu testemunho, o soldado José Norberto acrescenta que o barril na verdade continha pólvora.

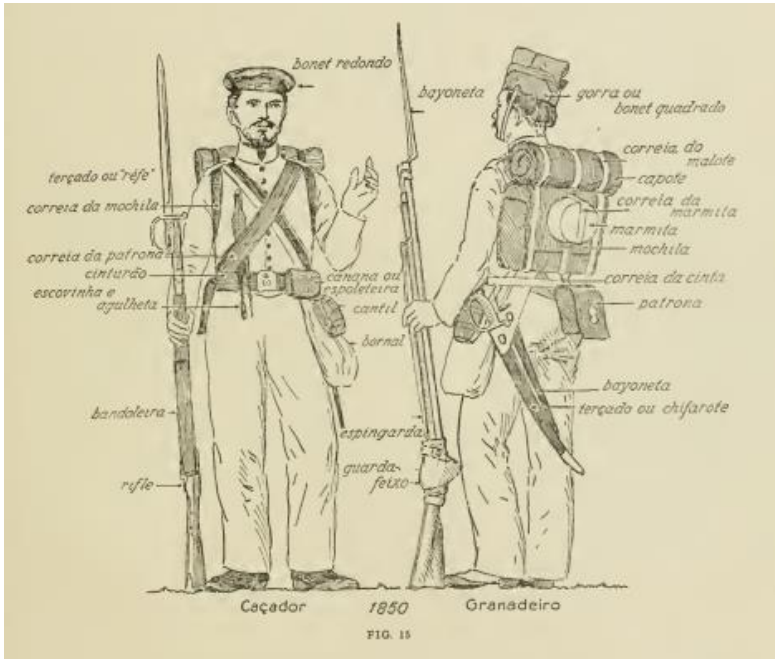
Além da presença da pólvora, que podemos deduzir que seria utilizado pelas forças aliadas com os Passos, João Pedro dos Anjos nos traz também a informação de que militares já haviam sido presos; eram eles o cabo Elias do Sacramento, o anspeçada José Joaquim de Santa Anna e os soldados Joaquim Cardozo, José Pedro de Souza, Joaquim José de Santiago, Feliciano Rodrigues, Joaquim Manoel Theodoro, Paulo Guedes de Paiva, Francisco Pereira d'Oliveira, João da Mata Alexandrino, Mathias Ferreira, que estavam no calabouço e lá tramavam como matar seu comandante. A devassa não informa precisamente o porquê dos soldados estavam naquele local, podemos presumir que aproveitaram a situação para elaborar seu plano.

A execução do plano se daria depois de uma ceia na casa de Pedro Alvares de Oliveira, aliado dos Passos que se encontrava em Vila Nova da Rainha – possivelmente um dos poucos que conseguiram sobreviver ao massacre citado no Diário da Bahia – e lá eles iriam terminar os preparativos. Na reunião aparentemente ficou acordado que o soldado Joaquim Cardozo seria o responsável por atirar no comandante. Esperaram a noite quanto estivessem de guarda e os outros militares dormindo e seu comandante estivesse com a guarda baixa. De acordo com as testemunhas, Joaquim Cardozo esperou seu comandante sair do banho para utilizar sua granadeira[328] para executá-lo, em seguida, os soldados se apossariam das armas e do dinheiro que estavam guardados no quartel. Entretanto, a arma falhou e o soldado Cardozo não conseguiu acertar o disparo, conseguindo escapar após a tentativa fracassada.

[328] Arma utilizada pelo Corpo de Granadeiros a partir do século XIX. No Brasil foi criado um Corpo de Granadeiros por D. João VI em 1818. Era semelhante a um mosquete ou espingarda. Cf. BARROSO, Gustavo. **História Militar do Brasil**, p. 87-90

Imagem 3.1

Uniformes dos Corpos de Caçadores e Granadeiros



Uniformes dos Corpos de Caçadores e Granadeiros utilizados durante o período regencial e o início do Segundo Reinado. A arma na mão do granadeiro é semelhante a utilizada pelo soldado Joaquim Cardozo. Disponível em BARROSO, Gustavo. **Uniformes do Exército Brasileiro** 1730-1922. Paris, A. Ferroud, 1922, p.45.

Porém, os testemunhos indicam que os soldados acabaram sendo presos logo depois desse fracasso. Isto deixou o tenente-coronel Pitombo ainda mais autoritário em relação aos aliados dos Passos, o que o levou a prender e investigar outros soldados que pudessem se sublevar contra ele. Em relação aos paisanos que estavam aliados a seus adversários, Ignácio Pitombo soube através de um subordinado, o soldado Tenório José do Carmo, que apresentou contatos de Francisco Brasileiro com pessoas que estavam na capital. De acordo com o soldado do Carmo, alguns amigos lhe informaram dessa ligação – como mencionado no primeiro capítulo – entre grupos locais e grupos de poder soteropolitanos. Manoel Oliva, também militar, corroborou com Tenório do Carmo quando trouxe a informação de relações entre Francisco Brasileiro e pessoas em Salvador. Seguem os relatos:

> Tenório José do Carmo (...). Disse que sabe ele testemunha, por ter sido contado pelos camaradas José Pedro de Sousa e Joaquim José de Santiago. Contado pelos camaradas que foram para a Bahia, estando em contato com Francisco dos Santos Brasileiro que estava todos os seus jagunços e bandidos para matar ao tenente-coronel Ignácio Pitombo e demais pessoas junto dele para roubarem o soldo, cartuchos e armas existentes e desseguirem ao capitão Joaquim Simões da Silva e demais proprietários desta vila e seu termo cujo fim havia de marchar para ela em uns dias de novembro próximo passado, juntos a Manoel Joaquim dos Santos Mabiroba com uma força de paisanos que estavam juntando no lugar do Curaçá cujo fim era juntos fazer o

> rompimento cujo o fim deveriam todos estar de serviço (...). No dia três de novembro vindo o tenente-coronel do seu banho, o soldado Joaquim Cardozo lhe fez pontaria com a granadeira, por detrás de uma janela nos fundos do quartel para matar o tenente-coronel.[329]
> Manoel Oliva (...). Disse que por ser testemunha, por ser convidado de um dos seus camaradas Joaquim José de Santiago combinado com outros camaradas cujos foram para a Bahia de acordo com Francisco José dos Santos Brasileiro para tentar matar o tenente-coronel Ignácio Joaquim Pitombo e mais pessoas junto dele para roubarem o soldo, cartuchos e armas existentes em poder do mesmo tenente-coronel, e depois de matarem e roubarem os proprietários habitantes nesta vila e seus termos para ficarem ricos e estavam ceando na casa de Pedro Alvares de Oliveira e quando e três de novembro mandar José Joaquim Cardozo estando armado para (atacar) o tenente-coronel quando estava no banho para então se esconder na janela dos fundos do quartel.[330]

Os soldados mencionaram a relação entre membros de grupos de poder locais e grupos radicados na capital através de suas próprias ligações, pois os camaradas citados por Tenório do Carmo eram militares da Bahia (Salvador). Podemos também destacar como se davam essas relações internas no destacamento enviado para a vila com Manoel Oliva citando o soldado José Joaquim Santiago como seu camarada – tal como do soldado Tenório – tendo sido até mesmo convidado para a escaramuça.

Podemos perceber ainda que a ideia de atacar o quartel e as propriedades de seus inimigos como uma oportunidade de conseguir benefícios econômicos. O Auto do Corpo de Delito, assim como o testemunho de Manoel Oliva, já indicava essa "recompensa" por auxiliar a causa dos Passos.[331] Infelizmente a documentação consultada não nos permitiu afirmar se o comandante Pitombo se beneficiaria economicamente ao apoiar Joaquim Simões, mas é muito provável que além de comandar a força policial de Vila Nova da Rainha, outras benesses tenham sido oferecidas ao tenente-coronel.

Redes de cooperação entre militares não eram incomuns. A caserna não era alheia ao que acontecia na sociedade ao seu redor e as relações humanas costumavam ser intensas, até mesmo durante a disciplina e os castigos.[332] Podemos considerar que existia uma rede de solidariedade entre os soldados de baixa patente, o que pode ajudar a compreender a circulação de ideias e o envolvimento de militares com as revoltas regenciais. Na Bahia, as revoltas

[329] APEB. **Sublevação Militar em Vila Nova da Rainha**. Seção Colonial/Provincial, maço 2859. Testemunho de Tenório José do Carmo, fls. 42-43v.
[330] Ibidem. Testemunho de Manoel Oliva, fls.43v-44.
[331] APEB. **Sublevação Militar em Vila Nova da Rainha**. Seção Colonial/Provincial, maço 2859. Auto do Corpo de Delito, fls. 1.
[332] KRAAY, Hendrik. **Política Racial, Estado e Forças Armadas**, principalmente o capítulo 3.

federalistas também tiveram uma grande presença de militares, como a tomada do Forte de São Pedro e o incidente envolvendo Guanaes Mineiro.[333]

Como mencionado no capítulo 1, o capitão Guanaes Mineiro tentou estabelecer uma revolta com apoio de militares de baixa patente no arraial de São Félix, no Recôncavo Baiano, em 1832. O capitão estabeleceu um Governo Provisório e iniciou a discussão de um manifesto federalista que contou com a assinatura dos vereadores da vizinha Vila de Cachoeira.[334] O movimento foi controlado pelas tropas provinciais e seus membros levados ao Forte do Mar. Lá Guanaes Mineiro e demais presos, com ajuda de alguns soldados tomaram o controle do forte e ameaçavam bombardear Salvador.[335] Os rebeldes iniciaram a revolta em 26 de abril de 1833 e se renderam dois dias depois na manhã do dia 28.[336] Como aconteceu com a sublevação em Vila Nova da Rainha, os rebeldes ficaram insatisfeitos com seus superiores e buscaram formas para prejudica-los. Em Vila Nova, juntando-se aos desafetos do tenente-coronel Pitombo e nas revoltas federalistas buscando uma nova forma de governo.

Enquanto o plano de assassinar o tenente-coronel Pitombo era frustrado por conta da falha técnica (o não disparo da granadeira), os Passos sob o comando de Manoel Mabiroba voltavam a Vila Nova da Rainha para retomá-la de assalto. Em 21 de fevereiro de 1832, as forças dos Passos surpreenderam as autoridades do município atacando o quartel onde estavam as tropas aliadas aos Silva. Surpreendido com a atitude dos Passos, Joaquim Simões, que estava a caminho de Curaçá, precisou retornar às pressas para a vila. A ausência do Cadó deu vantagem aos seus inimigos que iniciaram um combate com os soldados do destacamento que estavam na vila.

De acordo com o mesmo ouvidor, o comandante Pitombo se encontrava enfraquecido por ter enviado a terça parte do destacamento com o Cadó.[337] A força de paisanos se encaminhou para o quartel da vila a fim de tomá-lo de assalto. Iniciou-se então um combate ferrenho para decidir quem conseguiria o controle da vila. Os Passos sitiaram os militares e continuaram avançando para conquistar o seu objetivo. O tenente-coronel foi obrigado a construir trincheiras para resistir às investidas do subordinado de Manoel Mabiroba até a chegada de Joaquim Simões.

As tropas dos Silva conseguiram prestar socorro a Ignácio Pitombo fazendo seus antagonistas recuarem para os arredores da vila. O Cadó passou a utilizar uma de suas

[333] ARAS, Lina Maria Brandão de. **A Santa Federação**, principalmente capítulo 2.
[334] Ibidem, p. 111.
[335] Ibidem, p.125-126.
[336] Idem; DONATO, Hêrnani. **Dicionário de batalhas brasileiras**, p.492.
[337] DIÁRIO DA BAHIA, n.117, julho de 1833.

propriedades como quartel general, entrincheirando-se nela para resistir aos avanços dos Passos. O comandante conseguiu efetivar a prisão dos soldados sublevados durante o acirramento do conflito e os enviou para Salvador.[338] Somente o soldado João da Matta se manteve na vila, sendo capturado semanas depois.[339]

A perda de militares profissionais por parte dos Passos não diminuiu o ímpeto de seus aliados, que mantiveram o combate. Segundo o Diário da Bahia, o juiz de paz de Vila Nova da Rainha, Antônio de Sousa Rabello, foi a única autoridade local a se mobilizar para conter o conflito – o que corrobora com a mencionada insatisfação com a postura de destacamento ao tomar partido da contenda presente nas correspondências dos juízes. Após saber da notícia de que se aproximavam 400 homens sob o comando dos Passos (informações que não passavam de boatos) para continuar o conflito, o juiz de paz buscou convocar tropas para defender a sede.[340] Porém, Antônio Rabello acabou morto na confusão. Joaquim Lobo afirma que o juiz de paz Rabello tinha por partido os Silva, todavia, não nos é possível confirmar essa afirmação devido as demais fontes não apontarem ligação entre as partes.

Por ser um cargo importante exercido por leigos, ou seja, seus ocupantes não possuíam formação em Direito, o posto de juiz de paz era almejado pelos membros das elites locais. O posto foi oficializado em 1827, porém, vinha sido debatido já em 1824, com a outorga da Constituição deste mesmo ano.[341] A Carta Magna indicava que os juízes de paz eram responsáveis pela reconciliação, ação obrigatória que deveria acontecer antes da abertura de qualquer processo.[342] Jerlyane Santos analisando esses homens na província da Paraíba diz que

> A Lei que regulamentava as funções do juiz de paz só foi aprovada em 1827, e atribuiu a esses juízes a função de conciliar as partes, julgar pequenas demandas, destruir quilombos, fazer auto de corpo de delito, entre outras funções estabelecidas pelo artigo 5º dessa lei. Um ano depois, a lei de 1º de outubro de 1828, estabeleceu o processo eleitoral do Juizado de Paz, e deu nova forma às atribuições das Câmaras Municipais e reduziu as funções dessa instituição. A partir de então, o poder coercitivo das câmaras foi transferido para os Juizados de Paz, órgãos cuja eleição se realizava da mesma maneira como se elegiam os vereadores das câmaras, diretamente pelos cidadãos da paróquia ou de distrito.[343]

[338] Ofício enviado ao Presidente da Província da Bahia pelo Comandante do Destacamento Tenente-Coronel Ignácio Joaquim Pitombo, in. APEB. **Sublevação Militar em Vila Nova da Rainha**. Seção Colonial/Provincial, maço 2859.
[339] Idem.
[340] DIÁRIO DA BAHIA, n.117, julho de 1833.
[341] SANTOS, Jerlyane Dayse Monteiro. **Juízes de paz no Império do Brasil**: análise da experiência da magistratura leiga e eletiva na Província da Paraíba (1824-1840). Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, v. 6, n.1, (Jan/Abr 2014), p. 58.
[342] Idem.
[343] Ibidem, p. 59.

Dessa maneira, com a transferência do poder das câmaras municipais para o Juizado de Paz e as eleições sendo a forma de escolha dos juízes, as relações político-sociais influenciaram na escolha dos candidatos. Podemos dizer que as relações entre o juiz de paz e outras lideranças locais eram fortes, mesmo não tendo tantas informações sobre o relacionamento de Rabello com Joaquim Simões e sua família, a função do juizado nos ajuda a entender a divisão das autoridades judiciárias na Guerra do Cadó.

Com as demais autoridades omissas, o comandante Pitombo conseguiu organizar as suas forças para expulsar definitivamente os Passos de Vila Nova da Rainha. Entretanto, uma decisão vinda do presidente da província sugeriu a troca do destacamento estacionado na vila, determinando, a fim de evitar a tomada de partido por parte dos militares, a substituição destes a cada quatro meses. Então, no início de 1833, o tenente-coronel Ignácio Joaquim Pitombo e seus subordinados retornaram para Salvador, e como mencionado no primeiro capítulo, seu substituto conseguiu apaziguar a situação, embora a Guerra do Cadó tenha persistido até 1835 nas propriedades que se encontravam fora dos limites do munícipio.[344]

O avanço dos Silva acabou desestabilizando a reação dos Passos. Estes por sua vez ainda tentaram uma última investida contra seus inimigos na fazenda Boa Vista, próxima a vila de Jacobina. Não temos informações da presença de militares do novo destacamento enviado a Vila Nova da Rainha nessa batalha, o que sabemos é que os Passos foram derrotados e o poder permaneceu nas mãos de Joaquim Simões até seu assassinato em 1840.[345]

3.3 Subordinados, insubordinados e parciais: o perfil dos militares envolvidos na Guerra do Cadó.

A guerra entre os Silva e os Passos aparentemente não tinha nenhuma relação com os militares do destacamento enviado para controlá-la. As fontes indicam relações de Francisco Brasileiro e seus companheiros com pessoas da capital, porém, nada indica conexões entre os soldados e os lados belicosos originários da Vila Nova da Rainha.[346] Então por que um grupo de homens responsáveis por manter a ordem dentro de uma vila desconhecida para eles se envolveria em um conflito dessa monta?

[344] Cf. SILVA, 1971; SILVA, 1915.
[345] AZÊREDO, ROBERTO. **Itiúba e os Caminhos do Padre Severo**, 1987, p. 27-29; SILVA, Lourenço. **Memória Histórica e Geográfica da Comarca do Bonfim,** p.115.
[346] APEB. **Sublevação Militar em Vila Nova da Rainha**. Seção Colonial/Provincial, maço 2859. Testemunho de Tenório José do Carmo, fls. 42-43v.

Podemos iniciar a resposta para essa pergunta buscando entender os perfis dos sublevados traçados na devassa levantada contra eles a fim de compreender um pouco das suas trajetórias na carreira militar e entender suas relações com o comandante do destacamento. Este também um personagem central nos acontecimentos e consolidado como militar não somente por sua patente, mas por suas participações em conflitos distintos ao longo do Primeiro Reinado.

Como dito anteriormente, o Exército Brasileiro enfrentava uma crise no início da Regência, tendo seu efetivo reduzido. As ações de seus oficiais, em grande parte estrangeiros, refletiu diretamente nas decisões seguintes dos regentes com a criação da Guarda Nacional. As condições para os ocupantes dos postos de baixa patente também pioraram com a redução, tendo seu trabalho aumentado e muitas vezes precisando se deslocar constantemente para combater os distúrbios internos pelos quais o Império passava no período. Para os membros mais experientes do destacamento que marchou para Vila Nova da Rainha, esse trânsito para manter a ordem em lugares diferentes não deveria ser motivo para uma sublevação.

Como mencionado acima, os militares estavam em constante contato com os acontecimentos em alojamentos para além de seus quartéis. As ideias federalistas presentes nos levantes do Forte de São Pedro e da revolta de Guanaes Mineiro, provavelmente circularam entre os demais soldados.[347] Mesmo não tendo caráter semelhante, os sublevados em Vila Nova da Rainha devem ter tido conhecimento dessas rebeliões. Dessa maneira, os soldados do destacamento estacionado no município de Vila Nova da Rainha podem ter levado esse sentimento de descontentamento contra seu comandante e, ao se rebelarem, espelhavam-se nos colegas envolvidos em conflitos anteriores.

Os militares que foram para a vila eram membros do 3º e 9º Batalhões de Caçadores e Artilharia da Capital. O tenente-coronel Joaquim José Velloso era o superior responsável por esses batalhões, porém, por motivos não registrados nas fontes, não seguiu com eles para conter o conflito entre os Silva e os Passos. Comandou-os o comandante Pitombo, que possivelmente já tinha participado de outras campanhas com alguns de seus subordinados. É possível levantar essa hipótese devido ao período de serviço que alguns soldados cumpriam nas Tropas de Linha. Abaixo segue o perfil dos homens que serviam a mais tempo nas Forças em Armas do Império.

> 2º Sargento José de Vasconcellos dos Reis, filho de Custódio Ângelo dos Reis, assentou praça com 15 anos em 1823, natural da Bahia (Salvador). Participou do Exército Pacificador do Recôncavo, Batalhão Nº 15 em 29 de março de 1823, como soldado. Foi promovido a cabo em 22 de outubro do mesmo ano, a furriel em 24 de março de 1826. Marchou para a Campanha do Sul em 2 de julho de 1827 pelo Batalhão Nº 14. Foi nomeado 2º sargento em fevereiro de 1829. Passou para o 9º Batalhão, 8ª Companhia, sob o comando do tenente

[347] ARAS, Maria Lina Brandão de. **A Santa Federação**, 1995, p.125-126.

> coronel Joaquim José Velloso. Marchou para Vila Nova da Rainha em 10 de julho de 1832, onde foi preso em 1 de dezembro do mesmo ano por insubordinação. Estava pago de soldo e fardamento.
> Cabo José Elias do Sacramento, filho de Manoel Elias do Sacramento, assentou praça com 15 anos em 1824, como substituto de Paulino d'Argolo. Natural da Ilha de Itaparica. Assentou praça como soldado do 15º Batalhão da 1ª Linha. Promovido a anspeçada em março de 1830 e a cabo em maio do mesmo ano. Servia no 9º Batalhão, 8ª Companhia, sob o comando do ten. cel. Joaquim José Velloso. Marchou para Vila Nova da Rainha em 10 de julho de 1832, onde foi preso por insubordinação. Estava pago de soldo e fardamento.
> Soldado José Pedro de Sousa, filho de Manoel Antônio, assentou praça com 12 anos. Natural de São Miguel das Alagoas. Assentou praça de corneta voluntário, na extinta Legião, em 10 de março de 1821. Passou a soldado em julho de 1824. Foi destacado para Sergipe d'el Rei, e se juntou ao Exército Pacificador da Bahia. Cometeu primeira ausência em 18 de dezembro de 1825. Foi para a Campanha do Sul em 2 de julho de 1827. Voltou em outubro de 1828. Passou para o 9º Batalhão da 1ª Linha, 8ª Companhia em 1831, sob o comando do tem. cel. Joaquim José Velloso. Marchou para Vila Nova da Rainha em 10 de julho de1832, onde foi preso por insubordinação. Estava pago de soldo e fardamento.
> Soldado José Joaquim Cardozo, filho de Joaquim Cardozo, assentou praça com (ilegível) anos. Natural de Ilhéus. Assentou praça de soldado no 15º Batalhão de 1ª Linha em setembro de 1826. Passou para o 14º Batalhão e marchou para a Campanha do Sul em 1827 até outubro de 1828. Passou para a Companhia do ten. cel. Joaquim José Velloso em 1831. Marchou para Vila Nova da Rainha em 10 de julho de 1832, onde fora preso por insubordinação. Estava pago de soldo e fardamento.[348]

Vamos começar nossa análise pelo réu de maior patente, o 2º sargento José de Vasconcellos dos Reis. Ele assentou praça no período final da Guerra de Independência como soldado e pela sua rápida promoção para cabo deve ter se destacado nessa campanha. Sua elevação à furriel (equivalente ao 3º sargento na hierarquia atual) em 1826, representa, aparentemente, uma boa conduta dentro da tropa.[349] Com apenas seis anos de carreira ele conseguira um posto graduado (2º sargento), mesmo sendo de baixa patente. É possível que lhe fosse concedido mais privilégios do que seus companheiros de conspiração – seu soldo era maior, por exemplo.

Podemos comparar a situação de José de Vasconcellos com José Pedro de Sousa, ainda soldado na época. Seu tempo de serviço era ainda mais antigo que o de seu superior, pois ocupou um cargo ainda com 12 anos. Como muitos militares durante o Império, foi transferido de praça algumas vezes. Sendo natural de Alagoas, serviu na província de Sergipe até ser designado para

[348] APEB. **Sublevação Militar em Vila Nova da Rainha**. Seção Colonial/Provincial, maço 2859. Perfil dos Réus José de Vasconcellos dos Reis, José Elias do Sacramento, José Pedro de Sousa e José Joaquim Cardozo, fls. 05-08.
[349] Alguns soldados, mesmo após anos de carreira, não conseguiam promoções. Por esse motivo, é possível supor que José de Vasconcellos tenha realmente se destacado dentro da caserna.

a Bahia. Entretanto, como apresentado em seu perfil, no ano de 1825 ele foi acusado de ausência. Infelizmente não nos é explicado o motivo para tal acontecimento, porém, o comportamento do soldado ficou evidente nas relações dentro do destacamento, convocando seus companheiros para fazerem parte da empreitada.

O cabo José Elias do Sacramento, o segundo na hierarquia militar dentre os revoltosos, iniciou-se um ano depois da Guerra de Independência como substituto de outro homem. Era comum pessoas que não quisessem servir enviar alguém em seu lugar, mediante a pagamento. Conseguiu suas promoções com mais tempo de serviço do que José Vasconcellos, mas de forma rápida entre um cargo e outro (anspeçada e cabo).

Por último, o soldado José Joaquim Cardozo, responsável pela tentativa de assassinato do comandante Pitombo, assentou praça em 1826. Não conseguiu uma promoção, assim como seu companheiro José Pedro. É possível que tenha sido recrutado para lutar na Guerra Cisplatina, que começara um ano antes. Aqui podemos perceber uma relação entre os militares enviados para a Campanha do Sul, como é retratado nos perfis dos réus e no auto do corpo de delito.

Os militares que se sublevaram em Vila Nova da Rainha serviram juntos na então Província Cisplatina, no 14º Batalhão – na época do ocorrido, após a reforma das fileiras, passou a ser o 9º. A exceção fora somente o cabo Elias do Sacramento. O pertencimento ao mesmo corpo do Exército em um momento de guerra proporcionou aos soldados o estabelecimento de laços de solidariedade e talvez amizade. O companheirismo dentro do Batalhão se expressou, como vimos, nas ações frente ao seu superior durante o decorrer da Guerra do Cadó.

A presença dos personagens deste trabalho no conflito contra a Cisplatina possibilitou experiência em combate e disciplina, pois não consta reclamações contra os mesmos (a exceção é o soldado José Pedro). Porém, este não era o perfil dos militares sediados na Bahia enviados para combater no Sul. Lucas Junqueira nos informa um pouco sobre os militares baianos que se aventuraram na fronteira meridional do Império,

> Com efeito, a Bahia fora uma das províncias que mais contribuíram em tropas para a Guerra da Cisplatina. Milhares lutaram nos campos do Sul. Entretanto somente a imperial presença (ou o otimismo de D. Pedro I) pode justificar o entusiasmo narrado, pois são fartos os episódios de fugas, deserções e relutâncias em marchar para a campanha. Após a saída do Imperador, o ímpeto baiano esvanecera, sendo o voluntariado praticamente inexistente.[350]

[350] JUNQUEIRA, Lucas. **A Bahia e o Prata no Primeiro Reinado**: Comércio, Recrutamento e Guerra Cisplatina (1822-1831). Universidade Federal da Bahia. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, 195 p.

A animação dos baianos foi junto com o Imperador em 1831. Os soldados baianos começaram a ser mobilizados para a guerra no Sul a partir de 1826 e os membros do futuro 14º Batalhão rumaram para lá um ano depois.[351] O avanço dos baianos os fez ter contato com militares de outras províncias e conhecer demandas e problemas nos quartéis fora da Bahia. O soldado Mathias Ferreira, um dos sublevados teve contato com seus futuros companheiros nesse período, pois ainda servia na província do Rio Grande do Sul como membro da cavalaria. Após a Guerra Cisplatina, ele foi transferido para a Bahia juntando-se a seus camaradas.[352]

A Guerra Cisplatina também marcou um período de intensa procura por homens para encarar a campanha no sul do país. As autoridades imperiais então reforçaram a convocação de novos recrutas através da ampliação do recrutamento. Esse recrutamento muitas vezes roubava a liberdade dos indivíduos que tinham a má sorte de serem capturados. O conflito só acirrava a situação já desgastada do recrutamento. Durante a Campanha do Sul essa prática se intensificou à medida que a guerra se prorrogava, pois, segundo Kraay, a procura por homens em momentos de guerra aumentava para preencher as tropas – lembrando que o efetivo das Tropas de Linha era pequeno em comparação com os Corpos de Milícia, por isso em períodos de conflito se fazia necessário o auxílio desses homens. O recrutamento forçado criava insatisfações entre a população livre e as reclamações relativas à diminuição da mão-de-obra em períodos de colheita se multiplicavam. Nas palavras do autor,

> Tempo de guerra requeria expansão militar, trazendo dúvidas sobre quem deveria servir, e forçava patrões e clientes a abandonar seus deveres habituais. Quando o número de recrutas elevou-se durante as duas guerras externas do Império, a Cisplatina dos anos 1820 e a do Paraguai dos anos 1860, também elevaram-se as reclamações de todos os cantos, um alarido cujo sentido reside na revelação do sistema normal (e, em geral, aceitável) do recrutamento em tempo de paz.[353]

Kraay também reitera a presença do clientelismo nas reclamações contra o recrutamento. Durante as guerras as tentativas de grandes senhores de impedir que seus agregados fossem recrutados falhavam justamente pela necessidade de mais soldados no *front*. Situações como a Guerra da Cisplatina fizeram com que autoridades pensassem em leis que reformassem o recrutamento.[354] Antes, porém, é preciso compreender o processo por trás dessa prática.

---

[351] Ibidem, p. 49-50.
[352] APEB. **Sublevação Militar em Vila Nova da Rainha**. Seção Colonial/Provincial, maço 2859. Perfil do Réu Mathias Ferreira, fls.15-15v.
[353] KRAAY, Hendrik. **Repensando o recrutamento no Brasil Imperial**. The Americas, v. 55, n. 1, Revisão Mônica Nogueira de Sá, 1998, p. 115.
[354] Idem.

Podemos entender o recrutamento nos períodos colonial e imperial como uma maneira de controlar a população livre despossuída. Um modo de tirar das ruas homens indesejáveis e potencialmente conflituosos para Estado e dar-lhes uma função dentro do sistema social. De acordo com Fábio Mendes, o recrutamento acabou durante muito tempo sendo responsabilidade das autoridades locais, que davam prioridades aos homens que não pertenciam ao seu círculo de influência.[355] O autor também defende a ideia de que alguns grupos recebiam privilégios na hora do recrutamento. Ele aponta que: "Nos confins do Império, a autoridade da Coroa dependerá de um complexo jogo de negociação com os poderes locais."[356] Essas negociações acabam se relacionando com a força dos homens notáveis da região, favorecendo sua clientela, que poderia ficar de fora dos recrutamentos.

Essas estratégias clientelistas serviram para transformar o recrutamento em um jogo político, especialmente em caso de guerras como a campanha da Cisplatina. Os líderes locais empurravam os aliados de seus adversários políticos para o recrutamento e, retirando-os das suas localidades, enfraqueciam o poder de seus rivais. O mesmo acontecia quando o outro lado assumia o poder, pois era certa a vingança pelos atos cometidos na gestão anterior. Contudo, quando essa estratégia falhava, debates sobre a reforma do sistema de recrutamento vinham à tona. Segundo Kraay,

> Dos anos 1820 aos anos 1870 os legisladores sempre discutiram mudanças no recrutamento, voando a alturas retóricas, cada vez maiores, na condenação ao recrutamento, sem aprovar sequer um da dúzia de projetos de lei que, segundo um deputado, foram apresentados ao parlamento nestas cinco décadas.[357]

Durante o período colonial e joanino, o recrutamento seguia uma hierarquia social e racial. Social devido à procura de homens que não tinham nenhum ofício definido dentro das vilas e viviam no que as autoridades do período chamavam de vadiagem.[358] Peter Beattie argumenta que o Exército agia como uma força do sistema penal brasileiro, principalmente pelo seu papel de tirar os vadios das ruas e dar-lhes um serviço, mesmo que esse labor não fosse propriamente digno, discurso utilizado pelas autoridades da época para poder justificar o controle sobre essas populações.[359] O autor menciona que essas práticas, oriundas do sistema português, persistiam ainda no século XX, tendo poucas mudanças durante o Império. Famílias

[355] MENDES, Fábio Faria. **Encargos, Privilégios e direitos**: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX, in Castro, Celso. **Nova história militar brasileira** (Locais do Kindle 2510). Edição do Kindle.
[356] Idem.
[357] Idem.
[358] Apresentamos o discurso sobre vadiagem no período imperial no capítulo 1 deste trabalho.
[359] BEATTIE, Peter. **Tributo de Sangue**, 2009, p.26-27.

em vulnerabilidade social não podiam se dar ao direito de perder jovens em plena forma física para o serviço militar, já que eles poderiam ajudar em atividades agrícolas e outros ofícios como carpintaria e alfaiataria.[360] Situação parecida ocorreu com o soldado Paulo Guedes de Paiva, que trabalhava como alfaiate com seu pai e foi recrutado em 1832, um mês antes de seguirem para Vila Nova da Rainha.[361]

Durante o período colonial existiam preferências raciais no recrutamento dos soldados. Esta era uma maneira de manter a prática do recrutamento semelhante a Portugal. Porém, devido à grande miscigenação na colônia, as autoridades portuguesas precisaram aceitar a presença de pardos e mesmo libertos dentro das fileiras da Primeira Linha.[362] Nessa mesma linha, Mendes nos reporta o que foi necessário ser feito para compor as tropas pagas.

> Durante o período colonial, ao menos teoricamente, o recrutamento da tropa de linha estava restrito aos brancos e eventualmente também aos pardos. Em meados do século XVIII, entretanto, as dificuldades em repor as fileiras dos regimentos e a guerra no Sul farão com que se recorra cada vez mais aos próprios colonos como material recrutável, "colorindo" assim gradativamente as linhas. Por volta de 1800, a totalidade da tropa e a maioria dos oficiais estacionados na Bahia eram recrutados localmente.[363]

A Bahia foi uma das principais praças para o recrutamento como mencionado na citação acima. E devido à grande presença de pardos, as fileiras deveriam ser compostas por esses homens. Entre os sublevados, nenhum deles é tido como pardo ou homem de cor, porém entre as testemunhas notamos a presença destes homens no destacamento (cerca de um terço das testemunhas eram pardas).[364] Vale destacar que no Império as restrições de raça já não eram tão grandes como no período colonial, todavia, como vimos com o Batalhão dos Periquitos, as autoridades e as elites baianas não viam com bons olhos armar negros e ex-escravos. Já os cativos não eram armados por medo de rebelião e pelas Tropas de Primeira Linha não gostarem de entrar em choque com os proprietários desses cativos. Essa política mudava em épocas de guerra, com o aumento de escravos servindo nas fileiras.[365]

Muitos fugiam do recrutamento, porém, alguns homens buscavam no Exército uma nova forma de mobilidade social. Beattie aponta que muitas pessoas buscavam o serviço militar para

---

[360] Idem.
[361] APEB. **Sublevação Militar em Vila Nova da Rainha**. Seção Colonial/Provincial, maço 2859. Perfil do Réu Paulo Guedes de Paiva, fls.13-13v.
[362] KRAAY, Hendrik. **Política Racial, Estado e Forças Armadas**, principalmente o capítulo 4.
[363] MENDES, Fábio Faria. **Encargos, Privilégios e direitos**, (Locais do Kindle 2529-2532). Edição do Kindle.
[364] APEB. **Sublevação Militar em Vila Nova da Rainha**. Seção Colonial/Provincial, maço 2859.
[365] Sobre o recrutamento de escravos para o Exército ver KRAAY, **"Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos"**: o "recrutamento" de escravos na guerra da Independência na Bahia. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 22, nº 43, pp. 109-126, 2000.

escapar da extrema pobreza. Estar no quartel lhes garantia um soldo, mesmo que pequeno, local para dormir e alimentação que eles não teriam se não estivessem em serviço.[366] Se conseguissem destaque em suas carreiras, poderiam conseguir promoções e mesmo melhorias de vida (não era uma regra, mas acontecia). O cabo Elias do Sacramento pode ter sido um desses homens, pois surgiu como substituto de outro recrutado, Paulino d'Argolo.[367] Era comum a prática de pagar substitutos para seu lugar, geralmente alguém de estrato social baixo e subalterno, para se livrar do ônus do serviço militar. Seguindo a mesma linha de raciocínio, Kraay diz ainda que aceitar ser substituto era uma forma de se livrar da autoridade familiar, especificamente do pai.[368]

Contudo, com a má fama do Exército, alguns homens pensavam também em mobilidade geográfica para poderem se diferenciar dos escravos. A liberdade de ir e vir era almejada pelos praças, que tanto sofriam com os castigos físicos e eram vistos como párias da sociedade. Almejar a mobilidade geográfica pode parecer contraditório, visto que muitos militares apresentavam queixas quando eram transferidos, mas podemos conjecturar que o desejo de sentir alguma liberdade em um ambiente de rígida autoridade despertava essa busca pela mudança.

Uma alternativa para o recrutamento eram as deserções. O recrutamento era uma caçada humana. Quando os rumores de que recrutadores se aproximavam das vilas chegavam, os homens se escondiam ou procuravam outras maneiras de livrar-se dessa situação, casando-se ou até mesmo provocando atos extremos como automutilação.[369] Quando não era possível escapar do recrutamento, a deserção se tornava uma alternativa. Beattie sugere que,

> Os soldados geralmente fugiam devido às duras condições e aos abusos de oficiais do Exército, não-comissionado ou companheiros, assim como faziam os escravos e outros trabalhadores livres com relação aos maus-tratos de proprietários, chefes, colegas, capatazes, esposas e parentes. (...) A fuga geralmente aparecia como uma reação adequada a tal injustiça. Homens livres e pobres valorizavam a mobilidade geográfica, uma liberdade que os distinguia dos escravos, soldados, condenados, e de muitas mulheres. Tal mobilidade é uma marca de afirmação varonil em muitas culturas patriarcas.[370]

A passagem citada do autor corrobora com a ideia de Kraay, quando este aponta o ingresso nas tropas como uma fuga das autoridades, fossem elas familiares ou proprietários de terra. Beattie

---

[366] BEATTIE, Peter. **Tributo de Sangue**, p.27.
[367] APEB. **Sublevação Militar em Vila Nova da Rainha**. Seção Colonial/Provincial, maço 2859. Perfil do réu José Elias do Sacramento, fls. 05.
[368] KRAAY, Hendrik. **Política Racial, Estado e Forças Armadas**, p. 103.
[369] MENDES, Fábio Farias. A economia moral do recrutamento militar no Império Brasileiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais – Vol. 13 Nº 38, p.14.
[370] BEATTIE, Peter. **Tributo de Sangue**, p.27

também nos apresenta a presença da honra e da masculinidade como um fator de resistência ao recrutamento. Interessante notar que homens casados eram considerados honrados, o que significava que os recrutadores deveriam evitar capturar esses homens. O lar era a extensão da honra, então violá-lo seria um ataque à honra e dignidade do homem capturado. Havia ainda a questão de que o pai tinha que sustentar a família, por isso não deveria ser recrutado.[371]

Dito isto, os mendigos e acusados de vadiagem eram os mais explorados, por não terem proteção de políticos e proprietários importantes e não se encaixarem na descrição de homem honrado provedor de um lar. O recrutamento serviu para além de justiça penal, também como controle social para as autoridades. É possível afirmar que os motins e revoltas sejam, em alguns casos, consequências das truculentas caçadas dos recrutadores. Somente em 1874 seria votada uma nova lei de recrutamento, que se baseava no sistema francês. Mas esta também não emplacou devido aos benefícios que existiam no sistema de recrutamento. Segundo Kraay,

> Em vez de marcar o êxito de uma longa campanha de reforma, ela tornou-se letra morta. Sem a capacidade de impô-la face à oposição dos diversos beneficiários do sistema de recrutamento em tempo de paz, o governo imperial pouco esforçou-se para mandar executá-la; durante os anos 1870 e 1880 o recrutamento forçado continuou sem mudanças significativas.[372]

Os envolvidos no acontecimento de Vila Nova da Rainha foram em sua maioria recrutados, à exceção de alguns que compareceram à Tropa de Primeira Linha de maneira voluntária, como o cabo Elias do Sacramento. Dentre os envolvidos, 9 foram recrutados, e podemos evidenciar dois que são os citados em atestado enviado pelo comandante Pitombo ao presidente da província: o segundo Sargento José de Vasconcellos e o soldado José Pedro. Este último é citado muitas vezes por convocar outros soldados para sua empreitada, tal como declararam os soldados Tenório do Carmo e Manoel Oliva – estes ainda destacam o soldado Joaquim Santiago, que teria agido no mesmo sentido.[373] As queixas do tenente-coronel se davam principalmente por conta da popularidade do segundo sargento entre seus companheiros.[374] É possível considerar José Pedro como um dos líderes da sublevação, mesmo que esta tenha contado com a presença de praças mais graduados. O soldado era um dos contatos

[371] Ibidem, p.32
[372] KRAAY, Hendrik. **Repensando o recrutamento no Brasil Imperial, p. 115-116.**
[373] APEB. **Sublevação Militar em Vila Nova da Rainha**. Seção Colonial/Provincial, maço 2859. Testemunho de Tenório José do Carmo e de Manoel Oliva, fls. 42-44v.
[374] APEB. **Sublevação Militar em Vila Nova da Rainha**. Seção Colonial/Provincial, maço 2859. Atestado do Tenente-coronel Ignácio Joaquim Pitombo.

de Francisco Brasileiro e seus aliados e foi, de acordo com seu superior, um dos responsáveis por convencer seu companheiro Joaquim Cardozo a tentar disparar contra o comandante.

Mas a principal queixa de Ignácio Pitombo é contra o 2º sargento José de Vasconcellos. O relato do comandante aponta um militar desrespeitoso, indisciplinado e baderneiro.[375] Nesse mesmo documento é confirmada as desavenças do 2º sargento e demais envolvidos na conjuração contra o comandante Pitombo, vindas do Recôncavo, mais precisamente da vila de Cachoeira. A mudança de comando é provavelmente a principal motivação para a sublevação e a aliança com os Passos. Essa aliança teria sido proposta pelo sargento e pelo soldado José Pedro, "que seduziu os companheiros para se aliarem a eles".[376]

Abaixo podemos ver o relato produzido pelo tenente-coronel Pitombo apontando as insubordinações de José de Vasconcellos.

> (...) o qual consta de procedimentos criminais do 2º Sargento José de Vasconcellos dos Reis, do dito Batalhão nº 9 e devo acrescentar que este sargento desde o princípio (...) marcha tem desenvolvido a pior conduta. Logo que chegamos a Cachoeira atacou ao forte da expedição ao 1º Sargento do seu mesmo corpo, Antônio Corrêa César, pelo que se prendia um soldado pela falta que cometeu por cujo procedimento repreendi com as pessoas. Na noite de 26 de julho passado, estando de guarda naquela vila (*Cachoeira*) e trazendo assim para que depois do toque de recolher não saísse indivíduo algum do quartel, ele não só consentiu sair quanto quiseram, como sabia também deixando abandonada a guarda e quando se recolheu a alta noite, pelo efeito da chamada, partiu com a maior altivez e insubordinação à repreensão que lhe dei, chegando ao excesso de altear a voz. Fato este pelo qual o mandei, e tencionei remetê-lo a Vossa Excelência, porém, a pedido dos outros sargentos e aos protestos de reformar-se em melhor conduta, como melhor verá Vossa Excelência do requerimento. Em 6º lugar, de sua letra e firma me fizeram mudar de opinião. Em campanha tornou a rebelar-se contra o indicado 1º Sargento César; isto por querer evitar a relaxação dos soldados. Foi preso e repreendido, mas de balde. Nesta vila alta noite de 3 de outubro findo, saiu do quartel contra as ordens, e com outros, foi para a rua praticar toques de viola e cantarolas, e a recolher-se às duas horas da madrugada, por ser pressentido as patrulhas e de mim, que saí para acudir a Igreja, onde se pensou ter ladrão, pelo que responde por uma conduta relaxada, e teve a audácia, depois de sair do quartel, (...) chamando-me maroto e disputas estas que sendo bem percebidas de mim, do ajudante Manoel Nunes de Santo André e do cirurgião Luiz Meitei, que todos morávamos na casa contígua, fizeram-me tornar logo ao quartel e perguntar de quem elas eram. E me afirmou aquele 1º sargento terem sido este último, que estava muito embriagado.[377]

O desafeto de Ignácio Pitombo se deu principalmente após uma confusão entre José de Vasconcellos e outro sargento, com uma patente acima, Antônio Côrrea César, quando este

[375] Idem. Atestado do Tenente-coronel Ignácio Joaquim Pitombo.
[376] Idem.
[377] Idem. Grifo meu.

prendeu um militar a pedido do tenente-coronel. Esse parece ter sido o cerne da discórdia entre os dois, pois a partir deste conflito as reclamações se acentuaram. O 2º sargento passou a não acatar mais as ordens de seu comandante e constantemente começou a cometer atos de desobediência. Tais atitudes se iniciaram ainda no Recôncavo, como mencionamos acima, sustentando a hipótese de que a troca de comando gerou desavenças e elas chegaram até o território vilanovense.

A adesão a um lado do conflito por parte do comandante e sua crescente autoridade em Vila Nova da Rainha parecem ter irritado o 2º sargento que logo procurou apoio para formar a aliança com os Passos. Até por isso, o tenente-coronel Pitombo o trata com desprezo nesse atestado. As desavenças aumentaram quando José de Vasconcellos saiu para uma "noitada" deixando o quartel desguarnecido durante sua guarda, enquanto seu superior estava em socorro da Igreja local. O abandono da sentinela no período noturno era realmente uma falta grave e se agravou pela acusação do 1º sargento Antônio César de que chegou bêbado durante a madrugada. José de Vasconcellos acabou preso, todavia, seus companheiros conseguiram que fosse solto mais uma vez.

Como represália à denúncia de seu desafeto, os sublevados acabaram por ajudar o 2º sargento a atacar Antônio César, o que irritou ainda mais o tenente-coronel que o considerava homem de sua confiança.[378] A animosidade cresceu e nessas circunstâncias iniciou-se o plano para matar o comandante. Interessante notar que o sargento Antônio César não estava presente nos relatos das testemunhas e do ouvidor da comarca, a indignação era mesmo com Ignácio Pitombo e sua autoridade.

O tenente-coronel Pitombo já tinha uma carreira consolidada nas fileiras do Exército brasileiro. Infelizmente não encontramos nenhuma fonte que indique o ano em que ele entrou para as Forças em Armas, mas é possível cogitar que começou sua trajetória como Alferes, como era comum entre os oficiais.[379] Era amigo e vizinho de Antônio Pereira Rebouças, em Cachoeira, possivelmente sua terra natal.[380] Foi considerado herói da nação pelos seus feitos no comando de um dos batalhões do Exército Pacificador e estabelecendo posições em Cachoeira,

[378] Idem.

[379] Existem algumas fontes sobre o tenente-coronel Pitombo na Biblioteca Nacional. Devido à pandemia da Covid-19 não foi possível consultá-las no Rio de Janeiro, já que não estão disponíveis on-line no sítio da instituição.

[380] ALMEIDA, Renan Rodrigues de. **Entre o Arcabuz e a Forca**: As controvérsias jurídicas no julgamento dos líderes militares da Sabinada pelo Tribunal de Relação do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo, 158p. 2020, p.62; Almeida também nos informa que Pitombo não era seu sobrenome de batismo (que era Ferreira Lisboa) e sim uma estratégia várias vezes usadas por políticos e militares do período que adotaram sobrenomes ligados à história ou características do território e recursos brasileiros como uma maneira de se diferenciar dos membros do Partido Português durante a Guerra de Independência.

sede do governo provisório, tendo sido bastante elogiado no jornal *O Grito da Razão*, pelos serviços prestados na Guerra de Independência.[381] Em 1826 foi agraciado como cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro.[382] Seu aparente bom serviço fez com que fosse elevado a tenente-coronel, cargo em que já se encontrava em 1830.[383]

Sua trajetória o possibilitou conseguir o comando das tropas que marcharam para Vila Nova da Rainha. Suas reclamações sobre o comportamento e as conspirações de seus subordinados chegaram a ser relatadas no periódico *A Aurora Fluminense*, em junho de 1833 (mesmo período em que os desdobramentos da Guerra da Cadó foram comunicados no Diário da Bahia).[384] Contudo, No *A Aurora Fluminense* sua aparente disciplina acabou por ser contestada pelos seus abusos de poder no decorrer da Guerra do Cadó, com sua parcialidade em relação aos Silva e sentenças por ele lavradas como se fosse um juiz – terminando até em sentenças de morte – apontando assim um lado controlador e mesmo rebelde do tenente-coronel.

Posteriormente, sua conduta também seria reprovada em 1837, quando o tenente-coronel aderiu à Sabinada comandando as tropas rebeldes que tomaram Salvador. A Sabinada começou em 7 novembro de 1837 e foi liderada pelo médico Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira. O movimento contou com a adesão de camadas médias e baixas de Salvador. A cidade foi tomada pelos rebeldes e ficou em poder deles até março de 1838. Acredita-se que cerca de 5 mil pessoas morreram na reconquista das cidades pelas forças legalistas.[385] A Sabinada teve tamanha repercussão, sendo que houve comemorações em Ouro Preto (MG) e na Corte com a vitória das tropas imperiais.[386] Foi nesse cenário que o tenente-coronel Pitombo foi convidado para assumir o posto de coronel, mas acabou recusando a proposta. Debelada a revolta, o comandante acabou sendo preso com os demais rebeldes.[387] Outras informações que

---

[381] SILVA, Ignácio Accioli Cerqueira e. Memória Histórica e Política da Província da Bahia, p.37 e 59; O GRITO DA RAZÃO, S/D 1824, disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/cache/3258900819971/I0000405-20Alt=002149Lar=001330LargOri=002009AltOri=003246.JPG, acesso em 16 de maio de 2021.

[382] DIÁRIO FLUMINENSE nº 30, 05 de agosto de 1826. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/cache/287680250622/I000187420Alt=001968Lar=001330LargOri=002029AltOri=003003.JPG, acesso em 16 de maio de 2021.

[383] A AURORA FLUMINENSE, junho de 1833, disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/cache/236707121197/I000337520Alt=002077Lar=001330LargOri=002092AltOri=003267.JPG, acesso em 16 de maio de 2021.

[384] A AURORA FLUMINENSE, S/D 1830, disponível em A Aurora Fluminense : Jornal Politico e Litterario (RJ) - 1827 a 1839 - DocReader Web (bn.br), acesso em 16 de maio de 2021.

[385] SOUZA, Paulo César de. **A Sabinada**: A revolta separatista da Bahia. São Paulo, Cia. Das Letras, 2009, p.14.

[386] Ibidem, p. 15.

[387] DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 12 abril de 1849, disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/cache/332004356021/I002051920Alt=002158Lar=001330LargOri=004587AltOri=007442.JPG, acesso em 16 de maio de 2021.

conseguimos apurar sobre Ignácio Pitombo são de 1854, quando aparece na lista de oficiais reformados na Segunda Linha. Isto também é visto nos anos de 1862 e 1863.[388]

Sabemos o destino do tenente-coronel Ignácio Pitombo devido a sua posição e participação em um dos principais acontecimentos do Período Regencial, a Sabinada. E depois com relatórios sobre o pagamento de sua aposentadoria já como oficial da reserva. Possivelmente o comandante foi designado para a reserva após sua participação no movimento sabino como uma forma de punição pela rebeldia. Ironicamente, o oficial que tanto criticou as atitudes de seus subordinados acabou por se tornar um insubordinado contra a ordem que jurou defender. Já os soldados sublevados não aparecem mais nos documentos consultados. Sabemos que se entregaram após o fracasso do plano de assassinato e foram encaminhados para a capital. Foram sentenciados depois de muitas reclamações por parte do tenente-coronel e até o final deste trabalho não foi possível levantar mais informações a respeito.

Por fim, o acontecimento em Vila Nova da Rainha pode não ter tido proporções como outras revoltas e rebeliões na Regência, mas conseguiu chamar a atenção das autoridades provinciais tanto que foram enviados soldados para a vila e mesmo após a sublevação e o fim da Guerra do Cadó, o presidente da província pediu para que a cada quatro meses um novo destacamento da Primeira Linha ficasse estacionado naquela região.[389] Temos indícios de tropas do Exército estacionadas na vila ainda na década de 1840, auxiliando a Guarda Nacional, como apontou o relatório do Presidente da Província. A menção vem de uma correspondência de 1862 do presidente Joaquim Antão Fernandes Leão pedindo o auxílio dos guardas nacionais para o destacamento estacionado na vila e lembrava que outras tropas ficaram em Vila Nova da Rainha em anos anteriores.[390] Porém, acreditamos que a menção a um Batalhão da Primeira Linha em 1860 não esteja mais relacionada com os acontecimentos aqui analisados, visto a distância temporal entre a Guerra do Cadó e este fato. Por outro lado, a necessidade de se manter ou enviar tropas para essa região nas décadas seguintes à Guerra do Cadó pode indicar a persistência de conflitos e disputas entre grupos de poder político-econômico locais que requeriam a intervenção provincial e imperial. Ademais, nas décadas seguintes, a Guarda Nacional também emergiu como força política nos termos de Vila Nova da Rainha devido ao

[388] Almanack Administrativo, Comercial e Mercantil da Bahia, 1863, disponível em :::[DocPro]::: (bn.br), acesso em 16 de maio de 2021.
[389] DIÁRIO DA BAHIA, nº 117, junho de 1833.
[390] Fala recitada na abertura d'Assembleia Legislativa da Bahia pelo presidente da província, o conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, no dia 1 de março de 1862. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/165#?c=0&m=37&s=0&cv=0&r=0&xywh=-602%2C664%2C1618%2C1141, acesso em 14/07/2016.

aumento de seu efetivo para garantir a ordem na localidade e a seu envolvimento com as forças políticas locais.

Essas consequências mostram como uma sublevação em importante território da Bahia alarmou autoridades e supostamente "Desonrou a Nação".[391] Mesmo sem caráter separatista ou federalista, a circulação de informações entre os militares e a instabilidade política levou ao medo das autoridades provinciais, pois no mesmo período aconteciam os movimentos de Guanaes Mineiro. Futuramente a Sabinada, também com a presença de membros do Exército, manteria o alerta dos governantes, pois até mesmo Salvador capitulou nas mãos dos rebeldes. A sublevação aponta ainda para a dinâmica do poder local em seus conflitos internos, mas também em seu relacionamento com as instituições imperiais, indo de encontro a ideia de que os sertões eram localidades isolados do poder imperial.

[391] Idem.

Considerações finais

Na primeira metade do século XIX, Vila Nova da Rainha era um importante ponto de cria e recria de gado na província da Bahia. As boiadas pastavam na região, onde ocorria o processo de engorda e de lá seguiam para abastecer Salvador e Recôncavo.[392] Essa atividade econômica ajudou no desenvolvimento da região desde sua elevação a vila em 1799. Os proprietários de terra enriqueceram com a prática e participavam das decisões políticas na Câmara Municipal, enquanto a população se dedicava ao cultivo de suas propriedades, muitas vezes como agregados, ou a serviços como sapataria e o comércio. Se destacavam as famílias Silva e Passos, que dominavam o cenário político local. Foi nesse cenário que ocorreu, entre os anos de 1831 e 1835 o conflito conhecido como Guerra do Cadó, uma luta armada entre as famílias mencionadas.

O estopim da peleja esteve relacionado a um caso de desonra familiar, embora seja bem possível que outras disputas por espaços de poder tenham incentivado a contenda. O capitão-mor Joaquim Simões da Silva, o Cadó, deflorou a filha mais jovem dos Passos – cujo nome não aparece nos documentos – então seu aliado. Os Passos procuraram Joaquim Simões para que este se retratasse de seu crime, mas ele não atendeu à demanda e o conflito se iniciou. O líder dos Passos, Manoel Narciso foi morto logo que as hostilidades começaram e seus aliados passaram a atacar as propriedades dos Silva. A situação se agravou de tal maneira que afetou a vida da população e causou prejuízos econômicos para a vila. Como medida para resolver o conflito, a Câmara Municipal enviou um pedido requisitando auxílio do presidente da província, Joaquim de Vasconcelos, visconde de Monserrate, que enviou um destacamento da Primeira Linha comandado pelo tenente-coronel Ignácio Joaquim Pitombo.

Este trabalho buscou entender a participação do destacamento enviado para conter a Guerra do Cadó. Os militares conseguiram seu objetivo principal, apaziguar o conflito na vila. Porém, após o envolvimento do Padre Severo Cuim Atuá e a retomada das hostilidades, o tenente-coronel Pitombo se envolveu diretamente com os Silva e tomaram o controle de Vila Nova da Rainha. A relação entre o poder religioso e o político era comum nos sertões baianos, com clérigos detendo muita influência na Câmara Municipal. Nesse cenário, um grupo de soldados se sublevou contra seu comandante e aliaram-se aos Passos, seu plano era assassinar

[392] LOPES. Rodrigo Freitas. **Dos currais dos matadouros públicos**, ver principalmente o capítulo 1; MACHADO, Paulo Batista. **Notícias e Novidades da Vila Nova da Rainha**, p.37.

seu comandante e tomar o soldo da campanha. No entanto, o projeto não funcionou e os rebeldes foram presos. O conflito, continuou até o ano de 1835 com a mudança dos Passos para o Piauí.

Uma devassa foi feita para investigar a atuação dos militares, principalmente dos sublevados, na Guerra do Cadó. De maneira geral, a acusação sobre os soldados rebeldes se deu pela tentativa de assassinato de Ignácio Pitombo e o roubo dos soldos, porém, uma análise mais detalhada da documentação nos ajuda a entender a situação complexa por trás da sublevação. Por exemplo, pudemos perceber que os onze militares que se aliaram aos Passos traziam desavenças com seu comandante antes mesmo de chegarem no município.

Entendemos que o período no qual a Guerra do Cadó aconteceu, a Regência, foi um momento em que ocorreram agitações no cenário nacional que reverberaram sobre várias instituições, inclusive as militares, então em fase de reorganização. Essas mudanças vinham de antes da abdicação de D. Pedro I, que perdeu apoio dos praças ao longo do tempo, como menciona Beattie:

> Muitos praças do Exército foram às ruas apoiar a causa republicana, mas muitos de seus oficiais continuaram realistas. Mesmo que a tentativa de golpe republicano tenha falhado, ela demonstrou a ameaça que colocar pobres desprotegidos no Exército podia representar para as classes proprietárias que favoreceram a Monarquia.[393]

Essas manifestações e o medo de que os oficiais estrangeiros apoiassem o retorno de D. Pedro I fez com que os regentes pensassem em transformações no Exército. As revoltas de soldados que se seguiram ao período regencial anteciparam as reformas nas fileiras. Segundo o autor,

> A regência conseguiu um apoio parlamentar substantivo para suas propostas de reestruturação das instituições militares. Para reduzir o poder do Exército, os políticos liberais (eles referiam a si próprios nesta época, como "moderados"), que dominavam a nova regência, reduziram pela metade, para 14.342 homens, as tropas na ativa.[394]

A partir desta redução, o Exército passou a alterar o comando dos batalhões. Os participantes da sublevação ficaram insatisfeitos com as mudanças ocorridas no 9º Batalhão e não aceitaram a indicação de Ignácio Joaquim Pitombo. Esse descontentamento foi o principal motivo da sublevação. Como outras revoltas militares do período – ou mesmo anteriores, como a Revolta dos Periquitos – sofreram com a reforma em seus batalhões e as mudanças em seu comando.

[393] BEATTIE, Peter. **Tributo de Sangue**, p. 62.
[394] Idem.

A sublevação no território vilanovense foi resultado dessa insatisfação que vinha da sua convocação para dar fim ao conflito na vila. O então comandante Joaquim Veloso, responsável pelo 9º Batalhão de Infantaria, o qual pertencia o destacamento, não seguiu com a tropa causando insatisfação em parte dela. Prova disso é o comportamento do 2º sargento José Reis de Vasconcellos que alcançou esse posto depois de servir no Exército Pacificador e na Guerra Cisplatina e passou a se comportar de maneira rebelde perante seu comandante. Uma das formas de resistência ao seu superior foi desobedecer a ordens diretas, como manter sentinela e tentar impedir a prisão de um companheiro.[395]

Ao chegarem à vila e acalmarem o conflito, José de Vasconcellos se juntou aos demais soldados e continuaram a desobedecer ao comandante Pitombo, deixando o quartel desguarnecido enquanto a tropa resolvia um atentado à igreja. Depois desse acontecimento, eles foram detidos, porém, seus companheiros interviram a seu favor. A solidariedade entre membros do mesmo Batalhão era comum no Exército. Por este incidente é possível perceber que mesmo em situações consideradas crimes pelos oficiais, como a deserção, era comum que os militares faltosos fossem acobertados por seus companheiros.[396] Essa solidariedade entre militares também é percebida nas referências das testemunhas da devassa que se referiam aos réus como camaradas.[397] Contudo, após a tentativa frustrada de assassinato, as redes de sociabilidade entre os praças não conseguiu evitar que estes se entregassem e fossem levados sob custódia para Salvador.

O tenente-coronel também possuía seus laços dentro do destacamento. Como o 1º sargento Antônio César, que se desentendeu com José de Vasconcellos. É possível que Ignácio Pitombo favorecesse o 1º sargento devido às várias referências ao seu bom comportamento e lealdade no serviço.[398] Este comportamento aumentava ainda mais a indisposição entre o comandante e o 2º sargento.

As relações clientelistas dentro do Exército eram comuns e por isso trocas de comando geravam muita insatisfação. O temor de perder a proteção contra os castigos físicos e outros abusos, fez com que os soldados buscassem resistir através de insubordinações e insurreições contra a caserna. Por isso desentendimentos internos eram comuns, mesmo que, como mencionado acima, os companheiros buscassem manter relações no mínimo pacíficas.

---

[395] Infelizmente o nome desse soldado não é mencionado na documentação.
[396] Ver BEATTIE, Peter. **Tributo de Sangue**, principalmente o capítulo 1.
[397] APEB. **Sublevação Militar em Vila Nova da Rainha**. Seção Colonial/Provincial, maço 2859. Testemunho de Tenório José do Carmo, fls. 42-43v.
[398] APEB. **Sublevação Militar em Vila Nova da Rainha**. Seção Colonial/Provincial, maço 2859. Atestado do Tenente-coronel Ignácio Joaquim Pitombo.

Havia ainda a possibilidade de Antônio César ter mudado de Batalhão antes da partida para Vila Nova da Rainha e ao prender um companheiro de José de Vasconcellos este tenha tomado como uma ofensa – lembrando que a patente de Antônio César era superior à dele – e tentou impedir que a ordem do tenente-coronel fosse cumprida.

Já em Vila Nova da Rainha, alianças oportunas surgiram e os onze militares sublevados tentaram levar a cabo sua insatisfação matando seu comandante, agora aliado do Cadó. O plano não foi concretizado e os rebeldes não chegaram a participar das batalhas que se seguiram, como a da fazenda Bela Vista. Ignácio Pitombo também viu na Guerra do Cadó uma oportunidade de ampliar suas esferas de poder e mando, quando lhe foi dado a função de policiamento da vila. Ele exerceu sua autoridade de maneira parcial contra os Passos, inclusive sentenciando aliados e agregados da família a morte.[399] A aliança entre os Silva e a maioria do destacamento, representado na figura de Pitombo, influenciou o desfecho do confronto, pois os Passos passaram a se retirar cada vez mais do território vilanovense, mesmo após a troca das tropas de Ignácio Pitombo.

Os Passos possuíam terras no Piauí e para lá se mudaram. Possivelmente desenvolviam relações econômicas naquela província, como a criação de gado, atividade que ligava Vila Nova da Rainha com o Piauí. Mesmo derrotados os Passos retornaram para a vila cinco anos depois (1840), quando assassinaram Joaquim Simões. É possível que tenham utilizado esse tempo para preparar sua ação, mas infelizmente não podemos precisar o real motivo para esse intervalo de tempo. Foi uma clara vingança ao domínio autoritário do Cadó, bem como pela perda de territórios importantes que, provavelmente, dificultou seus negócios na região. Foi também um alento a sua honra, que fora maculada após o defloramento de uma de suas membras no início do conflito.

Após mudança de destacamento, o presidente da província decretou que a cada quatro meses fosse enviado um novo destacamento para evitar novas alianças entre militares e as famílias envolvidas no confronto.[400] O posicionamento do presidente Joaquim de Vasconcelos reforça a ideia das relações entre a esfera militar e a civil, que no caso da Guerra do Cadó, acirrou ainda mais a situação calamitosa na qual Vila Nova da Rainha se encontrava – como parte da população fugindo da região. As redes de aliança buscavam benefícios, o que deu certo para os Silva que saíram vitoriosos da Guerra do Cadó, mantendo seu poder político sobre a Vila nas duas décadas seguintes.[401]

[399] DIÁRIO DA BAHIA, n.117, 06 de julho de 1833.
[400] Idem.
[401] Após a morte de seu irmão, o Padre Severo ascendeu como grande chefe político de Vila Nova da Rainha.

Por fim, os rebeldes acabaram sendo presos como aconteceu com outros distúrbios militares no período regencial. Infelizmente a documentação encontrada não nos informa o que aconteceu com eles após a prisão, mas nos apresentou que as instituições militares estavam inseridas nas organizações sociais do Império Brasileiro. O Exército se valeu das situações de vulnerabilidade de grande parte da sociedade ao tentar controlar os homens livres pobres através do recrutamento e da disciplina praticada muitas vezes através de castigos físicos, o que afastava muitos homens da instituição. Percebemos também que o poder local se beneficiou de sua relação com uma instituição central como o Exército, não é exagero afirmar que parte do sucesso dos Silva na guerra foi devido ao auxílio do destacamento do comandante Pitombo. Os Passos também tentaram conseguir vantagens com os sublevados, mas tiveram seus planos frustrados. Portanto, as relações e alianças sociopolíticas permearam o conflito entre as famílias de Vila Nova da Rainha

Fontes e Bibliografia

1) Fontes Manuscritas

1.1 Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB):

Correspondências da Câmara de Vila Nova da Rainha, maço 1459

Documento de 24 de setembro de 1832;

Documento de 24 de setembro de 1832, cópia;

Correspondências dos Juízes de Vila Nova da Rainha, maço 2639

Carta do Juiz de Paz, João Felix Marins ao Presidente da Província 06 de abril de 1831;

Carta do Juiz de Paz, Joaquim da Silva Matta ao Presidente da Província 22 de setembro de 1832;

Carta de Joaquim José de Miranda, 28 de novembro de 1832;

Sublevação em Vila Nova da Rainha, maço 2856, 1833;

Auto do Corpo de Delito;

Atestado do Tenente-coronel Ignácio Joaquim Pitombo;

Perfil dos Réus José de Vasconcellos dos Reis, José Elias do Sacramento, José Pedro de Sousa e José Joaquim Cardozo

Perfil do Réu Mathias Ferreira;

Perfil do Réu Paulo Guedes de Paiva;

Perfil do réu José Elias do Sacramento;

Perfil do 2º sargento José de Vasconcelos dos Reis

Testemunhos de Antônio de Sousa Palmeira, Manoel José da Silva e Antônio Modesto de Araújo;

Testemunho do Sargento Gustavo Alvares;

Testemunho do anspeçada João Pedro Oliveira dos Anjos;

Testemunho de Tenório José do Carmo;

Testemunho de Manoel Oliva;

2.2 Biblioteca Nacional Digital (BN Digital)

Mapas dos habitantes do Terço de Ordenanças da Vila Nova da Rainha, feita por José Ferreira de Guimarães, seu Capitão-mor em 1804. S.l 1804. 1 documento. Cópia. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mssp0000245/mssp0000245.pdf , acesso em 1º de julho de 2020;

Regimento de Milícias, 1808. Disponível em http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1460501/mss1460501.pdf , acesso em 1 de julho de 2020;

2) Fontes Impressas

2.1 Leis

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil). Disponível em: www.culturata.com.br/obras/Culturata%20e%20opulencia%20do%20Brasil.pdf, acesso em 28/08/2017.

Lei de 18/08/1831, Art. 1º, disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html . acesso em 16/03/2017;

Decreto de lei de 6 de Junho de 1831, art. 10; disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37207-6-junho-1831-563560-publicacaooriginal-87651-pl.html, acesso em 14/09/2017;

Decreto de 25/10/1832, disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/1824-1899/decreto3734225outubro1832563877publicacaooriginal87927pl.html , acesso em 14/11/2016;

2.2 Jornais e Periódicos

DIÁRIO DA BAHIA, nº 117, junho de 1833.

O GRITO DA RAZÃO, S/D 1824, disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/cache/3258900819971/I0000405-20Alt=002149Lar=001330LargOri=002009AltOri=003246.JPG, acesso em 16 de maio de 2021.

DIÁRIO FLUMINENSE nº 30, 05 de agosto de 1826. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/cache/287680250622/I000187420Alt=001968Lar=001330LargOri=002029AltOri=003003.JPG, acesso em 16 de maio de 2021.

A AURORA FLUMINENSE, junho de 1833, disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/cache/236707121197/I000337520Alt=002077Lar=001330LargOri=002092AltOri=003267.JPG, acesso em 16 de maio de 2021.

A AURORA FLUMINENSE, S/D 1830, disponível em A Aurora Fluminense : Jornal Politico e Litterario (RJ) - 1827 a 1839 - DocReader Web (bn.br), acesso em 16 de maio de 2021.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 12 abril de 1849, disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/cache/332004356021/I002051920Alt=002158Lar=001330LargOri=004587AltOri=007442.JPG, acesso em 16 de maio de 2021.

Almanack Administrativo, Comercial e Mercantil da Bahia, 1863, disponível em :::[DocPro]::: (bn.br), acesso em 16 de maio de 2021.

2.3 Presidente da Província

Fala recitada na abertura d'Assembleia Legislativa da Bahia pelo presidente da província, o conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, no dia 1 de março de 1862. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/165#?c=0&m=37&s=0&cv=0&r=0&xywh=602%2C664%2C1618%2C1141, acesso em 14/07/2016.

Bibliografia

ALMEIDA, Renan Rodrigues de. *Entre o Arcabuz e a Forca*: As controvérsias jurídicas no julgamento dos líderes militares da Sabinada pelo Tribunal de Relação do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo, 158p. 2020.

ARAS, Lina Maria Brandão de. *A Santa Federação Imperial Bahia*, 1831-1833. São Paulo. Universidade de São Paulo, 1995 p 227. (Tese de Doutorado)

AZERÊDO, Robério. *Itiúba e os Roteiros do Padre Severo*. Itiúba, 1987.

BASILE, Marcelo. *O laboratório da nação*. GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.). O *Brasil Imperial vol 2*: 1831-1808. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano*.: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo 1780-1860. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.

BARROS, José D'Assunção. *História Política*: dos objetos tradicionais aos estudos dos micropoderes, do discurso e do imaginário, p.4. Disponível: <http://www.uft.edu.br/revistaescritas/sistema/uploads/histocc81ria-policc81tica-dos-objetos-tradicionais-ao-estudo-dos-micropoderes-do-discurso-e-do-imaginacc81rio.pdf>. Acesso em agosto de 2019.

Barroso, Gustavo. *História Militar do Brasil*. Brasília. Senado Federal, Conselho Editorial, 2015.

BARROSO, Gustavo. *Uniformes do Exército Brasileiro* 1730-1922. Paris, A. Ferroud, 1922.

BEATTIE, Peter. *Tributo de Sangue*: Exército, honra, raça e Nação no Brasil (1864-1945). São Paulo, Edusp, 2009.

BELTRÁN, Cristina Borreguero. *La Guerra de los Treinta Años*: A Europa Ante el Abismo. Madrid. La Esfera de los Libros Edición Digital, 2018.

BERBEL, Marcia Regina. *Os apelos nacionais nas Cortes Constituintes de Lisboa*. In MALERBA, Jurandir (org.). *A Independência Brasileira*: Novas Dimensões. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

CARNEIRO, David. *História da Guerra Cisplatina*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

CARVALHO, José Murilo de. "*Mandonismo, coronelismo e clientelismo: uma discussão conceitual*". *Dados*, v. 40, n. 2 (1997). Disponível em: <http://bl166w.blu166.mail.live.com/default.aspx?rru=inbox#fid=1&fav=1&n=923379898&rru=inbox&mid=ef553428-0307-11e1-9da5-002264c202d0&fv=1>. Acesso em 28 nov. 2011.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil o longo caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik. *Da História Militar à Nova História Militar*. In CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (org.). *Nova História Militar Brasileira.* Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.

CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (org.). *Nova História Militar Brasileira.* Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.

CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã*: a Guarda Nacional de 1831 a 1850. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

CERQUEIRA Dionísio. *Reminiscências da Guerra do Paraguai*. Biblioteca do Exército, S/D.
TAUNAY, Visconde de. *A retirada da Laguna*. Rio de Janeiro, Typographia Americana, 1874. Disponível em http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221688, acesso em 28/09/2020.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. São Paulo, Martins Fontes, 2017.

CUNHA, Aloísio Santos da. *O Trem Partiu*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

DANTAS, Monica Duarte. *Fronteiras movediças*: a comarca de Itapicuru e a formação do Arraial de Canudos. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, Fapesp, 2007.

DANTAS, Mônica. *Povoamento e Ocupação do Sertão de Dentro Baiano (Itapicuru, 1549-1822)*. Penélope, n.23, 2000, pp. 9-30.

DONATO, Hernâni. *Dicionário de Batalhas Brasileiras*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 2001.

ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. *História do Exército Brasileiro*, vol. 1. Brasília, 1972.

FERTIG, André. *Clientelismo Político em Tempos Belicosos*: A Guarda Nacional da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na defesa do Império Brasileiro (1850-1873). Santa Maria, Editora UFSM, 2010.

FALCON, Francisco. **História e Poder**. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 9ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra 2019.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3. Ed. São Paulo: Livraria Editora Kairós, 1983.

FREIRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 57ª ed. São Paulo, Global, 2007.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX***.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

GUERRA FILHO. Sérgio Armando Diniz. *O Antilusitanismo na Bahia (1823-1831)*. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2015.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos*: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.1, 1988, p. 5-27.

HERÓDOTO. *Histórias 2 vol*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2019.

IVO, Isnara Pereira. *O anjo da morte contra o santo lenho*: poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2004.

JUNQUEIRA, Lucas de Faria. **A Bahia e o Prata no Primeiro Reinado**: Comércio Recrutamento e Guerra Cisplatina. Salvador: UFBA, 2005. (Dissertação de Mestrado)

KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. Rio de Janeiro. Cia de Bolso, 2006.

KRAAY, **"Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos"**: o "recrutamento" de escravos na guerra da Independência na Bahia. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 22, nº 43, pp. 109-126, 2000.

KRAAY, Hendrik. *Política Racial, Estado e Forças Armadas na época da Independência*: Bahia, 1790-1850. São Paulo: Huitec 2011.

KRAAY, Hendrik. *Repensando o recrutamento no Brasil Imperial*. The Americas, v. 55, n. 1, Revisão Mônica Nogueira de Sá, 1998.

Lima e Silva, Marechal Luiz Manoel de. "Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata". 1831.

LOPES, Rodrigues Freitas. *Nos Currais do Matadouro Público*: o Abastecimento de Carne Verde em Salvador no século XIX (1830-1870). Dissertação de Mestrado 153 fls; Salvador, 2009.

LOUREIRO, Marcello José Gomes e MOREIRA, Luiz Guilherme. *A Nova História Militar e a América Portuguesa*: Balanço Historiográfico; in POSSAMAI, Paulo. *Conquistar e Defender*: Portugal, Países baixos e Brasil; Estudos de História Militar na Idade Moderna. São Leopoldo, Oikos, 2012.

MACHADO, Paulo Batista. *Notícias e Saudades da Vila nova da rainha, aliás, Senhor do Bonfim*. Salvador, EDUNEB 2007.

MAGALHÃES, João Batista. *Evolução Militar do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 2001.

MAQUIAVEL, Nicolau. *A Arte da Guerra*. L&PM pocket, Kindle, 2007.

MEDICCI, Ana Paula. *Entre a "decadência" e o "florescimento"*: a Capitania de São Paulo na interpretação de memorialistas e autoridades públicas (1782/1822). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2005.

MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. *Corpos de Ordenanças e Auxiliares. Sobre Relações Políticas e Militares na América Portuguesa*. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 45, p. 29-56, 2006. Editora UFPR.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. *Forças Militares no Brasil Colonial*. In. POSSAMAI, Paulo (org.). *Conquistar e Defender: Portugal, Países Baixos e Brasil*; Estudos de História Militar na Idade Moderna. São Leopoldo, Oikos, 2012.

MENDES, Fábio Farias. *A economia moral do recrutamento militar no Império Brasileiro*. Revista Brasileira de Ciências Sociais – Vol. 13 Nº 38, p.14.

MENDES, Fábio Faria. *Encargos, Privilégios e direitos*: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX, in Castro, Celso. *Nova história militar brasileira* (Locais do Kindle 2510). Edição do Kindle.

MIRANDA, Carmelia Aparecida Silva. *Vestígios Recuperados*: experiências da comunidade negra rural do Tijuaçu. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*: Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo, Companhia das letras, 1994.

NEVES, Lúcia M. Bastos. *Estado e Política na Independência*, in GRINBERG, Keila e SALLES Ricardo. *O Brasil Imperial, Vol. 1*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009, p.95-136.

NUNES, Herlon Ricardo Seixas. *A Guarda Nacional na Província Paraense*. Periódicos UFPA, 2016. Disponível em: http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/viewFile/2762/2893, acesso em 27/05/2017.

OLIVEIRA, Leonardo Paiva de. *Capitães-mores em circulação*: trajetória dos governantes do Rio Grande e do Ceará (1666-1750). XXIX Simpósio Nacional de História, ANPUH, 2017.

PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias 1889-1943*: a Bahia na Primeira República. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

PARKER, Geoffrey (org.). **La Guerra de los Treinta Años** (1618-1648). Barcelona, Crítica, 1988.

PARKER, Geoffrey. *The Army of Flanders and the Spanish Road 1567-1659*: The Logistics of Spanish Victory and Defeat in the Low Countries' Wars. Cambridge. Cambridge University Press, 1975.

PEREIRA, Vantuil e RIBEIRO, Gladys Sabina. *Primeiro Reinado em Revisão*, in. GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial vol. 1*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

PERUSSATO, Melina Kleinert: *Variações de um mesmo tema*: As relações Escravistas na Historiografia brasileira. In: www.unisc.br/site/spartacus/edicoes/.../**perussatto**_melina_kleinert.**pdf**, acesso em jan. de 2016.

POSSAMAI, Paulo (org.). *Conquistar e Defender: Portugal, Países Baixos e Brasil*; Estudos de História Militar na Idade Moderna. São Leopoldo, Oikos, 2012.

POZO, Gilmar de Paiva dos Santos. *Imigrantes Irlandeses no Rio de Janeiro*: cotidiano e revolta no primeiro reinado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História Social, 2010, 189p.

PRADO JR, Caio. *Evolução Política do Brasil***:** e outros estudos. São Paulo. Companhia das Letras, 2012.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Mandonismo Local na vida política brasileira e outros ensaios. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

REIS, Arthur Ferreira. *Os Corcundas e os Periquitos*: a visão áulica sobre a Revolta dos Periquitos na Bahia. Vitória, Anais do VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est, 2017.

REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil*: A História do Levante dos Malês em 1835. Edição Revista e Ampliada. 3ª Ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

RÉMOND, René. *Do político*. In: ____. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 441-450.

SALDANHA, Flávio Henrique Dias. *Os oficiais do povo*: a Guarda Nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831-1850. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006.

_____. *O Império da Ordem: Guarda Nacional, Coronéis e Burocratas em Minas Gerais na segunda metade do século XIX (1850-1873)*. São Paulo. Editora UNESP 2013.

Conferir SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai*: escravidão e cidadania na formação do Exército. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

SANTOS, Ana Claudia Martins dos. **A Organização do Exército no Império Brasileiro na primeira metade do século XIX**: apontamentos. Caicó, v. 18, n.40, p. 156-168, jan./jun. 2017.

SANTOS, Jerlyane Dayse Monteiro. **Juízes de paz no Império do Brasil**: análise da experiência da magistratura leiga e eletiva na Província da Paraíba (1824-1840). Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, v. 6, n.1, (Jan/Abr 2014).

SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma comunidade rural do Brasil antigo (aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. *Entre histórias e historiografias: algumas tramas do governo joanino*. In GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.). O Brasil Imperial vol 1: 1808-1831. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

SOUZA, Paulo César de. *A Sabinada*: A revolta separatista da Bahia. São Paulo, Cia. Das Letras, 2009.

SILVA, Adolpho. Bonfim, terra do bom começo. Salvador: Mensageiro da Fé, 1971.

SILVA, Alfredo P.M. *Os Generais do Exército Brasileiro, 1822 a 1889*, M.Orosco & Co., Rio de Janeiro, 1906, vol. 1.

SILVA, Eduardo. *A função ideológica da brecha camponesa***.** In: Silva, Eduardo e REIS, João. *Negociação e conflito*: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Cândido da Costa e. *Os Segadores e a Messe:* o clero oitocentista na Bahia. Salvador: Edufba, 2000.

SILVA, Ignácio Acciolli. *Memória Histórica e Geográfica da Província da Bahia*. Tomo IV. Salvador. Imprensa Oficial do Estado, 1933.

SILVA, Kalina Vanderlei. *Francisco de Brito Freyre e Reforma Militar de Pernambuco no século XVII*. In. In. POSSAMAI, Paulo (org.). *Conquistar e Defender: Portugal, Países Baixos e Brasil;* Estudos de História Militar na Idade Moderna. São Leopoldo, Oikos, 2012.

SILVA, Lourenço Pereira da. Memória Histórica e Geográfica Sobre a Comarca do Bomfim. Salvador. Typo e Encadernação – Reis & C. 1915.

SILVA, Rafael Sancho Carvalho da. *Conflitos na Comarca de Carinhanha*: os significados da violência. *Ponta de Lança,* São Cristóvão, v.4, n. 7, out. 2010-abr. 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1965.

SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Religião e Política no Primeiro Reinado e Regências*: a atuação dos padres-políticos no contexto de formação do Estado imperial brasileiro. Informes almanack braziliense n°08 novembro 2008.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Evolução territorial e administrativa do Estado Bahia*: um breve histórico. Salvador: SEI, 2001.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *Independência do Brasil na Bahia*. Salvador, EDUFBA, 2005.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *O Levante dos Periquitos*: um episódio obscuro no Primeiro Império. Salvador, Centro de Estudos Baianos, 1991.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. 4ª ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília – Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, 2001.

VELLASCO, Ivan de Andrade. *Clientelismo, ordem privada e Estado no Brasil oitocentista*: notas para um debate. In. José Murilo de Carvalho e Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (Org.). Repensando o Brasil dos Oitocentos: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. *Os negros em Jacobina (Bahia) no século XIX***.** São Paulo: Annablume, 2009.

WEHLING, Arno. *A pesquisa da História Militar Brasileira*. Da Cultura, Ano I, Nº 1, 2001.

WEIGLEY, Russel F. (org.) *Novas Dimensões da História Militar.* Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2 vols. 1981-82.